



Município de Valpaços

Contribuinte nº 506 874 320

EDITAL

-----AMÍLCAR RODRIGUES ALVES CASTRO DE ALMEIDA---PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VALPAÇOS:-----

-----Para efeitos do disposto no artigo 56º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, torna público que a Câmara Municipal, em reunião realizada a 18 de julho de 2018, deliberou por unanimidade, submeter o Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT) do Concelho de Valpaços, a um período de discussão pública, com duração de 30 dias úteis, ao abrigo do disposto no nº 5, do artigo 189º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).-----

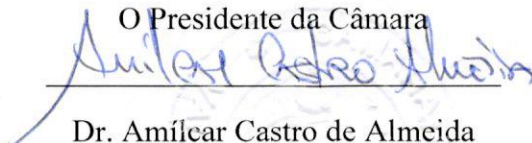
-----Durante esse período, com início 5 dias após a publicação do presente aviso no Jornal “Negócios de Valpaços”, qualquer interessado, poderá apresentar por escrito, as suas observações, sugestões ou pedidos de esclarecimentos, dirigidas por escrito ao Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Praça do Município, 5430-480 Valpaços. -----

-----Para o efeito, o REOT encontra-se disponível para consulta no Departamento de Urbanismo e Ambiente, sita no Edifício dos Paços do Concelho, nas horas de expediente, bem como na página da internet do Município de Valpaços, em www.valpacos.pt.-----

-----Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.-----

Paços do Concelho de Valpaços, aos 10 de Setembro de 2018.-----

O Presidente da Câmara



Dr. Amílcar Castro de Almeida



Câmara Municipal

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Valpaços

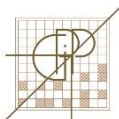
MONITORIZAÇÃO DO PLANEAMENTO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE
VALPAÇOS

GIPP, Lda – maio de 2018



Índice

Índice de Figuras	3
Índice de Tabelas	4
Siglas e Abreviaturas	5
Enquadramento Geral	6
Metodologia	6
Enquadramento Legislativo.....	8
Enquadramento Geográfico	13
Avaliação do Estado do Ordenamento do Território do Concelho de Valpaços	18
• População	19
• Economia.....	26
• Mobilidade e Acessibilidade	34
• Equipamentos e Serviços Básicos	36
• Edificado e Habitação	39
• Ambiente	49
• Património	55
• Planeamento.....	56
Modelo Territorial	84
Considerações Finais	85



Índice de Figuras

Figura 1: Contexto Regional	13
Figura 2: População residente na região Norte (2016)	14
Figura 3: Variação da população residente na região Norte (2015-2016)	14
Figura 4: Rede de transporte na região Norte (2016)	15
Figura 5: Contexto Natural da região Norte	16
Figura 6: Freguesias do município de Valpaços.....	17
Figura 7: Evolução populacional entre 2001 e 2011 nas freguesias do município.....	20
Figura 8: Evolução da População Residente no município de Valpaços.....	21
Figura 9: População por grupos etários no município de Valpaços.....	21
Figura 10: Comparação da evolução do grupo etário > 65 anos com a envolvente regional	22
Figura 11: Conjuntura do Envelhecimento no município de Valpaços.....	23
Figura 12: Evolução do Índice de Envelhecimento no período pós-censitário, em Valpaços (município) .	23
Figura 13: Nível de escolaridade da população do município de Valpaços.....	24
Figura 14: Alunas/os matriculados por nível de ensino em Valpaços	25
Figura 15: População empregada por setor de atividade, em 2011	26
Figura 16: Número de inscritos no Centro de Emprego (média anual)	27
Figura 17: Número de Empresas no município de Valpaços	27
Figura 18: Evolução do número de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas no município de Valpaços	28
Figura 19: Grau de sobrevivência das empresas ao final de 2 anos.....	28
Figura 20: Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas por setor de atividade económica	29
Figura 21: Volume de Negócios do município de Valpaços.....	29
Figura 22: Balanço Comercial do município de Valpaços	29
..... Figura 23: Peso do município de Valpaços na produção agrícola regional (Alto Tâmega)	33
Figura 24: Contexto Viário	34
Figura 25: Tipo de movimentos no município de Valpaços.....	35
Figura 26: Número de Estabelecimento de Ensino (Privado e Público) no município de Valpaços	36
Figura 27: Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no município de Valpaços	41
Figura 28: Evolução do número de edifícios licenciados e concluídos no município de Valpaços	42
Figura 29: Fogos Licenciados por Tipologia no município de Valpaços	43
Figura 30: Evolução do número de licenciamentos por freguesia no município de Valpaços	44
Figura 31: Idade Média do Edificado no município de Valpaços.....	45
Figura 32: Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011	46
Figura 33: Edificado a necessitar de reparação no município de Valpaços.....	47
Figura 34: Qualidade do ar no Norte Interior (Estação Douro Norte)	49
Figura 35: Consumo de eletricidade (kWh) no município de Valpaços	50
Figura 36: Produção de resíduos (kg/hab) no município e no Alto Tâmega	50
Figura 37: Despesas em ambiente do município e no Alto Tâmega por habitante.....	51
Figura 38: Conjuntura dos incêndios no município e no Alto Tâmega	52
Figura 39: Número de dias com onda de calor registadas na Estação Meteorológica de Bragança	53
Figura 40: Evolução da temperatura média na envolvente a Valpaços	53
Figura 41: Evolução da precipitação acumulada na envolvente a Valpaços	53
Figura 42: Área ardida entre 2008 e 2017	54
Figura 43: Condicionante RAN e REN no município de Valpaços	60



Figura 44: Freguesias e área condicionada.....	61
Figura 45: Licenciamentos em Valpaços entre 2008-2017	62
Figura 46: Número de licenciamentos e Variação Relativa entre 2008-2010	63
Figura 47: Número de licenciamentos e Variação Relativa entre 2011-2014	64
Figura 48: Número de licenciamentos e Variação Relativa entre 2015-2017	65
Figura 49: Tipologia de licenciamento no município pós 2008	66
Figura 50: Licenciamentos em Lebução, Fiães e Nozelos	67
Figura 51: Tipologia dos Licenciamentos em Vilarandelo	67
Figura 52: Tipologia dos Licenciamentos em Valpaços e Sanfins	68
Figura 53: Tipologia dos Licenciamentos em Água Revés e Castro	68
Figura 54: Distribuição por freguesia das medidas executadas	72
Figura 55: Investimento efetuado pelo município por freguesias.....	75
Figura 56: Intervenções na rede viária do município, entre 2008-2018	78
Figura 57: Síntese de Investimentos camarários.....	83
Figura 58: Modelo Territorial	84
Figura 59: Fatores de mudança	85

Índice de Tabelas

Tabela 1: Estruturação dos indicadores	7
Tabela 2: Estrutura Orgânica do Município de Valpaços.....	8
Tabela 3: Quadro Legislativo existente, à data da publicação do PDM (2008)	10
Tabela 4: Alterações Legislativas	11
Tabela 5: Evolução da população residente no concelho de Valpaços	19
Tabela 6: Número de analfabetos com mais de 10 anos e taxa de analfabetismo	25
Tabela 7: IDH do município de Valpaços	26
Tabela 8: Conjuntura agrícola-pecuária do município de Valpaços	31
Tabela 9: Equipamentos de Ação Social em 2018	37
Tabela 10: Equipamentos Desportivos em 2018.....	38
Tabela 11: Serviços Administrativos e Proteção Civil em 2018	38
Tabela 12: Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011	39
Tabela 13: Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011	40
Tabela 14: Habitação sazonal	41
Tabela 15: Número de edifícios conforme as novas construções e ampliações, alterações ou reconstruções no município de Valpaços	42
Tabela 16: Conjuntura do mercado habitacional social em Valpaços	48
Tabela 17: Instrumentos de política ambiental no município	51
Tabela 18: Ações do PGRH do Douro (RH 1).....	57
Tabela 19: Investimento efetuado durante o período do PDM	58
Tabela 20: Síntese das Propostas do PDM	60
Tabela 21: Indicadores Demográficos e Edificatórios nas freguesias que apresentaram uma variação negativa entre 2008-2017	65
Tabela 23: Execução das medidas do PDM	70
Tabela 24: Execução das medidas propostas para os Equipamentos/Espaços Verdes nos contextos territoriais no município	72
Tabela 25: Valor investido por habitante	75
Tabela 26: Investimentos por via de comunicação	77
Tabela 27: Investimento em termos de arranjos urbanísticos	79
Tabela 28: Análise comparativa	80
Tabela 29: Sinalização (investimento)	80



Tabela 30: Outras Intervenções de foro urbanístico, em territórios de menor densidade quer populacional como económica.....	81
Tabela 31: Ponto de situação dos Equipamentos/Espaços Verdes nas freguesias com os principais aglomerados populacionais do município	81
Tabela 32: O que mudar	86

Siglas e Abreviaturas

Art.º - Artigo

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

CMV – Câmara Municipal de Valpaços

DL – Decreto-lei

EN – Estrada Nacional

ETA – Estação de Tratamento de Águas

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.

IP – Infraestruturas de Portugal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

LBSOTU- Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo

PC – Portal do Clima

PDMV – Plano Diretor Municipal de Valpaços

PGRH – Plano de Gestão da Região Hidrográfica

PP – Plano de Pormenor

PRN2000 – Plano Rodoviário Nacional de 2000

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

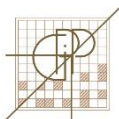
RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

REOT – Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

U.F. – União de Freguesias

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão



Enquadramento Geral

O Plano Diretor Municipal de Valpaços (PDMV) foi publicado pelo Aviso n.º 8129/2008, no Diário da República, n.º 53- 2.ª série, de 14 de março, estando em vigor há 10 anos. A importância deste documento e a necessidade da sua avaliação pressupõe a elaboração periódica, de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, de Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) que avaliem, também, a sua relação com outros planos/ programas territoriais.

Os objetivos definidos pelo Plano Diretor Municipal (PDM) – *fortalecimento da coesão territorial, pela afirmação cidade; a preservação da qualidade ambiental e do património natural e edificado; e a modernização e diversificação dos setores económicos* - serão avaliados, tendo em conta as estratégias que os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) predefinem. Procurando dar resposta aos objetivos de monitorizar e avaliar, mas também enquadrar o município de Valpaços, ao contexto territorial em que se insere, tendo em consideração fatores socioeconómicos, de mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e, por fim, ambiente e questões biofísicas (Prada, O., 2008).

Deste modo, o presente documento procura concretizar o «REOT 0» do município de Valpaços, de forma a efetuar o enquadramento e o balanço da gestão territorial, com a informação disponível, tendo como objetivo preparar e coordenar de forma integrada e contextualizada as diferentes estratégias que estão em desenvolvimento.

Metodologia

A elaboração do REOT engloba uma sequência de procedimentos que vão desde a recolha da informação até à identificação de indicadores capazes de avaliar e de informar a realidade do concelho do ponto de vista socioeconómico, mobilidade e acessibilidade, povoamento e espaço urbano e ambiente.

A análise a desenvolver apoia-se na definição de dois eixos: o plano e o sistema real (Prada, O., 2008). No caso do plano, a análise é realizada pela avaliação das plantas e outros documentos associados aos diferentes IGT; para a análise do sistema real, os comportamentos e indicadores são ferramentas para a obtenção da informação e caracterização do município (ver tabela 1).

Tema	Subtema
<u>População</u>	Habitantes
	Educação
	Inclusão Social
<u>Economia</u>	Emprego
	Receitas e Encargos Municipais
	Empresas
	Turismo
<u>Mobilidade e Acessibilidade</u>	Rede Viária
	Transportes Públicos
<u>Habituação e Edificado</u>	Edificado
	Habituação Social
	Valores de Mercado
<u>Equipamentos e Serviços Básicos</u>	Saúde
	Sociais
	Escolares
	Desportivos
	Administrativos
	Abastecimento de Água
<u>Ambiente</u>	Consumo
	Nível de Poluição
	Incêndios
	Despesa com o ambiente
<u>Património</u>	Património
<u>Planeamento</u>	Plano Diretor Municipal
	Plano Rodoviário Nacional 2000
	Outros ¹

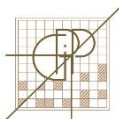
Tabela 1: Estruturação dos indicadores

A ferramenta dos indicadores permitirá:

- Validar, ou não, a estratégia definida;
- Ter a perceção da realidade do município;
- Facilitar o desenvolvimento de novas estratégias;
- Avaliar o impacto do planeamento em diferentes domínios, como os socioeconómicos e ambientais, em contexto urbano e rural.

Desta forma, a abordagem utiliza diferentes fontes de informação que instruem o procedimento avaliativo, como é o caso do INE; também a informação municipal das diferentes divisões tem um papel determinante no desenvolvimento deste processo de monitorização. Segundo o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, estes estão organizados conforme explicitado na tabela 2 (página seguinte).

¹ Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios; Área de reabilitação urbana; Operação de reabilitação urbana; Programa Nacional para as alterações climáticas; PGRH do Douro.

**Tabela 2: Estrutura Orgânica do Município de Valpaços**

Presidente da Câmara Municipal						
Gabinete de Apoio à Presidência						
Serviço de Proteção Civil						
Gabinete de Informática						
Serviço de Apoio Jurídico						
Serviços Administrativos de Apoio aos Órgãos						
Serviços de Recursos Humanos, Expediente, Taxas e Licenças						
Serviços de Ação Social						
Notariado						
Departamento de Obras Municipais	Departamento de Urbanismo e Ambiente	Departamento da Educação, Cultura e Desporto	Dep. Financeira	Tesouraria	Contabilidade	Secção de Património e Aproveitamento
Secção de Apoio Administrativo	Secção de Apoio Administrativo	Setor Biblioteca, Cultura, Desporto e Tempos Livres	---	---	---	---
Secção de Águas e Saneamento	Setor do Meio Ambiente	Setor Educação/Ensino e Saúde				
Setor de Edificações Diversas	Setor da Gestão Urbanística	---				
Setor da Rede Viária	Setor de Mercados e Feiras					
Armazém	---					
Viaturas						

Enquadramento Legislativo

O quadro legal de enquadramento da elaboração do PDM em vigor, principal IGT que interfere de forma direta com o uso e transformação do solo, foi substituído recentemente, tendo sido publicada uma nova LBSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 maio) e um novo RJIGT (DL n.º 80/2015, de 14 de maio).

A LBSOTU estabelece que é o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais que têm o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo» que estão previstas na Constituição e na lei (art.º 8º). Na sequência deste dever surge a obrigatoriedade, por parte dos municípios, de elaborar ou rever os planos municipais de ordenamento do território, em particular o PDM, sendo que tal deverá ser sustentado pelos REOT.

Após a sua elaboração o REOT é submetido à apreciação da Assembleia Municipal e, à semelhança do anterior RJIGT e a um período de discussão pública durante, no mínimo, 30 dias (Quadro 1 – página seguinte).

**Quadro 1: DL n.º 80/2015, 14 de maio**

Art.º 189.º

Relatórios sobre o estado do ordenamento do território

1 - O Governo elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a submeter à apreciação da Assembleia da República.

2 - A comissão de coordenação e desenvolvimento regional elabora, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, a submeter à apreciação da respetiva tutela.

3 - A câmara municipal, a comissão executiva metropolitana, o conselho intermunicipal ou as câmaras municipais dos municípios associados elaboram, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter, respetivamente, à apreciação da assembleia municipal, do conselho metropolitano, da assembleia intermunicipal ou das assembleias municipais dos municípios associados para o efeito.

4 - Os relatórios sobre o estado do ordenamento do território, referidos nos números anteriores, traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.

5 - Concluída a sua elaboração, os relatórios sobre o estado do ordenamento do território são submetidos a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias.

6 - A não elaboração dos relatórios sobre o estado do ordenamento do território, nos prazos estabelecidos nos números anteriores, determina, consoante o caso, a impossibilidade de rever o programa nacional da política de ordenamento do território, os programas regionais e os planos municipais e intermunicipais.

Fonte: Diário da República n.º 93/2015, Série I, de 2015-05-14

Seguidamente a esta contextualização do REOT importa salientar a dinâmica jurídico-legislativa desde a publicação do PDM, permitindo identificar as alterações legais, mas, também, perceber qual o ponto de situação dos restantes IGT.

Na Tabela 3 é apresentado o quadro legal existente à data de publicação do PDM em vigor, distribuído pelas diferentes temáticas, bem como a situação atual dos diferentes diplomas. A análise da tabela revela que, relativamente aos aspetos técnicos associados às diferentes temáticas, houve grandes alterações na abordagem dos mesmos no PDM. Ao invés, na conceção metodológica (ver Tabela 4), isto é, na regulação do ordenamento do território, verificaram-se alterações ao nível do RJIGT.

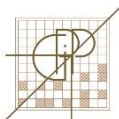
Refira-se ainda a alteração de outros diplomas, que vigoravam até à data da publicação do PDM, como é o caso do novo Regime Jurídico da REN (DL n.º 239/2012, 2 de novembro), o Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos (DL n.º 54/2015, 22 de junho) e a Reserva Agrícola Nacional (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro). Ao mesmo tempo, houve alterações noutros domínios da gestão do território, nomeadamente com a suspensão dos PROF pela Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro,



modificando, não só a área geográfica, como a estrutura deste instrumento de gestão territorial num novo enquadramento político e legislativo; o DL n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a alteração de competências na gestão das autarquias; o DL n.º 31/2014; a Lei n.º 34/2015, 27 de abril, criando um novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional; e a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, alterando de forma substancial o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Tabela 3: Quadro Legislativo existente, à data da publicação do PDM (2008)

TEMA	Legislação presente no PDMV	Caracterização	Atual contexto legislativo
Ambiente	DL n.º 468/71, de 5 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico	Em vigor
	DL n.º 595/73, de 7 de novembro	Servidão Radioelétrica	Em vigor
	DL n.º 143/82, de 26 de abril	Marcos Geodésicos	Em vigor
	DL n.º 90/90, de 16 de março	Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos	Alterado: DL n.º 54/2015, de 22 de junho
	DL n.º 364/98, de 21 de novembro	Carta de Zonas Inundáveis nos municípios com cheias	Em vigor
	DL n.º 384b/99, de 23 de setembro	Diretiva Aves - Rede Natura 2000	Em vigor
	DL n.º 270/2001, de 6 de outubro	Recursos Geológicos	Em vigor
	DL n.º 129/2002, de 11 de maio	Regulamento dos Requisitos de Acústica dos Edifícios	Em vigor
	DL n.º 155/2004, de 30 de junho	Medidas de Proteção ao Sobreiro e à Azinheira	Em vigor
	DL n.º 9/2007, de 17 de janeiro	Regulamento Geral do Ruído	Em vigor
	DL n.º 169/2005, de 26 de setembro	Aproveitamentos Hidroagrícolas	Em vigor
	DL n.º 54/2005, de 15 de novembro	Regime Jurídico dos Terrenos de Domínio Público	Em vigor
	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Lei da Água	Em vigor
	DL n.º 55/2007, de 12 de março	Medidas de Proteção aos Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios	Em vigor
	DL n.º 340/2007, de 12 de outubro	Regime Jurídico da Pesquisa e Exploração de Massas Minerais	Em vigor
	DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro	Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	Alterado: Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto
Equipamentos e Serviços Básicos	DL n.º 159/99, de 18 de setembro	Atribuições e Competências para as Autarquias Locais	Alterado: DL n.º 75/2013, de 12 de setembro
Mobilidade e Acessibilidade	DL n.º 222/98, de 17 de Julho	Plano Rodoviário Nacional	Alterado pela Declaração de Retificações nº 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei nº 98/99 de 26 de julho e pelo DL 182/2003 de 16 de agosto
	Vários diplomas	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional	Lei n.º 34/2015, 27 de abril
Património	Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro	Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural	Em vigor
Planeamento	DL n.º 11/87, de 7 de abril	Lei de Bases do Ambiente	Revogada pela Lei n.º 19/2014, de 14 de abril
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	RJGT	Revogado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio



TEMA	Legislação presente no PDMV	Caracterização	Atual contexto legislativo
	Resolução de Conselho de Ministros n.º152/2001, de 11 de outubro	Estratégia Nacional para a Conservação de Natureza e Biodiversidade	Em vigor
	Lei n.º 48/98, de 11 de agosto alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto	Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo	Revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio
	Lei n.º58/2007, de 4 de setembro	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território	Em vigor
	Decreto Regulamentar n.º4/2007, de 22 de setembro	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro	Suspenso pela Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro

Fonte: Diário da República e PDMV

Tabela 4: Alterações Legislativas

TEMA	Legislação Anterior	Nova Legislação	Aspetos Importantes que alteraram
Ambiente	DL n.º 90/90, de 16 de março	DL n.º 54/2015, de 22 de junho	Criação do Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos.
	DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro	Alterado: Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto	Define novas responsabilidades, a agentes do SDFCI, nomeadamente o ICNF e GNR, como também estabelece e redefine os conceitos das definições da temática dos incêndios.
	Vários Diplomas	DL n.º 107/2009, de 15 de maio	Regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas
	Vários Diplomas	DL n.º 115/2010, de 22 de outubro	Quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações
Equipamentos e Serviços Básicos	DL n.º 159/99, de 18 de setembro	DL n.º 75/2013, de 12 de setembro	Art.º 33 - ee) Compete à Câmara Municipal <i>criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.</i>
Mobilidade e Acessibilidade	Vários diplomas	Lei n.º 34/2015, de 27 de abril	Art.º 1 - 1) <i>O novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, abreviadamente designado por Estatuto, estabelece as regras que visam a proteção da estrada e sua zona envolvente, fixa as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação.</i> 2) <i>O Estatuto estabelece, também, o regime jurídico dos bens que integram o domínio público rodoviário do Estado e o regime sancionatório aplicável aos comportamentos ou atividades de terceiros que sejam lesivos desses bens ou direitos com eles conexos, bem como às situações de incumprimento.</i>
Planeamento	Lei n.º 11/87, de 7 de abril	Lei n.º 19/2014, 14 de abril	Art.º 14 - 2) A política ambiental é desenvolvida sob os instrumentos da política de ambiente são desenvolvidos e aplicados de forma integrada com as demais políticas nacionais, regionais, locais ou sectoriais, com vista à prossecução dos objetivos nacionais e dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. Art.º 18 - 1) Define que os instrumentos da política de ambiente são desenvolvidos e aplicados de forma integrada com as demais políticas nacionais, regionais, locais ou sectoriais, com vista à prossecução dos objetivos nacionais e dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.
	Vários Diplomas	DL 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo DL n.º 239/2012, 2 de novembro	Art.º 16 - 1) <i>As alterações da delimitação da REN devem salvaguardar a preservação dos valores naturais fundamentais, bem como a prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens.</i> 2) <i>As propostas de alteração da delimitação da REN devem fundamentar-se na evolução das condições económicas, sociais, culturais, ambientais, nomeadamente as decorrentes de projetos públicos ou privados a executar na área cuja exclusão se pretende.</i>



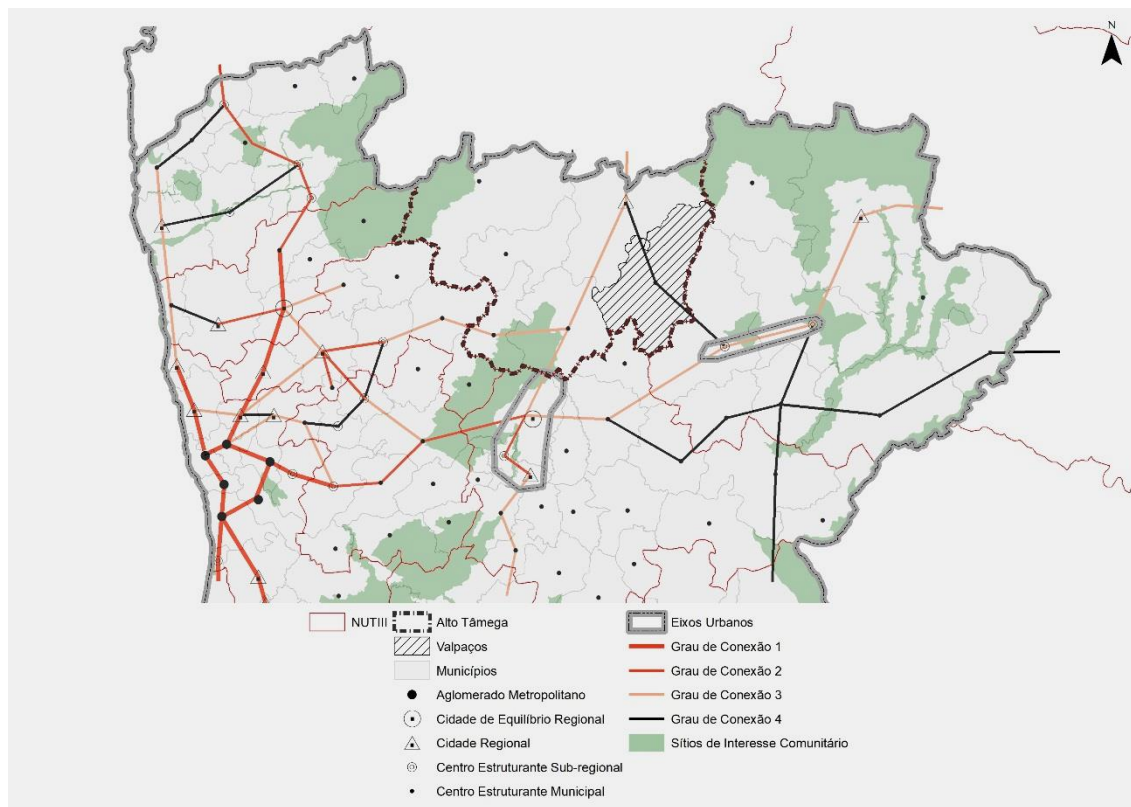
TEMA	Legislação Anterior	Nova Legislação	Aspetos Importantes que alteraram
	DL n.º 380/99, de 22 de setembro	DL n.º 80/2015, de 14 de maio	Art.º 1 - Desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT.
	A Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto	DL n.º 31/2014, de 30 de maio	Art.º 1 - Objeto 1) A presente lei estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. 2) A presente lei não se aplica ao ordenamento e à gestão do espaço marítimo nacional, sem prejuízo da coerência, articulação e compatibilização da política de solos e de ordenamento do território com a política do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional.
	Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de setembro	Portaria 78/2013, de 19 de fevereiro	Suspende de forma parcial os PROF a nível nacional até à data da sua revisão.
	Vários Diplomas	DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro	Art.º 13 - A delimitação da RAN ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.
	Vários Diplomas	DL n.º 142/2008, de 24 de julho	Criação do Regime Jurídico da Conservação da Natureza

Fonte: Diário da República

Enquadramento Geográfico

O concelho de Valpaços, em termos geográficos, localiza-se num contexto sub-regional de baixa densidade e elevada importância agrícola, o Alto Tâmega (NUT III).

Figura 1: Contexto Regional



Estas particularidades fazem com que se identifique uma marca profundamente rural nos territórios e suas gentes. Contudo, a proximidade a entrepostos regionais importantes, como Chaves, Mirandela e Vila Real, confere-lhe o efeito de centralidade na região do Alto Tâmega. É também importante a constatação de Valpaços enquanto Centro Estruturante Municipal, de acordo com o PROT-N.

Figura 2: População residente na região Norte (2016)

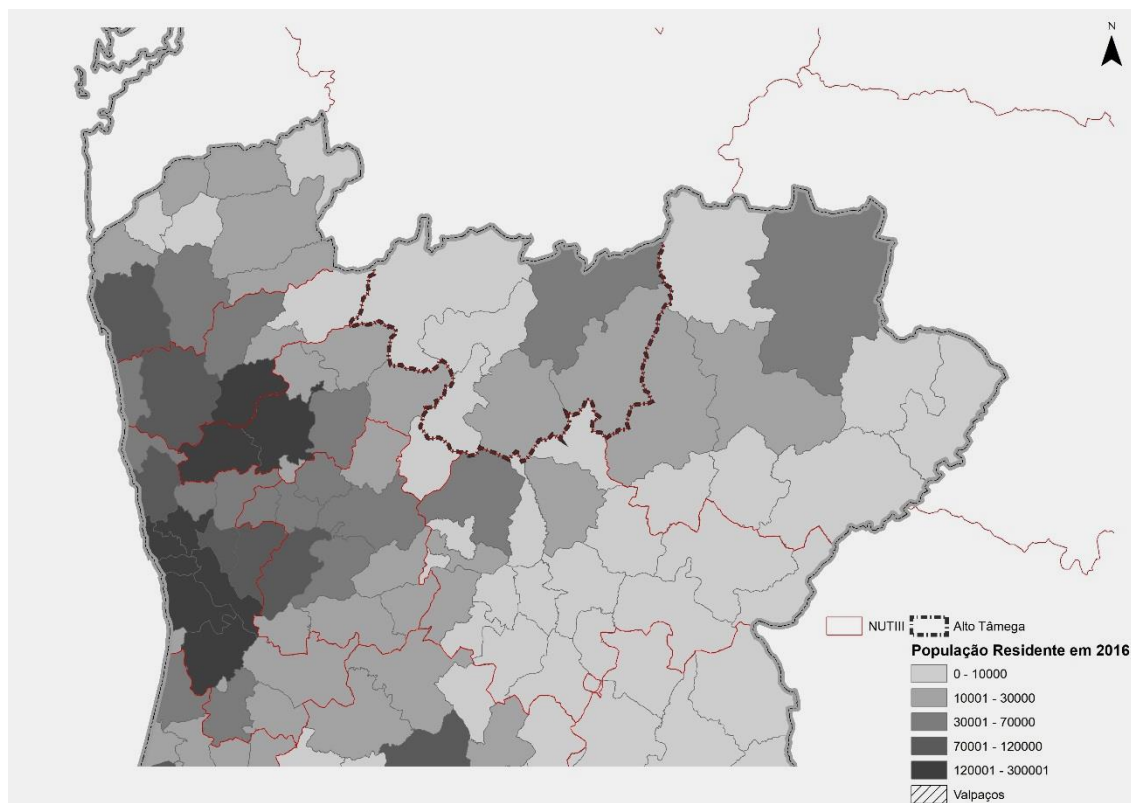
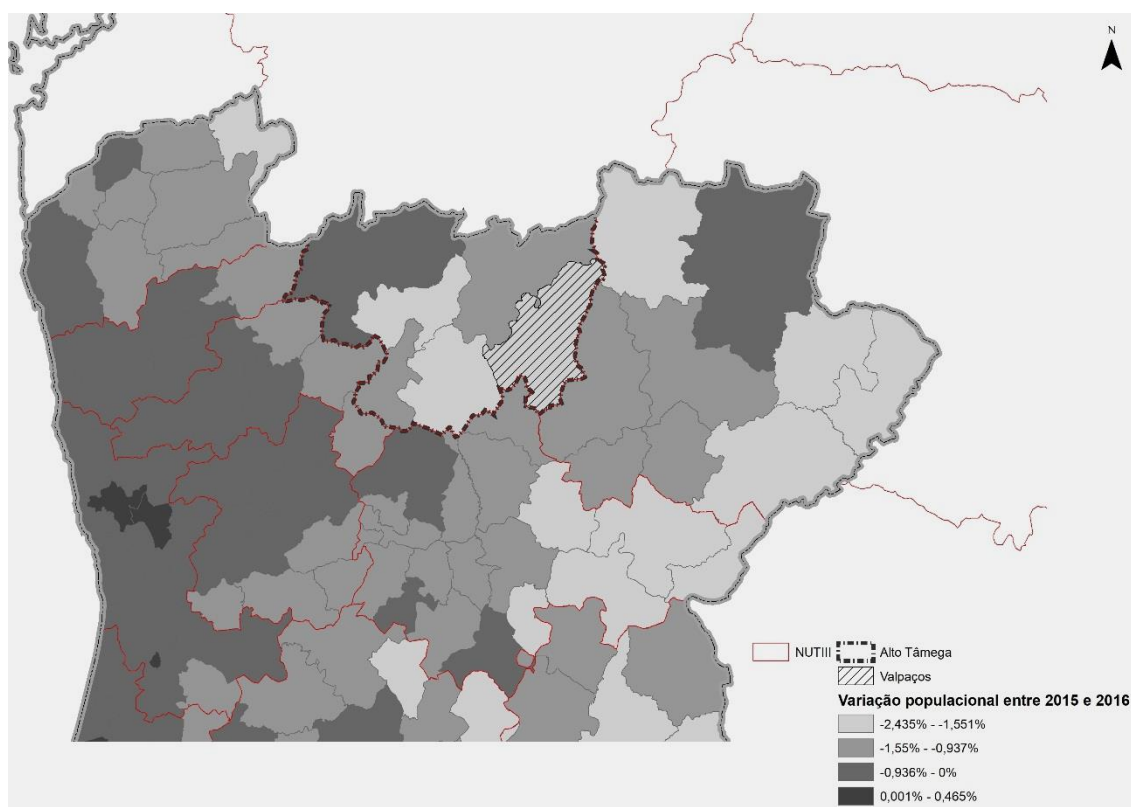


Figura 3: Variação da população residente na região Norte (2015-2016)

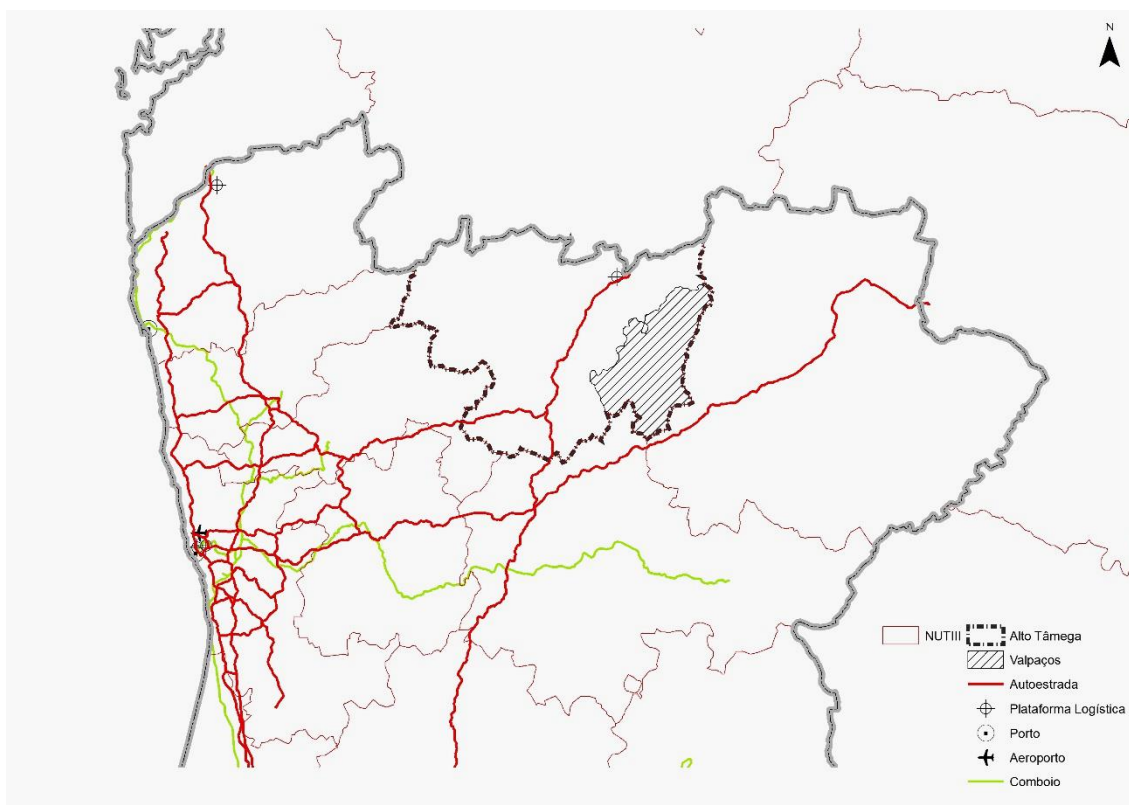


Fonte: INE

Tal como é demonstrado nas figuras anteriores, existe um contexto populacional de média-baixa dimensão, comparativamente à dinâmica demográfica concelhia nacional, apresentando uma tendência de diminuição populacional motivada pelo envelhecimento.

Ao nível das infraestruturas, o município encontra-se localizado junto a eixos viários de elevada capacidade como são a A4 (Porto-Quintanilha) e a A24 (Chaves-Viseu) que estabelecem a relação com a Área Metropolitana do Porto, a Zona Centro do País e Espanha.

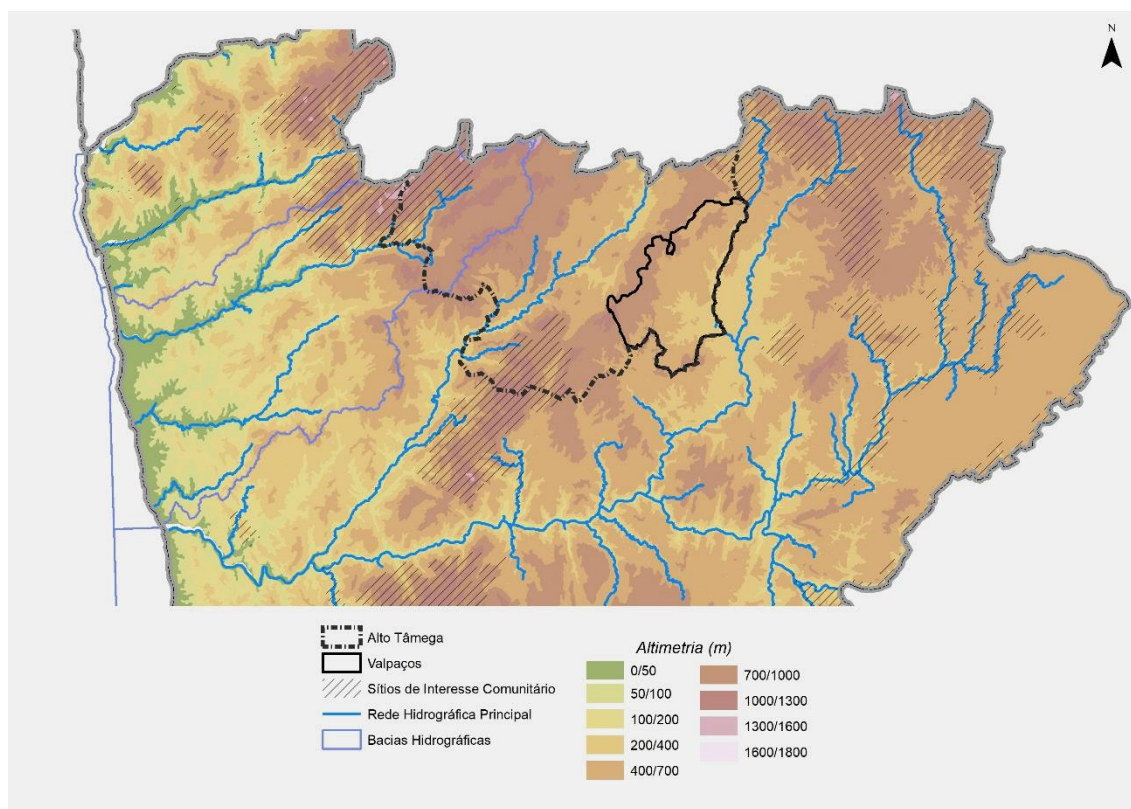
Figura 4: Rede de transporte na região Norte (2016)



À localização do município num território de baixa densidade associa-se uma vertente agrícola e natural, aspeto determinante na valorização ambiental, económica e paisagística da região.

Valpaços localiza-se na Bacia Hidrográfica do Douro, tendo como principal característica o facto de se situar no interflúvio oriental entre os rios Rabaçal e Tâmega, motivado pela localização da serra da Padrela. Deste modo, existe um território semi-aplanado recortado pelos cursos de água de hierarquia inferior que vão desaguar, predominantemente, ao rio Rabaçal. Esta particularidade geomorfológica é provocada também pela Zona de Cisalhamento Verín-Penacova, que recorta o lado ocidental do concelho, provocando a modelação orográfica que depois desencadeará na área de Zona de Condensação do Norte, motivada pelos relevos do Barroso, Marão, Alvão e Montemuro.

Figura 5: Contexto Natural da região Norte



Fonte: APA

De forma genérica o concelho caracteriza-se por:

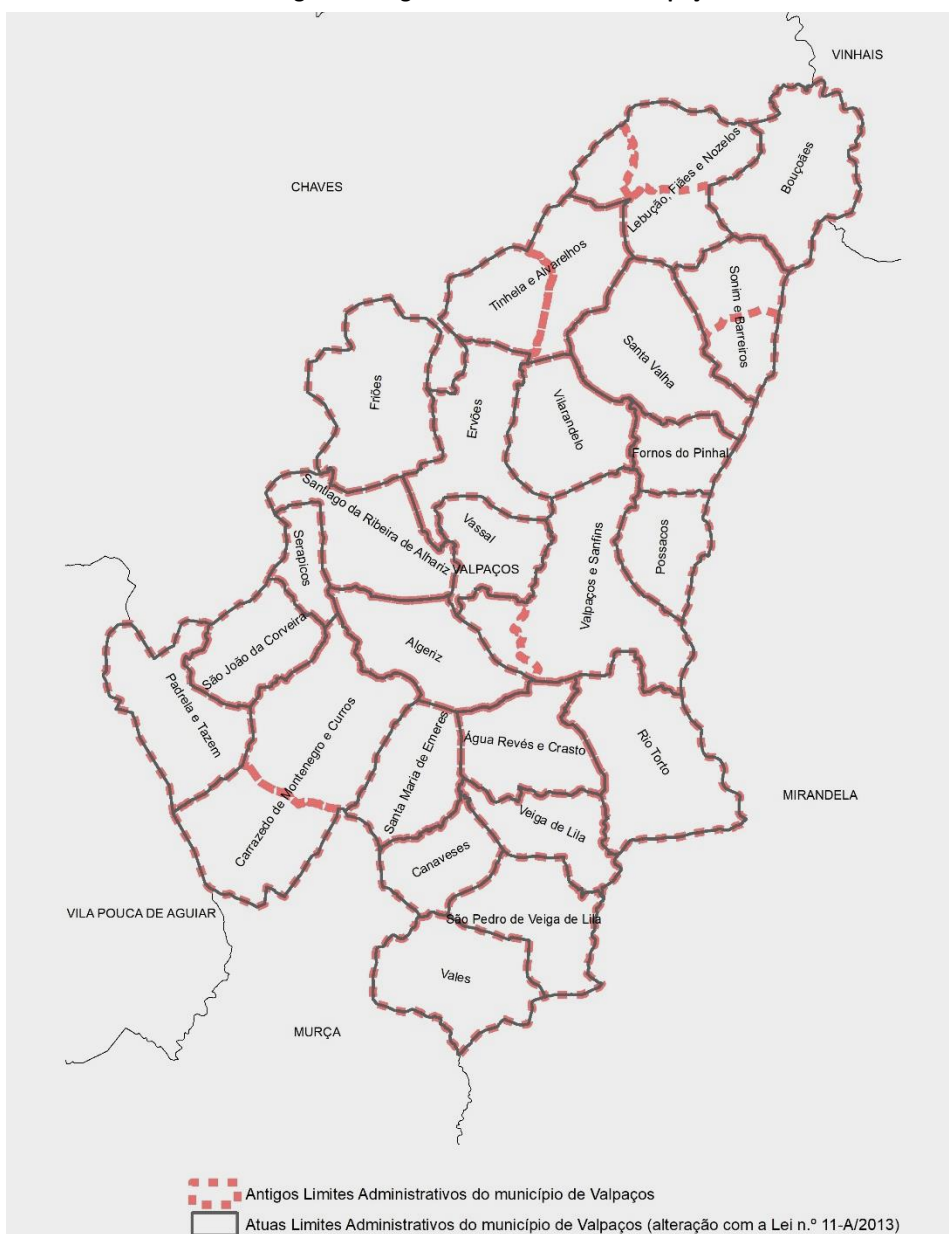
- Baixa densidade populacional e elevada taxa de população idosa;
- Vocação exportadora no que se refere aos produtos agrícolas;
- Elevado acervo patrimonial e natural justificando ações de salvaguarda e de prevenção dos incêndios florestais.

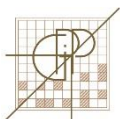
Estas características reforçam a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável e reforçar a resiliência, também por via dos diversos IGT.

- O concelho de Valpaços e as freguesias

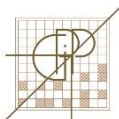
O concelho de Valpaços tem uma área de 548.74 km² e é composto por 25 freguesias. Na sua rede urbana salienta-se a cidade de Valpaços, na freguesia de Valpaços e Sanfins; a vila de Carrazedo de Montenegro, na freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros e a vila de Vilarandelo, na freguesia com a mesma toponímia. A atual distribuição das freguesias resultou da reorganização proposta na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (publicada no Diário da República n.º 19/2013, 1º Suplemento, Série I, de 2013-01-28). As freguesias que mantiveram a sua configuração são: Água Revés e Castro, Bouçoães, Santa Valha, Fornos do Pinhal, Possacos, Vilarandelo, Ervões, Friões, Santigado da Ribeira de Alhariz, Padrela e Tazém, Serapicos, Algeriz, Vassal, Veiga de Lila, Rio Torto, São Pedro de Veiga de Lila, Vales, Canaveses e São João da Corveira.

Figura 6: Freguesias do concelho de Valpaços





Avaliação do Estado do Ordenamento do Território do Concelho de Valpaços



- **População**

Período Censitário

A evolução da população residente total no concelho de Valpaços, na última década censitária (2001/2011), revelou um decréscimo de 2 581 habitantes, o correspondente a menos de 15% da população em 2001. Este decréscimo é generalizado, sendo que na freguesia de Valpaços e Sanfins verificou-se um crescimento positivo, em 3%.

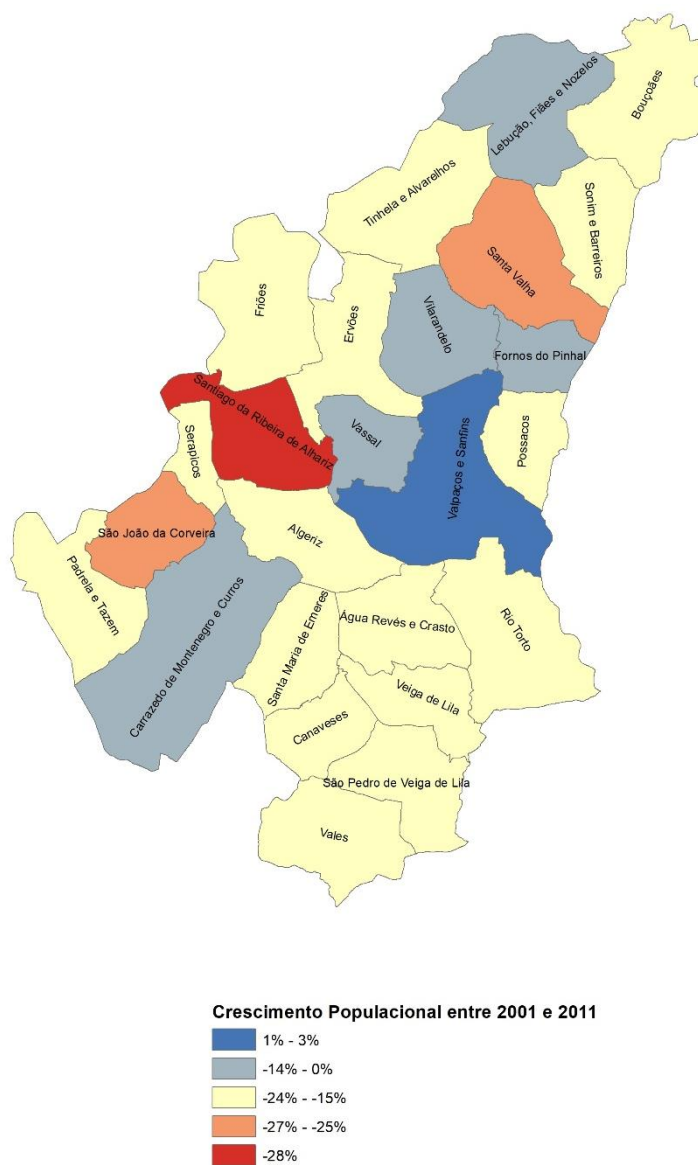
As restantes freguesias, por seu turno, registaram decréscimos populacionais, alguns bastante significativos, como é o caso de Santiago da Ribeira de Alhariz, São João da Corveira e Santa Valha com uma regressão superior a 25% da população residente, entre 2001 e 2011.

Tabela 5: Evolução da população residente no concelho de Valpaços

Freguesia	2001	2011	Evolução entre censos (2001 e 2011)
Água Revés e Castro	415	342	-18%
Argeriz	730	570	-22%
Bouçoães	541	419	-23%
Canaveses	303	237	-22%
Ervões	752	636	-15%
Fornos do Pinhal	347	320	-8%
Friões	786	619	-21%
Padrela e Tazém	469	359	-23%
Possacos	573	446	-22%
Rio Torto	464	362	-22%
Santa Maria de Émeres	519	406	-22%
Santa Valha	551	415	-25%
Santiago da Ribeira de Alhariz	835	603	-28%
São João de Corveira	721	537	-26%
São Pedro da Veiga de Lila	400	304	-24%
Serapicos	325	246	-24%
Carrazedo de Montenegro e Curros	2030	1780	-12%
Lebução, Fiães e Nozelos	868	833	-4%
Sonim e Barreiros	535	450	-16%
Tinhela e Alvarelhos	425	333	-22%
Valpaços e Sanfins	4629	4752	3%
Vales	337	257	-24%
Vassal	504	460	-9%
Veiga de Lila	330	261	-21%
Vilarandelo	1123	984	-12%
Valpaços	19512	16931	-13%
			Positiva (> 0%)
			Negativa (-0.1% – -24.9%)
			Crítica (> -25%)

Fonte: INE

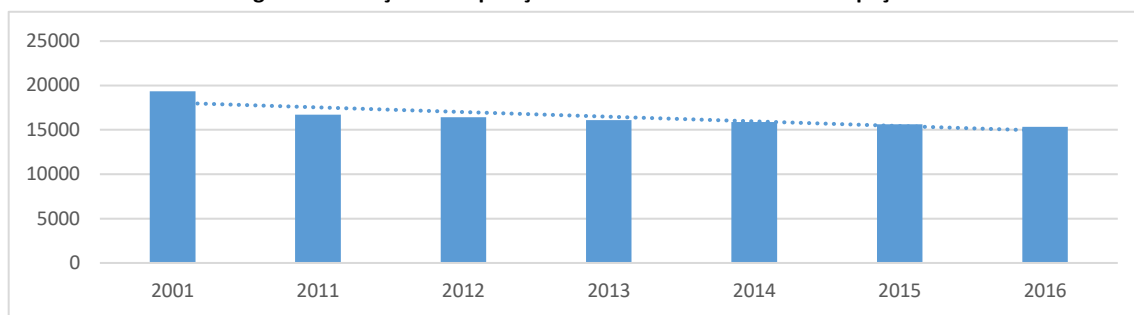
Figura 7: Evolução populacional entre 2001 e 2011 por freguesia



Período Pós-Censitário

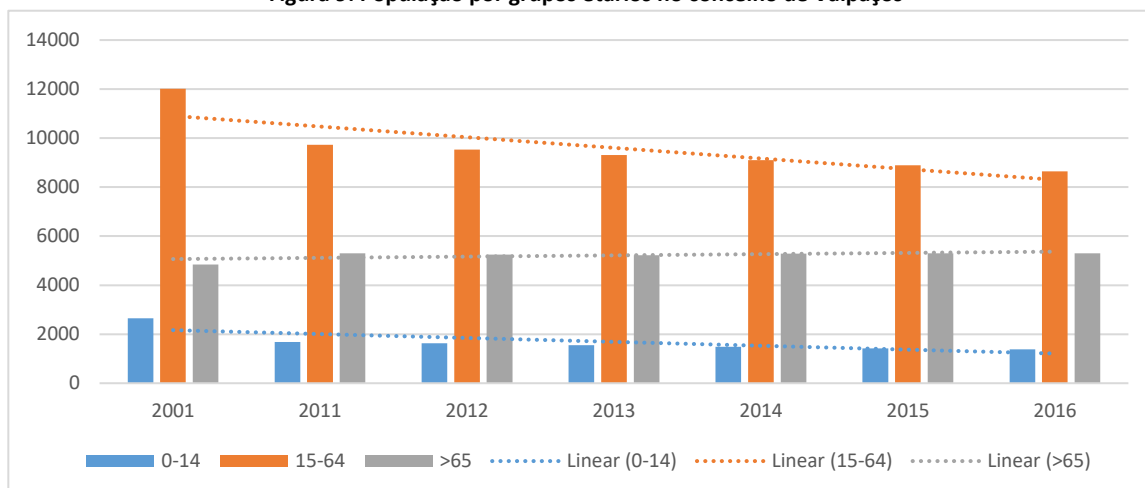
A evolução populacional no concelho, referente ao período pós-censitário, nomeadamente entre 2012 e 2016, segue a mesma tendência negativa do crescimento da população do período intercensitário – ver Figura 8 (página seguinte).

A diminuição da população variou entre os 16 407 habitantes, em 2012 e os 15 336, em 2016, correspondendo a uma regressão de 6,5%, evidenciando uma taxa de decréscimo anual semelhante à registada entre 2001 e 2011.

Figura 8: Evolução da População Residente no concelho de Valpaços


Fonte: INE

Consequentemente, a diminuição do número de habitantes reflete-se na diminuição da densidade populacional no concelho de Valpaços, que passa dos 35 hab/km², em 2001, para os 30 hab/km², em 2011, e os 28 hab/km², em 2016, sendo as freguesias com os maiores aglomerados populacionais as que têm uma densidade populacional superior à média concelhia, designadamente de Valpaços, Vilarandelo, Vassal, Serapicos, Possacos, São João de Corveira, Carrazeda de Montenegro e Curros e Fornos do Pinhal, com 87, 50, 35, 34, 34, 34 e 32 habitantes por km², respetivamente, segundo os Censos de 2011.

Figura 9: População por grupos etários no concelho de Valpaços


Fonte: INE

A realidade de regressão populacional no concelho é também compreendida pela estrutura etária, onde durante o período censitário se regista uma dinâmica de aumento da população pertencente ao grupo etário dos 15-64, bem como um aumento da população idosa, ainda que não muito significativo, quando comparado com o período pós-censitário.

Relativamente ao período intercensitário, cerca de 32% da população é idosa e os jovens (até aos 14 anos), representam apenas 10% da população do município. O aumento da população idosa tem estabilizado, embora, mantenha um crescimento total, entre 2012 e 2016, de apenas 0.1%. Numa tendência contrária, a população jovem e a população ativa regridem cerca de 18% e 11% por ano, respetivamente, durante o mesmo período.

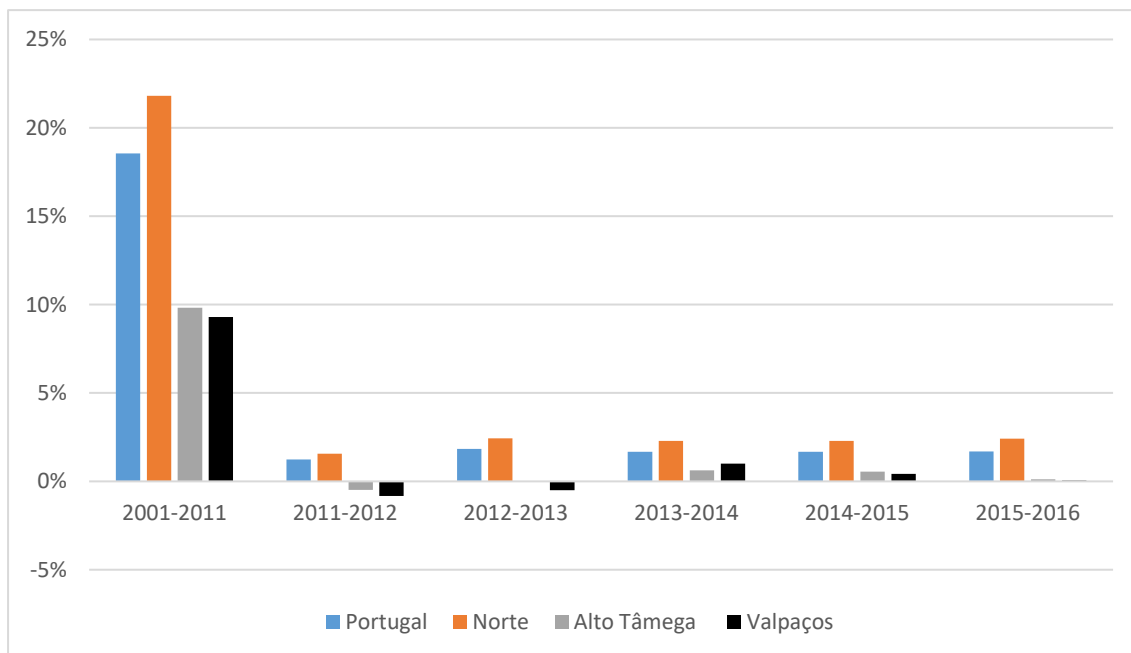
O fenómeno de regressão populacional afeta a evolução do número de famílias no período mais recente. Analisado o período censitário constata-se a diminuição de 7 286 famílias de 2001 para os 6 912 de 2011, correspondendo a uma diminuição de 5%.

Nos anos mais recentes, apesar da ausência de informação, é de esperar a tendência da diminuição do número de famílias motivada pelo processo de envelhecimento e de diminuição da população de forma constante. Todavia, também é possível deduzir, por intermédio da dimensão do agregado familiar que, desde a década de 60, existe uma diminuição contínua da sua composição, passando de 4 elementos, nessa altura, para os 3.7 em 1981, 3.0 em 2001 e 2.7 em 2011 (INE).

Ao mesmo tempo, associado ao aumento do grupo etário da população idosa, a esperança média de vida aumentou, em Portugal, dos 76.4 anos de vida à nascença, em 2001, para os 80.4 anos, em 2014, inferindo, consequentemente, ao aumento do índice de envelhecimento.

O crescimento da população com idade superior a 65 anos no concelho de Valpaços tem evoluído de forma estável no período pós-censitário (já referido anteriormente). Contudo, entre 2011 e 2016 existe um crescimento mínimo de 7 indivíduos com idade superior a 65, contrastando de forma inequívoca com a envolvente regional, onde a evolução deste grupo etário, no mesmo período de 2011 a 2016, é inferior ao nacional, em 8% e em 12% ao regional.

Figura 10: Comparação da evolução do grupo etário > 65 anos com a envolvente regional

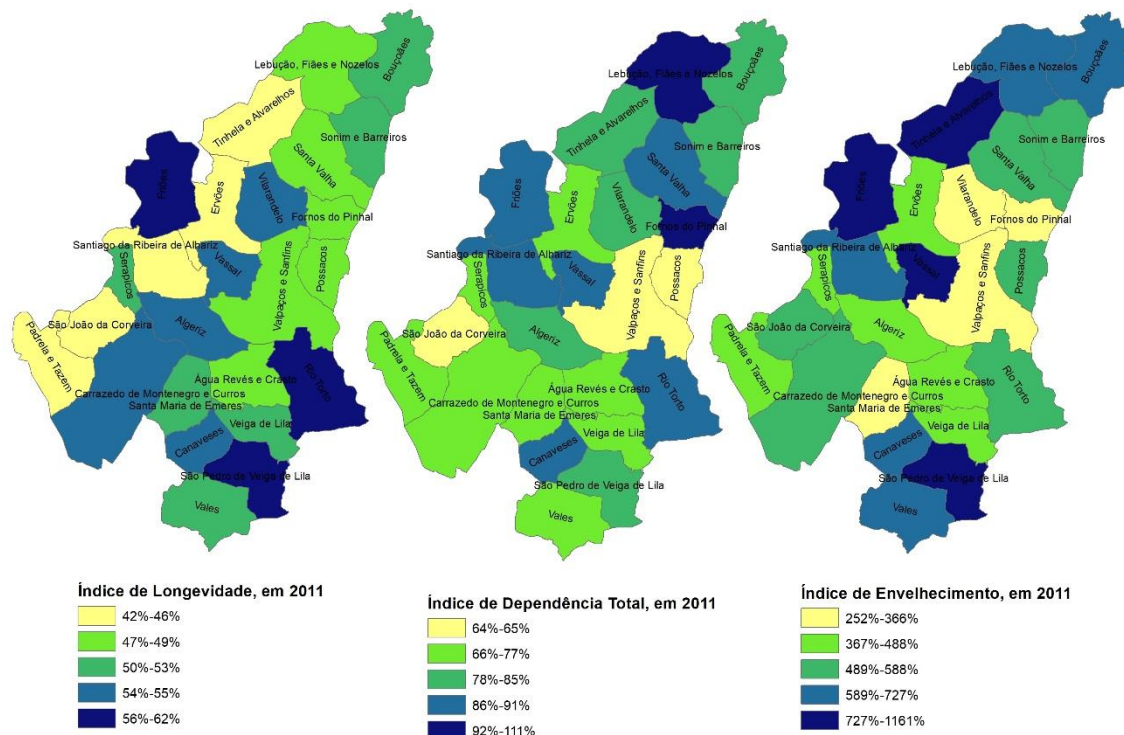


Fonte: INE

Embora, exista tal presságio, é de referir que este grupo etário também é o único que apresenta valores em crescimento na estrutura etária. Isto, associado a outros indicadores que ajudam a compreender a

evolução do processo de envelhecimento é o indicador da população jovem com idade <14 anos, que apresenta uma evolução tendencialmente negativa, cerca de 37% entre os períodos censitários de 2001 e 2011, e de 18% entre 2012 e 2016.

Figura 11: Conjuntura do Envelhecimento no Concelho de Valpaços

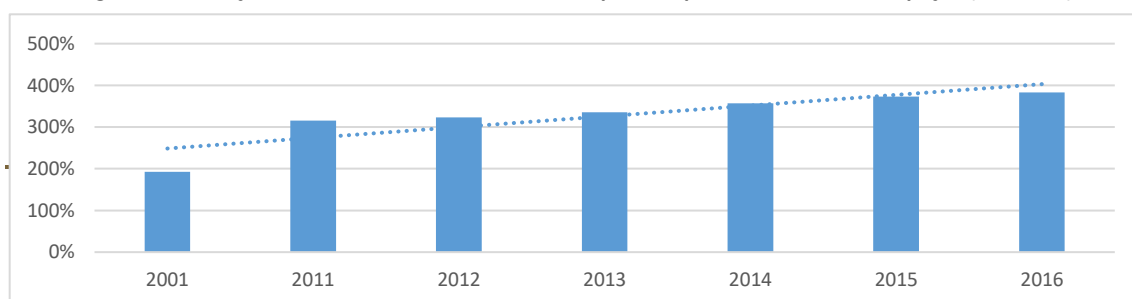


Fonte: INE

Sendo na freguesia de Tinhela e Alvarelhos onde se apresentam os maiores índices de envelhecimento na conjuntura municipal (1 160.8%). Logo de seguida, as freguesias de Friões (883.3%) e São Pedro de Veiga de Lila (813.3%) lideram o top 3 das freguesias com maiores índices de envelhecimento. Ao invés, encontram-se as freguesias com os maiores aglomerados populacionais apresentam os índices de envelhecimentos mais baixos do concelho, nomeadamente, em Valpaços e Sanfins e Vilarandelo com 252.15 e 340.6, respetivamente.

Tais valores, na atualidade, são superiores, não devido ao processo de diminuição da população, pois este encontra-se estabilizado, mas sim, pela diminuição da população jovem e pelo envelhecimento da população ativa. Outro facto concordante com tal processo de envelhecimento é a continuação do seu aumento do período censitário para o período pós-censitário, passando de 192.6%, em 2011, para 383.3%, em 2016 - consultar figura seguinte.

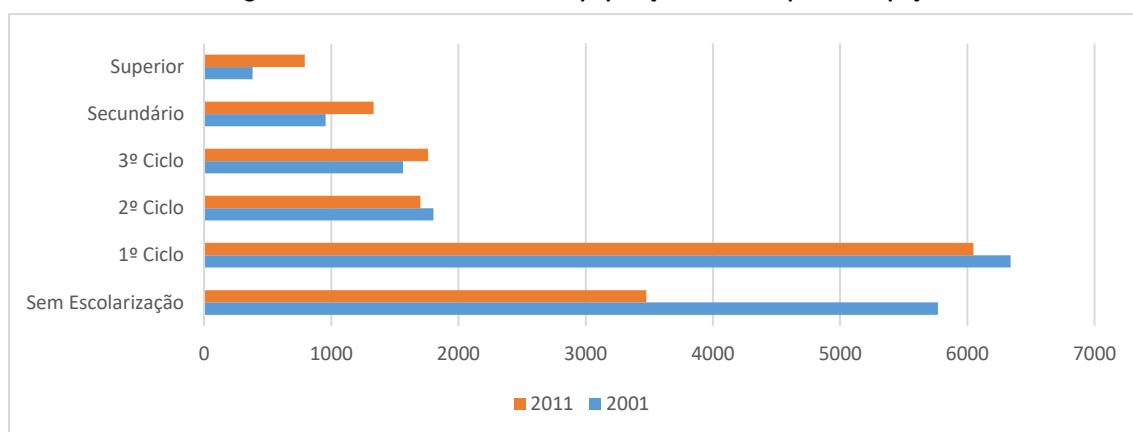
Figura 12: Evolução do Índice de Envelhecimento no período pós-censitário, em Valpaços (concelho)



Outro facto estruturante na dinâmica populacional são os níveis de escolaridade. Neste tópico de análise, a população do concelho reflete, em parte, o seu potencial de desenvolvimento socioeconómico.

A Figura 13 apresenta uma realidade positiva nos diversos níveis escolares, isto porque, compreendendo as diferenças inter-geracionais, é possível encontrar a população mais idosa com um nível de escolarização, predominantemente, primário e básico, mas, a população jovem e em idade ativa, já se encontra com padrões de escolarização associado à escolarização superior e a secundária, respetivamente.

Figura 13: Nível de escolaridade da população do município de Valpaços



Fonte: INE

No concelho o nível de escolarização dominante, é o 1º ciclo, tendo, ainda, uma representatividade de 36% da população, sendo acompanhado, logo de seguida, pela sem escolarização, correspondendo a cerca de 21%. Contudo, existe uma alteração profunda protagonizada pela população, que passou dos 30% sem escolaridade, em 2001, para os 21%, em 2011, e dos 2% da população com o nível superior, em 2001, para os 5%, em 2011. Os demais níveis de ensino mantiveram as suas descidas normais nos níveis de ensino básico (1ºciclo e 2ºciclo), e das subidas, inerentes a uma nova conjuntura educacional e laboral, representados pelo ensino básico (3º ciclo) e o ensino secundário.

Apesar de Valpaços apresentar uma dinâmica em crescendo, no nível de escolaridade da população, depreende-se na maioria das freguesias, uma taxa de analfabetização superior a 10%, à exceção de U.F. de Valpaços e Sanfins, com 7.71%.

Freguesia	Taxa de Analfabetização
Água Revés e Castro	19,5%
Argeriz	19,1%
Bouçães	25,7%
Canaveses	24,0%
Ervões	11,6%
Fornos do Pinhal	13,1%

Friões	25,5%
Padrela e Tazém	23,2%
Possacos	12,2%
Rio Torto	26,9%
Santa Maria de Émeres	10,7%
Santa Valha	19,7%
Santiago da Ribeira de Alhariz	29,7%
São João da Corveira	19,3%
São Pedro de Veiga de Lila	26,2%
Serapicos	21,2%
Carrazedo de Montenegro e Curros	14,0%
Lebução, Fiães e Nozelos	16,0%
Sonim e Barreiros	13,5%
Tinhela e Alvarelhos	11,2%
Valpaços e Sanfins	7,7%
Vales	11,0%
Vassal	16,2%
Veiga de Lila	12,0%
Vilarandelo	11,8%
Valores acima da média do município (17,6%)	
Valores abaixo da média do município (17,6%)	

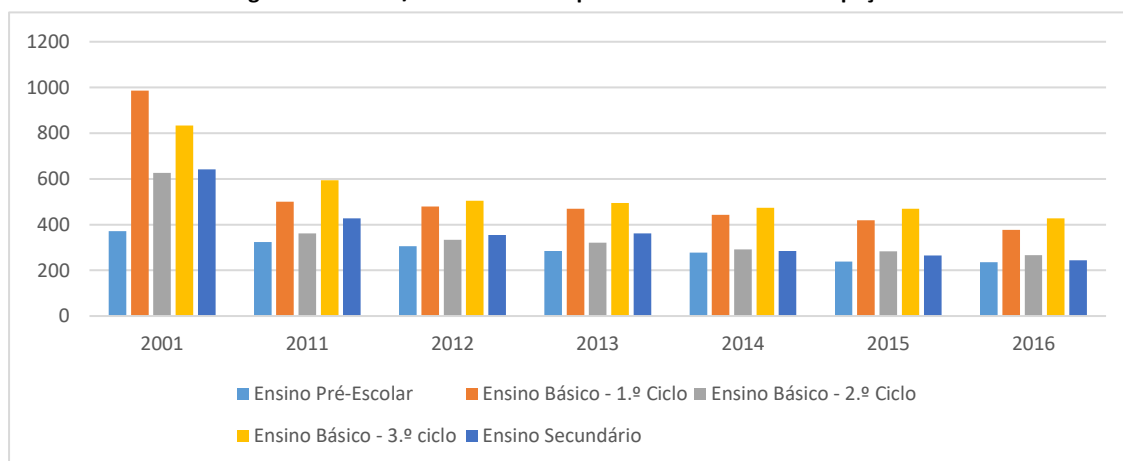
Tabela 6: Número de analfabetos com mais de 10 anos e taxa de analfabetismo

Fonte: INE

Fonte: INE

Como também o número de alunos se encontra em constante regressão, tal como se depreende na figura seguinte, e pelas taxas de crescimento que o mesmo apresenta. Entre 2011 e 2016, existe uma regressão média nos níveis de ensino de 53%, em particular no nível de ensino básico – 1.º ciclo e o nível secundário, com regressões na ordem dos 62%, cada um.

Figura 14: Alunas/os matriculados por nível de ensino em Valpaços



Fonte: INE

Por fim, consumada a análise da distribuição e densidade populacional, bem como do envelhecimento e da qualificação, resta agora perceber, como é que esta se encontra em termos sociológicos, nomeadamente com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH foca três dimensões fundamentais para a vida do Homem: viver uma vida longa e saudável, grau de instrução e pelo padrão de vida digno.

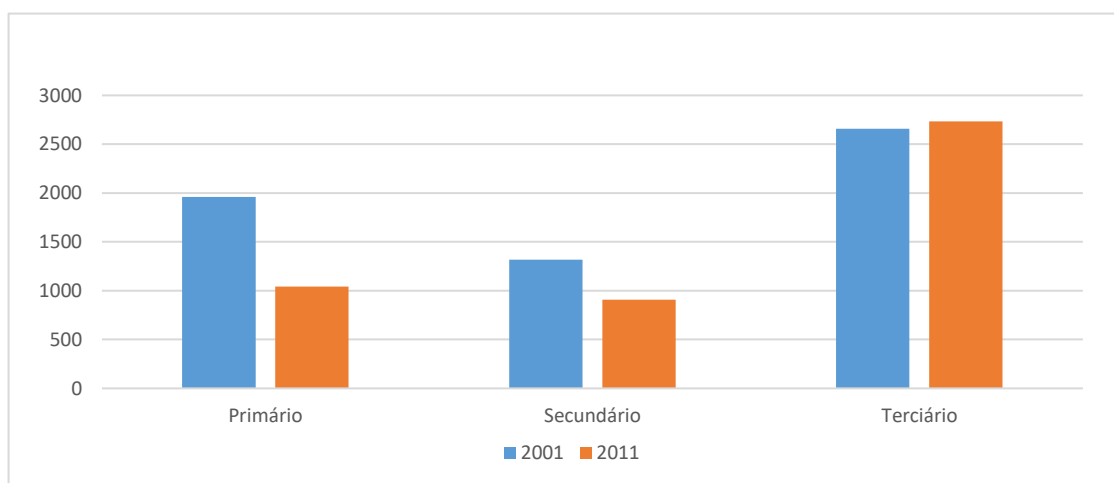
Tabela 7: IDH do município de Valpaços

Fonte: INE e Pordata

Valpaços apresenta um valor inferior ao estabelecido para o País, ao qual o Programa das Nações Unidas atribui um IDH de 84.30³.

Índice de Desenvolvimento Humano ² do município de Valpaços	
Esperança de Vida	80,6
Tx. Alfabetização (%)	82
Tx. De Escolarização (%)	70
PIB <i>per capita</i>	16 640
Valor do IDH do município	81.03 (IDH elevado)

- Economia**

Figura 15: População empregada por setor de atividade


Fonte: INE

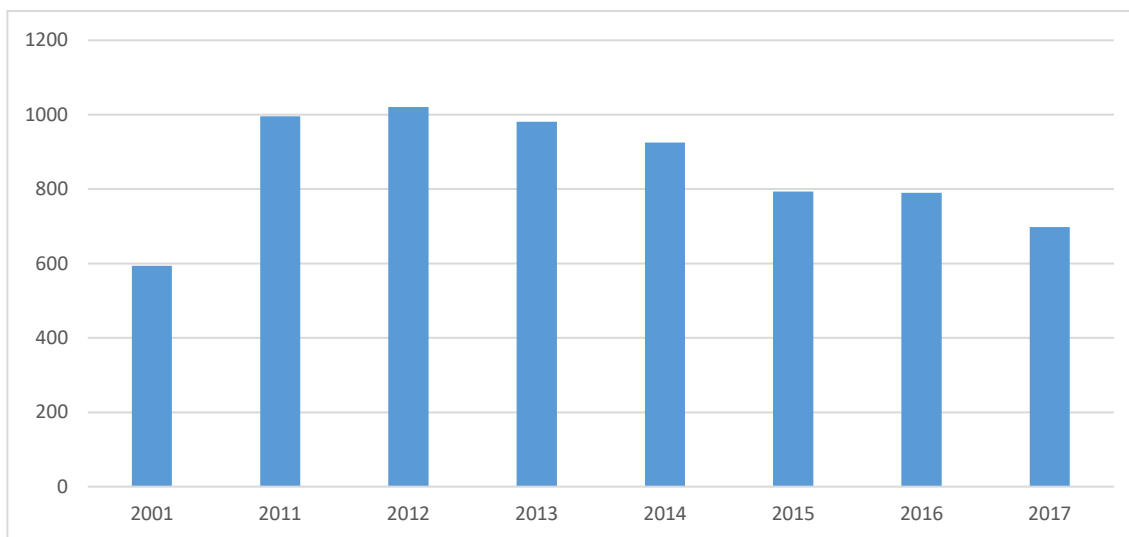
A análise dos dados entre Censos, como seria de esperar, demonstra um período de transição no domínio da população empregue por setor, isto, influenciado pelas tendências do mercado laboral que têm ocorrido nos últimos anos, com o aumento da terciarização, mas também pela regressão do número de população ativa, devido ao envelhecimento e à diminuição da população residente, afetando, particularmente, o setor primário que teve uma regressão de 47% da população empregue no setor em 10 anos.

² Os valores desenvolvidos, à exceção das taxas apresentadas, compreendem ao contexto nacional.

³ O valor apresentado corresponde ao 41.º melhor classificado a nível mundial, segundo este organismo.

No que se refere ao desemprego em 2017 registou-se no concelho o valor mais baixo desde o período pré-crise financeira de 2008, com uma média de 698 indivíduos inscritos no Centro de Emprego; ainda assim superior ao valor mais baixo registado no período de análise: 594, em 2001.

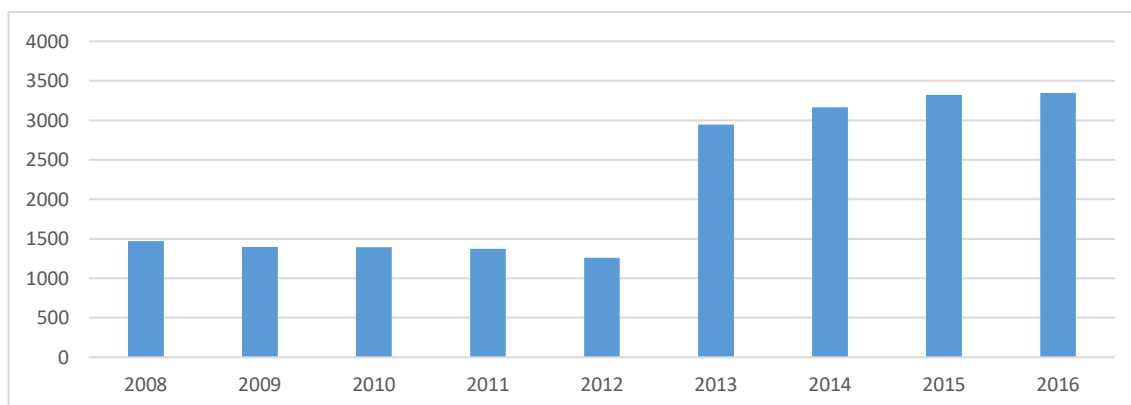
Figura 16: Número de inscritos no Centro de Emprego (média anual)



Fonte: INE

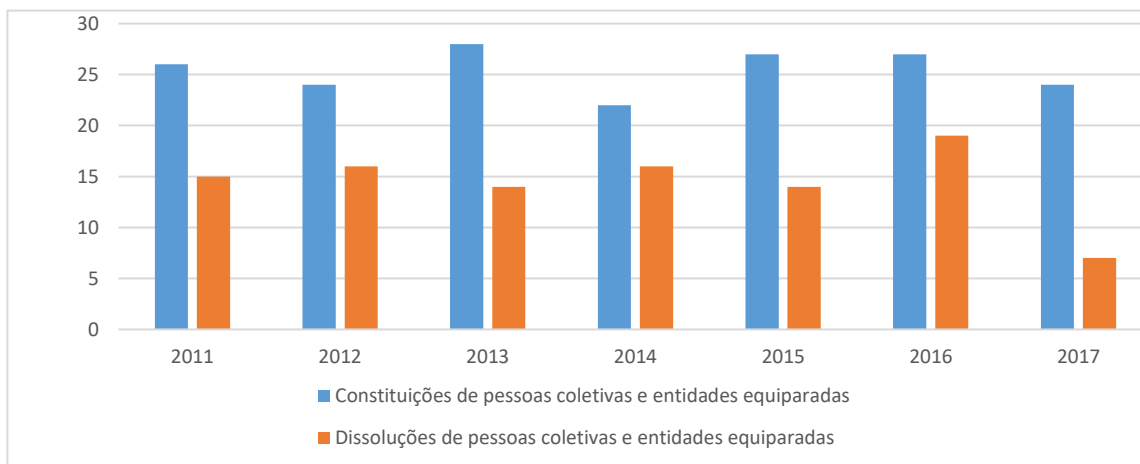
No que se refere à realidade de Valpaços enquanto município estruturante no contexto regional onde se insere, existe uma conjuntura empresarial que tende a estabilizar, posteriormente a um período de quebra económica associado ao processo de crise económico-financeira de 2008. Desde 2012, como se constata na Figura 17 existe uma evolução positiva deste indicador tendo em conta os processos de retoma económica num contexto macro e micro, a partir de 2013.

Figura 17: Número de Empresas no concelho



Fonte: INE

Figura 18: Evolução do número de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas no concelho

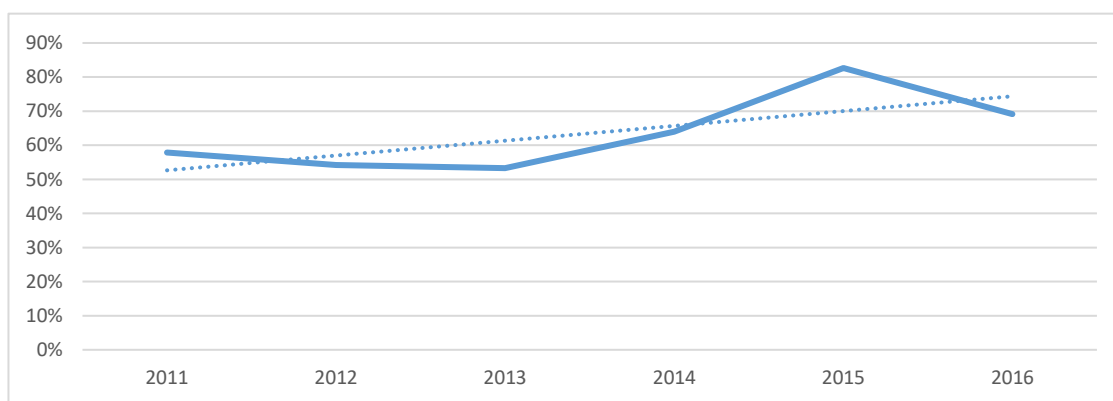


Fonte: INE

Encontra-se patente na figura supra, a realidade do concelho, em termos da constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas. A estabilização entre 2011 e 2017 do número de constituições de pessoas coletivas e entidades equiparadas contradiz o aumento do número de empresas anteriormente demonstrado.

Ao mesmo tempo, existe uma tendência de diminuição do número de dissoluções de pessoas coletivas e entidades equiparadas, isto, também verificado pelo facto de existir uma taxa de sobrevivência das empresas nos primeiros dois anos de existência, francamente positiva, cerca de 69%, e com uma tendência atual de aumento, segundo o período analisado na figura da página seguinte.

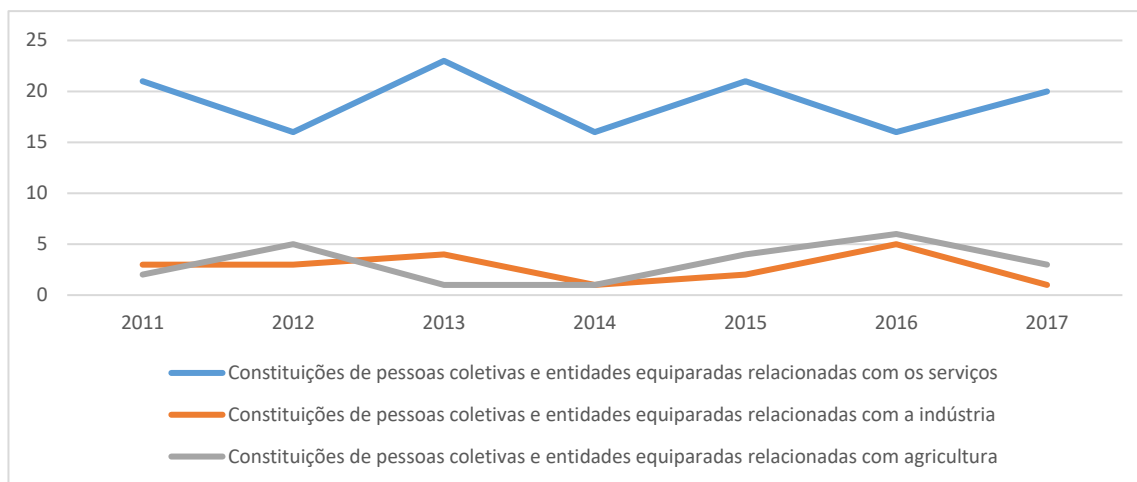
Figura 19: Grau de sobrevivência das empresas ao final de 2 anos



Fonte: INE

Dada a evolução do número de constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas, será pertinente perceber qual o setor que mais cresceu na atual conjuntura.

O aumento do número de pessoas coletivas e entidades equiparadas relacionados com os serviços no município predominam, tendo o seu maior impacto entre o ano de 2012 para 2013, onde foram constituídas 39 no agregado destes dois anos.

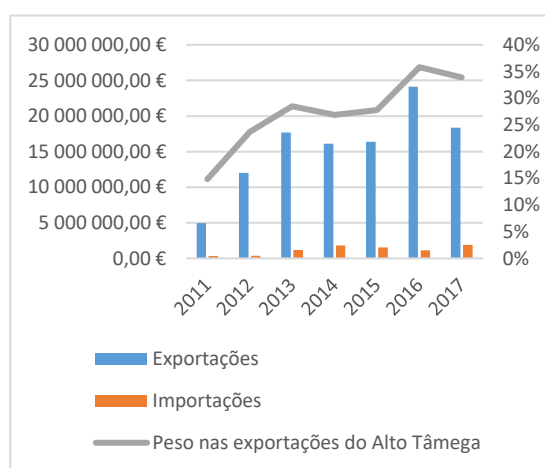
Figura 20: Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas por setor de atividade económica


Fonte: INE

Ao mesmo tempo, a predominância deste setor económico é confirmada pelo número de pessoas coletivas e entidades equiparadas que são constituídas. Evidencia-se que, em média, é possível constatar que, aproximadamente, 76% das constituições são do setor dos serviços.

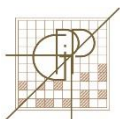
No que se refere à produtividade do município, perante um contexto económico estável ao nível do dinamismo empresarial, existe em termos de balança comercial e de volume de negócios uma conjuntura francamente positiva, abordando o contexto regional onde este se insere e as condicionantes típicas de territórios de baixas densidades – consultar figuras seguintes.

Figura 21: Volume de Negócios do município de Valpaços

Figura 22: Balança Comercial do município de Valpaços


Fonte: INE

Relativamente à balança comercial do município, esta encontra-se francamente positiva no período analisado, onde o valor das exportações é, em média, cerca de 16 vezes superior ao valor das importações.



Assim, a produtividade do município apresenta-se num contexto que na envolvente regional é difícil encontrar, devido aos condicionalismos existentes nestes territórios, como a ausência de mão-de-obra qualificada e em abundância e a sua localização periférica a grandes centros metropolitanos.

Todavia, a questão da balança comercial tenderá a melhorar, isto porque, segundo as Projeções para a economia portuguesa 2017-2019 do Banco de Portugal, existirá *um crescimento forte das exportações*⁴ perfazendo um aumento de produtividade económica que, dependendo da conjuntura, poderá ou não agravar a questão dos valores das importações, pois o crescimento das exportações não é impeditivo do crescimento das importações.

Ao mesmo tempo, segundo a Figura 21, o volume de negócios gerado pelo município, desde o ano de 2011 até ao de 2016, apresenta um crescimento médio de 6% ao ano, durante o período em análise.

Não obstante da realidade da população empregue, da constituição das empresas e da produtividade do município, importa perceber que, atendendo à sua localização, existe uma dinâmica agrícola relevante. Isto porque, Valpaços se encontra intimamente ligado à atividade olivícola, da vinha e da produção de castanha da região do Alto Tâmega – observar as tabelas e a análise constantes nas páginas seguintes.

⁴ Segundo o Banco de Portugal perspetiva-se um crescimento de 1.0% em 2017 e de 0.9% nos anos de 2018 e 2019.

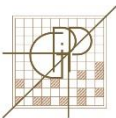
Tabela 8: Conjuntura agrícola-pecuária do município de Valpaços

Propriedade agrícola:

Freguesia	Superfície Agrícola Utilizada (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas com máquinas agrícolas (n.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Explorações agrícolas (N.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	N.º de Produtores agrícolas singulares com> 65 anos			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)
	1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009		1989	1999	2009	
Argeriz	1366	1302	1264	-7%	43	71	99	130%	227	237	233	3%	63	78	106	68%
Água Revés e Castro	1585	1386	1203	-24%	23	36	77	235%	180	164	176	-2%	57	64	79	39%
Bouçoães	1403	955	661	-53%	33	44	69	109%	239	180	161	-33%	78	74	73	-6%
Canaveses	712	718	512	-28%	11	22	42	282%	123	119	103	-16%	30	41	49	63%
Ervões	1751	1287	1104	-37%	47	88	110	134%	293	244	213	-27%	96	92	106	10%
Fornos do Pinhal	669	417	400	-40%	8	16	37	363%	111	113	117	5%	39	53	68	74%
Friões	2409	1613	1342	-44%	57	84	116	104%	323	262	240	-26%	105	119	116	10%
Padrela e Tazém	1256	1027	1174	-7%	17	49	82	382%	141	130	168	19%	39	48	69	77%
Possacos	737	587	444	-40%	15	30	64	327%	147	142	149	1%	45	47	69	53%
Rio Torto	1554	1546	1245	-20%	40	76	114	185%	169	176	162	-4%	43	65	71	65%
Santa Maria de Émeres	940	789	826	-12%	19	31	56	195%	186	171	179	-4%	62	51	81	31%
Santa Valha	892	883	689	-23%	24	55	70	192%	198	196	162	-18%	44	71	89	102%
Santiago da Ribeira de Alhariz	1491	1057	834	-44%	28	56	78	179%	313	258	196	-37%	94	98	98	4%
São João de Corveira	2025	1271	939	-54%	27	56	78	189%	245	215	189	-23%	77	75	84	9%
São Pedro da Veiga de Lila	873	708	639	-27%	8	32	53	563%	126	138	132	5%	30	47	62	107%
Serapicos	640	629	575	-10%	24	37	55	129%	84	82	87	4%	24	33	34	42%
Carrizado de Montenegro e Curros	2896	2457	1806	-38%	43	96	131	205%	474	479	352	-26%	128	181	160	25%
Lebução, Fiães e Nozelos	1374	1158	834	-39%	30	58	80	167%	248	260	201	-19%	79	99	114	44%
Sonim e Barreiros	835	565	398	-52%	11	25	34	209%	159	151	106	-33%	44	62	49	11%
Tinhela e Alvarelhos	1484	1118	763	-49%	40	59	70	75%	179	155	122	-32%	55	69	53	-4%
Valpaços e Sanfins	2347	1779	1679	-28%	58	115	192	231%	391	373	434	11%	123	140	208	69%
Vales	1101	769	656	-40%	21	37	49	133%	122	118	119	-2%	35	41	51	46%
Vassal	934	617	552	-41%	21	42	77	267%	159	162	158	-1%	49	62	75	53%
Veiga de Lila	463	487	355	-23%	17	23	37	118%	115	98	92	-20%	39	41	57	46%
Vilarandelo	1072	726	617	-42%	40	51	91	128%	277	218	194	-30%	71	94	106	49%
Valpaços	32809	25851	21511	-34%	705	1289	1961	178%	5229	4841	4445	-15%	1549	1845	2127	37%

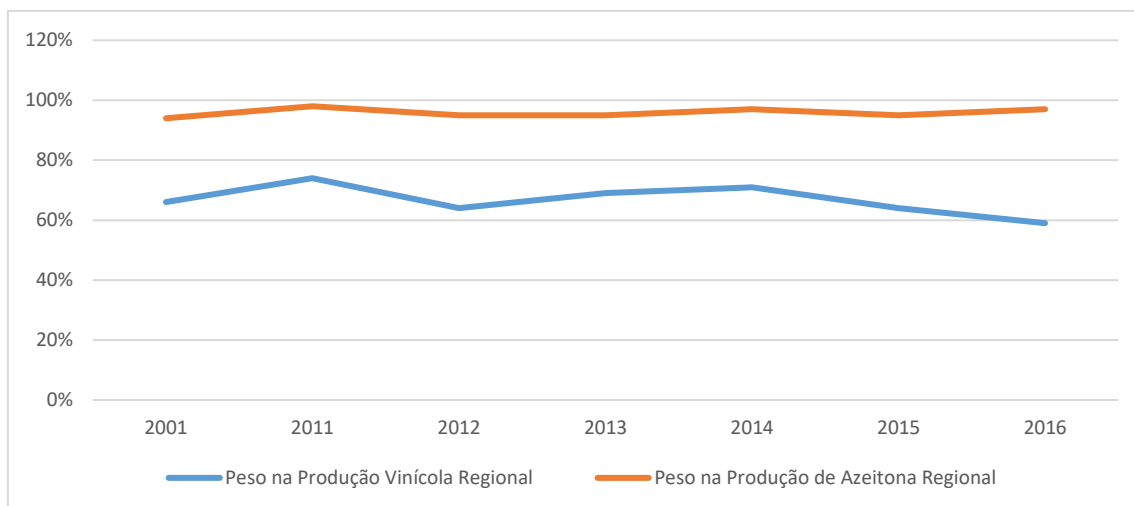
Produtividade agrícola:

Freguesia	Superfície das culturas permanentes (ha)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	Cultura Predominante	Animais (n.º)			Taxa de Crescimento de 1989-2009 (%)	1.ª e 2.ª Espécie Predominante
	1989	1999	2009			1989	1999	2009		
Argeriz	786	958	1061	35%	Frutos de Casca Rija	2555	3984	3151	23%	Aves e Coelhoos
Água Revés e Castro	988	1036	1037	5%	Olival	2518	2463	1553	-38%	Aves e Coelhoos
Bouçoães	349	378	384	10%	Frutos de Casca Rija	5009	3831	1495	-70%	Ovinos e Aves
Canaveses	269	447	430	60%	Frutos de Casca Rija	2480	2311	1627	-34%	Aves e Coelhoos
Ervões	466	424	507	9%	Frutos de Casca Rija	3568	4407	4045	13%	Aves e Coelhoos
Fornos do Pinhal	463	314	329	-29%	Frutos de Casca Rija	1620	1074	180	-89%	Aves e Coelhoos
Friões	287	376	458	60%	Frutos de Casca Rija	5228	3548	3992	-24%	Aves e Coelhoos
Padrela e Tazém	348	566	893	157%	Frutos de Casca Rija	3132	2729	2414	-23%	Aves e Ovinos
Possacos	565	446	380	-33%	Olival	1379	1180	769	-44%	Aves e Ovinos
Rio Torto	749	1119	1119	49%	Olival	3101	1616	1254	-60%	Aves e Ovinos
Santa Maria de Émeres	580	619	759	31%	Olival	2622	2224	1847	-30%	Ovinos e Aves
Santa Valha	475	516	482	1%	Olival	4203	2326	1492	-65%	Ovinos e Aves
Santiago da Ribeira de Alhariz	518	573	613	18%	Frutos de Casca Rija	3854	4597	1653	-57%	Aves e Ovinos
São João de Corveira	747	845	806	8%	Frutos de Casca Rija	3965	3504	2598	-34%	Aves e Coelhoos
São Pedro da Veiga de Lila	278	405	432	55%	Frutos de Casca Rija	2269	1965	2117	-7%	Aves e Ovinos
Serapicos	88	202	257	192%	Frutos de Casca Rija	2289	2171	1357	-41%	Aves e Coelhoos
Carrizado de Montenegro e Curros	1552	1700	1512	-3%	Frutos de Casca Rija	9609	8357	5006	-48%	Aves e Coelhoos
Lebução, Fiães e Nozelos	197	303	275	40%	Frutos de Casca Rija	4128	3527	2630	-36%	Ovinos e Aves
Sonim e Barreiros	336	341	209	-38%	Frutos de Casca Rija	2412	3104	1833	-24%	Aves e Coelhoos
Tinhela e Alvarelhos	172	221	193	12%	Frutos de Casca Rija	4564	3920	2876	-37%	Ovinos e Aves
Valpaços e Sanfins	1679	1470	1454	-13%	Olival	11171	5017	3837	-66%	Aves e Coelhoos
Vales	339	394	357	5%	Frutos de Casca Rija	2249	2334	1705	-24%	Aves e Caprinos
Vassal	707	546	480	-32%	Olival	2095	1598	1194	-43%	Aves e Caprinos
Veiga de Lila	205	298	287	40%	Olival	1636	2033	727	-56%	Aves e Ovinos
Vilarandelo	474	393	357	-25%	Olival	3321	3646	1182	-64%	Aves e Coelhoos
Valpaços	13617	14890	15071	11%	Frutos de Casca Rija	90977	77466	52534	-42%	Aves e Coelhoos



Fonte:

INE

Figura 23: Peso do concelho na produção agrícola regional (Alto Tâmega)

Fonte: INE

Tópicos Chave da dinâmica agrícola, mediante a análise das tabelas anteriores:

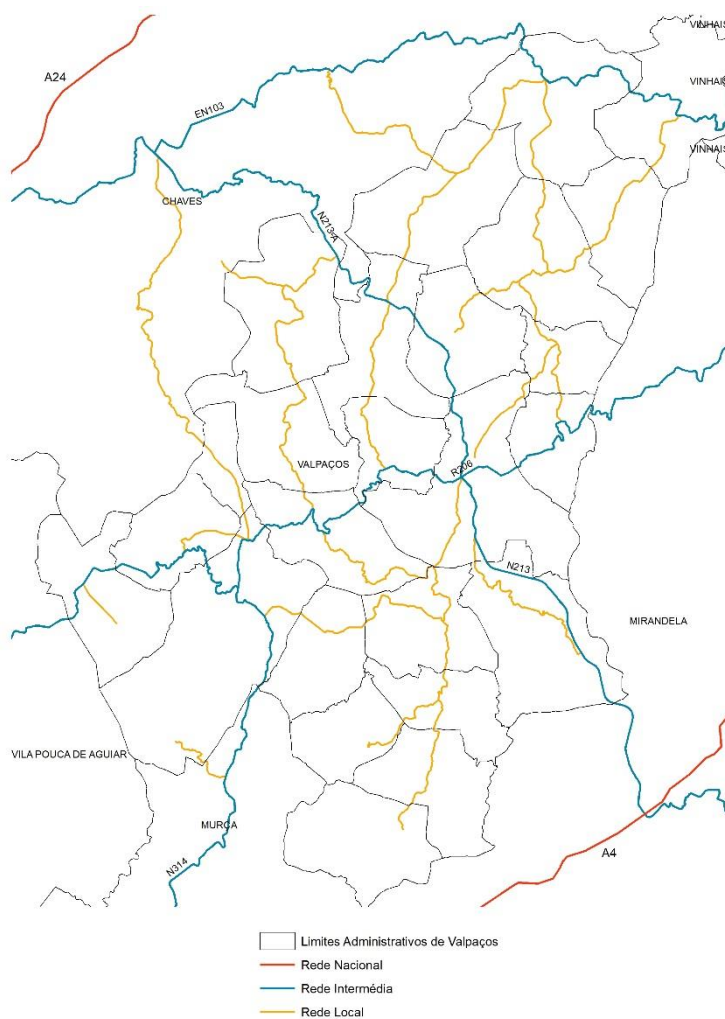
- ❖ Diminuição da área da SAU em todas as freguesias, em média 33%, entre 1989 e 2009. Inclusive, existiram freguesias que perderam, cerca de 2 vezes a área, entre 1989 e 2009, nomeadamente, São João da Corveira, Bouçoães e de Sonim e Barreiros, com 54%, 53% e 52%, respetivamente;
- ❖ Os avanços tecnológicos, desde 1989 e 2009, são uma consequência da ascensão do número destes equipamentos nas propriedades agrícolas. Contudo, devido ao horizonte temporal em análise, existe um crescimento positivo que duplicou na maioria das freguesias do município. A exceção de Tinhela e Alvarelos que associada à sua dinâmica demográfica, não duplica o número de máquinas por exploração;
- ❖ O envelhecimento e o despovoamento agrícola repercute-se no aumento generalizado da população agrícola com mais de 65 anos, mas também na regressão do número de produtores em freguesias, como em Bouçoães e Tinhela e Alvarelos.
- ❖ As culturas permanentes apresentam uma dinâmica de crescimento associada à produção da azeitona, a amêndoa e a castanha, constituindo, inclusive, no município a maior produção a nível regional.
- ❖ No concelho a cultura predominante são os frutos de casca rija, principalmente, a amêndoa, facto confirmado com a sua predominância em 16/25 freguesias;
- ❖ O efetivo animal regride em 42%, contudo, existem freguesias em crescendo, motivado pela localização de unidades de comercialização ou preparação ou abate nas freguesias de Argeriz e Canaveses;
- ❖ A predominância do efetivo animal é de aves e coelhos, em 12/25 freguesias;
- ❖ Valpaços é um dos maiores produtores vinícolas de Trás-os-Montes – Sub-região de Valpaços;
- ❖ Ao nível da produção de azeitona existe uma regressão na produção de azeitona de 11%, entre 2011 e 2016, e no vinho de 65%, entre 2011 e 2016.

- **Mobilidade e Acessibilidade**

Do ponto de vista das grandes infraestruturas de transportes Valpaços localiza-se num contexto interessante, pois estabelece-se como um entreposto importante estabelecendo a conexão entre o eixo Chaves-Vila Pouca de Aguiar-Mirandela, que permite conectar com infraestruturas rodoviárias de escala nacional, designadamente a Autoestrada n.º 4 e a 24, por intermédio da rede de estradas de apoio ao município, nomeadamente a Nacional 213 que estabelece relação com Chaves e Vila Flor, a Regional 206 que conecta Vila Pouca de Aguiar a Torre Dona Chama (Mirandela) e, por fim, a Regional 314 que liga Carrazeda de Montenegro (Valpaços) a Murça.

Face ao contexto geográfico algo periférico em que o concelho se insere, a rede rodoviária é decisiva para as relações com os centros urbanos de carácter regional existentes na envolvente, nomeadamente, Vila Real, Mirandela e Chaves.

Figura 24: Contexto Viário

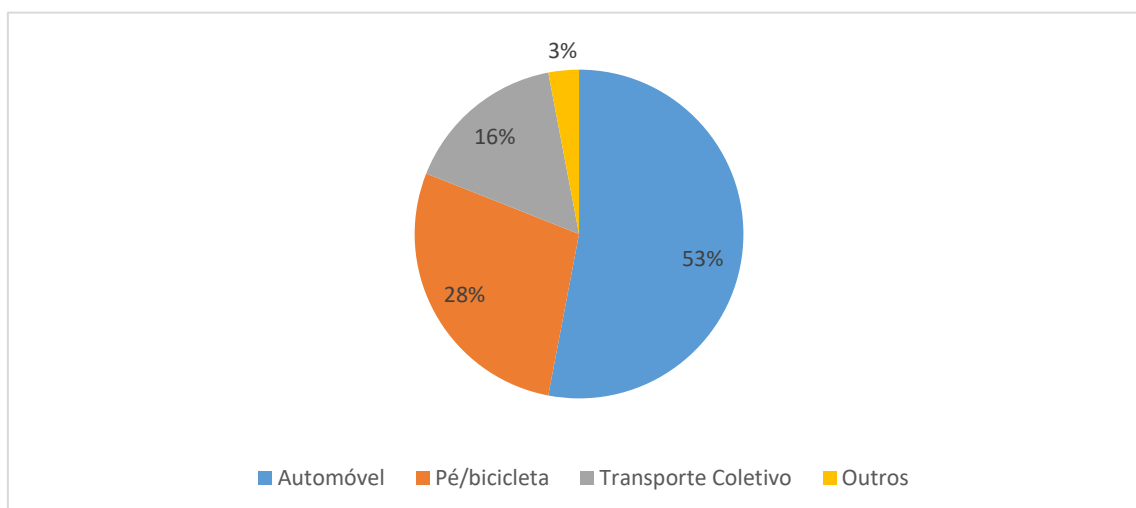


Assim, como é expectável nestes territórios de baixas densidades o automóvel predomina na forma como a população efetua os seus movimentos. Neste caso, 53% da população de Valpaços, à data do Censos de 2011, efetuava os movimentos pendulares num automóvel ligeiro como condutor ou passageiro, sendo superior em 3% à taxa verificada para o Agrupamento dos municípios do Alto Tâmega.

Apesar disto, salienta-se o facto do concelho apresentar uma taxa de mobilidade suave francamente positiva, quando analisada a envolvente regional, isto porque, 28% da população de Valpaços ou anda a pé ou de bicicleta, sendo que no Alto Tâmega apenas 22% é que utilizam estes meios nas suas deslocações pendulares.

Tal presságio num território de baixas densidades motiva dificuldades de implementação de sistemas de transportes públicos. Os existentes servem, igualmente a população escolar e significa uma fatia de 16% no total das deslocações, ligeiramente inferior à média do Alto Tâmega que é de 17%.

Figura 25: Tipo de movimentos no município de Valpaços



Fonte: INE

No concelho, em termos de transporte coletivo regional opera a empresa Viação do Tâmega que fixa os seus percursos entre Chaves e Mirandela, onde se situa o interface para a rede nacional da própria empresa, designadamente, no estabelecimento das ligações com o Porto, Lisboa, Fátima, Coimbra e Viseu.

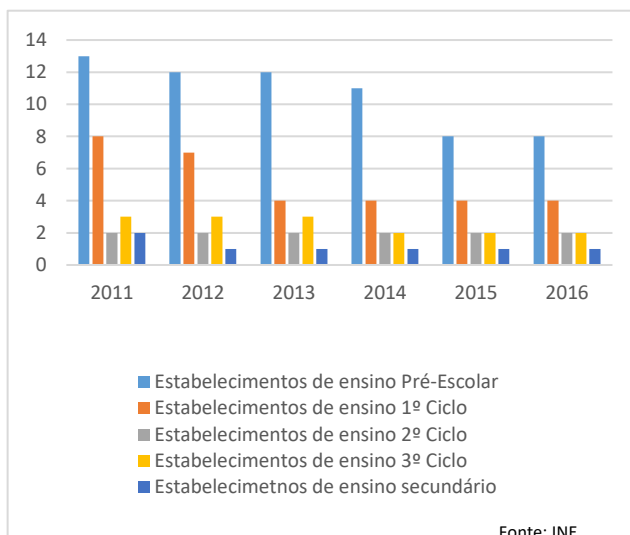
A mesma empresa tem também outros percursos internos ao concelho como a ligação a Lebução.

• Equipamentos e Serviços Básicos

Educação

Figura 26: Número de Estabelecimento de Ensino (Privado e Público) no concelho de Valpaços

A evolução dos equipamentos de ensino no concelho de Valpaços sofreu uma redução, desde 2011, derivado à reestruturação da rede escolar que foi necessário efetuar, motivada pelas alterações conjunturais, não só em termos da governação do setor da educação em Portugal, como também da realidade demográfica, associada ao envelhecimento e diminuição da população estudantil.



Na figura supra é possível constatar o retrato atual, onde se denota os efeitos da concentração dos núcleos escolares, principalmente nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do ensino básico (1º ciclo), com uma diminuição de 38% e 50%, entre os anos de 2011 e 2016, respetivamente. Motivada pelas alterações conjunturais, anteriormente afirmadas, mas também pela melhoria da eficiência dos serviços prestados, reduzindo, em termos financeiros os gastos pelas entidades competentes, tanto ao nível da administração central e local.

À data de 2016 o Agrupamento de Escolas de Valpaços era constituído pelos seguintes estabelecimentos:

- ❖ Jardim de Infância de Argeriz;
- ❖ Jardim de Infância de Veiga de Lila;
- ❖ Escola EB1/Jardim de Infância de Lebução;
- ❖ Escola EB1/Jardim de Infância de Valpaços;
- ❖ Escola EB1 de Vilarandelo;
- ❖ Escola 2,3 José dos Anjos;
- ❖ EB1/JI de Carrazedo de Montenegro;
- ❖ Escola EB 2,3 de Júlio Carvalhal;
- ❖ Escola Secundária e de 3.º Ciclo de Valpaços.

No que se refere a outros níveis de ensino é de salientar a existência do ensino profissional, que começou em 2015, através de um protocolo entre o município de Valpaços e o Instituto Politécnico de Bragança. Primeiramente com dois cursos técnicos superiores profissionais, designadamente o de Viticultura e Enologia e o de Gerontologia e, na atualidade, com a perspectiva de ser lecionado no ano letivo de 2018/2019, o curso de Defesa da Floresta Contra Incêndios.



Este é um exemplo de descentralização de serviços que pode ajudar a promover e dinamizar os territórios de menores densidades, aproveitando os recursos existentes.

Sociais

Os equipamentos sociais existentes no concelho têm uma grande relevância no contexto da sua realidade social. O aumento das necessidades da população, aliado ao aumento da população mais idosa, determina que estes serviços são fundamentais na colmatação das carências sociais e no apoio aos extratos da população mais vulneráveis. Na tabela 9 identificam-se os equipamentos existentes.

Tabela 9: Equipamentos de Ação Social em 2018⁵

Câmara Municipal de Valpaços
Instituto de Segurança Social – Serviço Local de Valpaços
Santa Casa da Misericórdia de Valpaços
Centro de Saúde de Valpaços
Casa do Povo de Vilarandelo
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Valpaços
Centro Social e Benfeitoria de Canaveses
Centro Social e Paroquial de Vassal
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
Associação de Solidariedade de S. Pedro

Fonte: CMV

Saúde

O concelho de Valpaços agrega no seu território um hospital de índole regional e dois centros de saúde sem internamento, localizados na cidade, sendo ambos da responsabilidade do Agrupamento de Centros Saúde de Alto Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso (ACSAB), da Administração Regional de Saúde do Norte. Também sob a jurisdição do ACSAB encontra-se a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, Unidade de Cuidados na Comunidade e os Serviços de Atendimento Permanente de Valpaços, bem como a Unidade de Cuidados de Saúde de Valpaços, tendo pólos em Vilarandelo, Santa Valha, Friões, Lebução e Carrazedo de Montenegro.

De referir também, a existência de 7 farmácias, no ano de 2016, sendo que, em 2001, existiam 6, sendo dois postos farmacêuticos móveis, segundo o INE.

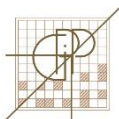
Como alternativa ao setor público de saúde existem 6 instituições privadas de saúde, como clínicas de cuidados médicos especializados, localizando-se na cidade de Valpaços.

Desportivos

Também os equipamentos desportivos assumem grande importância em qualquer território, sendo que neste caso, estão fundamentalmente associados aos estabelecimentos de ensino. Na tabela seguinte, assinalam-se as infraestruturas desportivas existentes.

⁵ Baseado em

https://valpacos.pt/uploads/document/file/158/Constitui_o_do_Conselho_Local_de_A_o_Social_do_Concelho_de_Valpa_os.p_df

**Tabela 10: Equipamentos Desportivos em 2018⁶**

Polidesportivo de Friões
Pavilhão de atividades culturais e recreativas de Vilarandelo
Polidesportivo do Centro Escolar de Valpaços
Polidesportivo da Escola Básica de Vilarandelo
Polidesportivo da Escola Básica e Secundária de Carrazedo de Montenegro
Estádio da Cruz
Piscinas Municipais
Complexo Desportivo Municipal de Valpaços

Administrativos e Proteção Civil

Os serviços que se encontram no concelho prendem-se, essencialmente, com a organização da administração do território, em termos estatais e municipais, isto é, os diferentes tipos de serviços: judiciais, administrativos e financeiros. Referente aos serviços de proteção civil, existem também os serviços básicos, como é o caso dos bombeiros e os postos territoriais da GNR.

A tabela 11 identifica os serviços existentes no concelho.

Tabela 11: Serviços Administrativos e Proteção Civil em 2018

Câmara Municipal de Valpaços
Segurança Social – Serviço Local de Valpaços
Santa Casa da Misericórdia de Valpaços
Centro de Saúde de Valpaços
Posto Territorial de Valpaços da Guarda Nacional Republicana
Instituto do Emprego e Formação Profissional – Município de Valpaços
Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Valpaços
Serviços de Finanças - Valpaços
Espaço Cidadão da Loja de Cidadão de Valpaços
Espaço Cidadão de Carrazedo de Montenegro
Tribunal Judicial – Comarca de Vila Real – Valpaços – Secção de Competência Genérica
Espaço Cidadão de Vilarandelo
Bombeiros Voluntários de Valpaços
Bombeiros Voluntários de Carrazedo de Montenegro

Fonte: CMV

Água

A ausência de informação referente ao abastecimento e saneamento de águas no concelho não permite aferir o ponto de situação neste domínio. Ainda assim, no capítulo do Planeamento, na secção do Plano de Gestão da Rede Hidrográfica do Douro é possível identificar algumas ações que permitem algumas ilações sobre o ponto de situação sobre este assunto, decisivo para a qualidade de vida das populações e orientador de futuras ações de planeamento.

⁶ Assume-se a possibilidade de existirem mais equipamentos desportivos, mas a ausência de informação referente a esta temática só permite aferir os constantes na tabela.

• Edificado e Habitação

O concelho de Valpaços, tendo como principal característica a ruralidade do seu território, apresenta como característica a existência de inúmeros lugares de pequenas dimensões dispersos pelo território. Contudo, salienta-se a existência de três aglomerados populacionais de relativa dimensão como, Valpaços, Carrazedo de Montenegro e Vilarandelo.

Segundo o INE, o número de edifícios e de alojamentos no concelho e no período intercensitário apresenta um crescimento positivo – consultar tabela seguinte –, sendo este facto particularmente, determinante nas freguesias onde se localizam os principais aglomerados populacionais, em particular a cidade de Valpaços e a Vila de Carrazedo de Montenegro, com um crescimento superior à média em 15% e 12%, respetivamente. Fora destes aglomerados populacionais principais é de salientar a freguesia de Santiago da Ribeira de Alhariz, com um crescimento apreciável.

Tabela 12: Número de Edifícios e Alojamentos e sua evolução por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesia	Edifícios		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos		Taxa de Crescimento (%)
	2001	2011		2001	2011	
Argeriz	396	404	2%	396	407	3%
Água Revés e Castro	289	274	-5%	299	274	-8%
Bouçoães	343	343	0%	343	344	0%
Canaveses	156	156	0%	156	156	0%
Ervões	501	498	-1%	501	498	-1%
Fornos do Pinhal	189	206	9%	190	206	8%
Friões	569	562	-1%	569	562	-1%
Padrela e Tazém	306	343	12%	313	343	10%
Possacos	382	344	-10%	382	344	-10%
Rio Torto	284	300	6%	285	300	5%
Santa Maria de Émeres	323	320	-1%	325	320	-2%
Santa Valha	359	323	-10%	359	323	-10%
Santiago da Ribeira de Alhariz	502	602	20%	502	602	20%
São João de Corveira	529	490	-7%	531	491	-8%
São Pedro da Veiga de Lila	223	217	-3%	223	217	-3%
Serapicos	175	182	4%	176	182	3%
Carrazedo de Montenegro e Curros	957	1147	20%	1030	1302	26%
Lebução, Fiães e Nozelos	600	670	12%	601	670	11%
Sonim e Barreiros	347	362	4%	347	373	7%
Tinhela e Alvarelhos	359	376	5%	359	379	6%
Valpaços e Sanfins	1945	2401	23%	2672	3448	29%
Vales	190	214	13%	192	214	11%
Vassal	377	362	-4%	377	362	-4%
Veiga de Lila	197	199	1%	197	204	4%
Vilarandelo	644	730	13%	656	751	14%
Valpaços	11142	12025	8%	11981	13272	11%

.Fonte: INE

Contudo, esse crescimento não acontece em todas as freguesias, sendo de referir que existem 17/25 freguesias que crescem a um nível inferior ao do concelho, destacando-se as freguesias de Santa Valha, Possacos e São João da Corveira, que têm um decréscimo superior a -5%.

Tabela 13: Número de Alojamentos com condições por freguesia, entre 2001 e 2011

Freguesias	Alojamentos Familiares Clássicos		Taxa de Crescimento (%)	Alojamentos Familiares Clássicos (com condições)		Alojamentos com condições	
	2001	2011		2001	2011		
Água Revés e Castro	297	274	-8%	165	144	56%	53%
Argeriz	396	405	2%	266	236	67%	58%
Bouçoões	343	344	0%	214	185	62%	54%
Canaveses	156	155	-1%	124	113	79%	73%
Ervões	501	498	-1%	305	274	61%	55%
Fornos do Pinhal	189	205	8%	134	130	71%	63%
Friões	569	560	-2%	340	287	60%	51%
Padrela e Tazém	312	343	10%	166	154	53%	45%
Possacos	382	343	-10%	207	184	54%	54%
Rio Torto	284	300	6%	186	168	65%	56%
Santa Maria de Émeres	325	319	-2%	200	175	62%	55%
Santa Valha	359	323	-10%	213	180	59%	56%
Santiago da Ribeira de Alhariz	502	602	20%	325	265	65%	44%
São João de Corveira	529	491	-7%	255	229	48%	47%
São Pedro da Veiga de Lila	223	217	-3%	156	132	70%	61%
Serapicos	175	182	4%	106	103	61%	57%
Carrizado de Montenegro e Curros	1027	1301	27%	699	720	68%	55%
Lebução, Fiães e Nozelos	599	669	12%	323	310	54%	46%
Sonim e Barreiros	347	373	7%	212	191	61%	51%
Tinhela e Alvarelhos	359	379	6%	175	149	49%	39%
Valpaços e Sanfins	2653	3437	30%	1591	1765	60%	51%
Vales	192	214	11%	136	118	71%	55%
Vassal	377	360	-5%	204	184	54%	51%
Veiga de Lila	197	203	3%	117	103	59%	51%
Vilarandelo	644	748	16%	425	391	66%	52%
<i>Valpaços</i>	11 937	13 245	11%	7244	6890	61%	52%

Fonte: INE

Em simultâneo, com o aumento do edificado e do número de alojamentos, verifica-se uma evolução negativa das condições⁷ existentes nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual. Isto porque a maioria das freguesias, à exceção de Possacos, que embora tenham diminuído o número de edifícios e de alojamentos, o número de alojamentos com condições estabilizou, regredindo, nas restantes freguesias, em média, 10%. Além disso, existem 11/25 freguesias que apresentam alojamentos sem condições inferiores à média do concelho que é de 53%.

No período pós-censitário, segundo o INE, o número de alojamentos clássicos familiares existentes é, aproximadamente, 13 300, crescendo apenas 1% face a 2011. A localização predominante deste tipo de alojamento é nas freguesias de Valpaços e Sanfins, Carrizado de Montenegro e Curros e Vilarandelo, nas quais se registam 73% do total dos alojamentos.

A realidade demográfica migratória existente em Valpaços motiva uma dinâmica habitacional que, por inerência à volatilidade dessa população, tem características que lhe dão proporções com uma escala, que num contexto nacional, o ultrapassa largamente, como é possível depreender na tabela seguinte, com os elevados valores de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal.

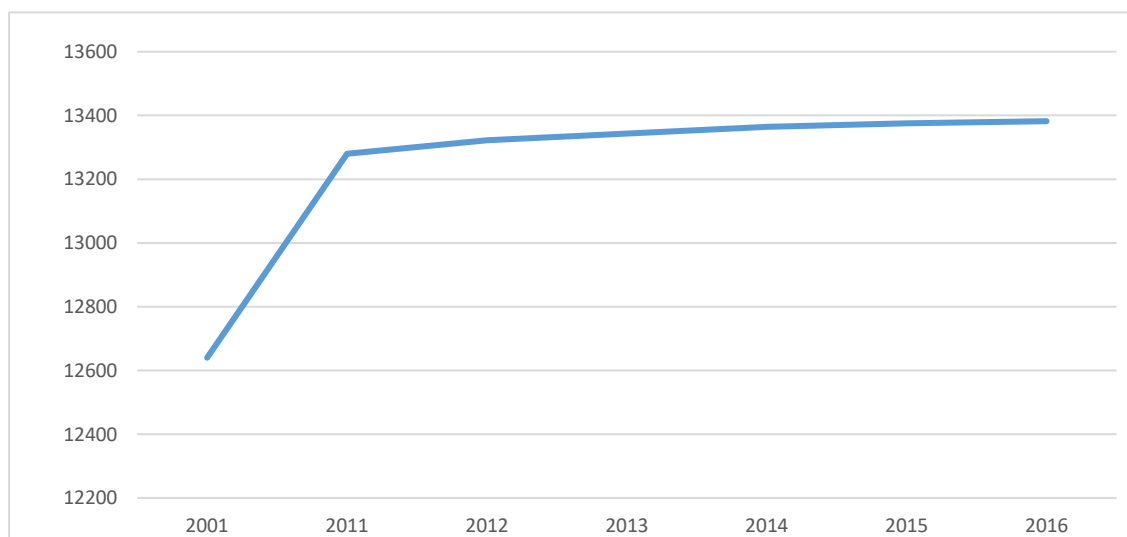
⁷ Subentende-se por condições a existência de eletricidade, água, retrete, banho, duche e aquecimento nos alojamentos.

Tabela 14: Habitação sazonal

Alojamentos familiares clássicos de uso sazonal	1991	2001	2011	Diferença entre 2011 e 1991
<i>Portugal</i>	16%	18%	19%	3%
<i>Norte</i>	13%	16%	18%	4%
<i>Alto Tâmega</i>	30%	37%	42%	12%
<i>Valpaços</i>	28%	33%	41%	13%
Água Revés e Castro	23%	36%	46%	23%
Algeriz	24%	33%	40%	16%
Bouçoães	60%	38%	46%	-14%
Canaveses	19%	13%	27%	8%
Ervões	27%	29%	37%	10%
Fornos do Pinhal	28%	17%	33%	5%
Padrela e Tazém	26%	41%	55%	29%
Friões	25%	39%	48%	23%
Possacos	24%	44%	46%	22%
Rio Torto	19%	22%	27%	8%
Santa Maria de Émeres	22%	19%	41%	19%
Santa Valha	27%	24%	42%	15%
Santiago da Ribeira de Alhariz	27%	27%	56%	28%
São João de Corveira	30%	43%	49%	19%
São Pedro da Veiga de Lila	37%	30%	36%	-1%
Serapicos	31%	40%	38%	7%
Carrizado de Montenegro e Curros	25%	28%	46%	21%
Lebução, Fiães e Nozelos	38%	40%	47%	9%
Sonim e Barreiros	33%	38%	43%	10%
Tinhela e Alvarelhos	33%	51%	46%	13%
Valpaços e Sanfins	29%	37%	40%	11%
Vales	26%	29%	45%	19%
Vassal	33%	32%	39%	6%
Veiga de Lila	14%	28%	49%	36%
Vilarandelo	23%	28%	36%	14%

Fonte: INE

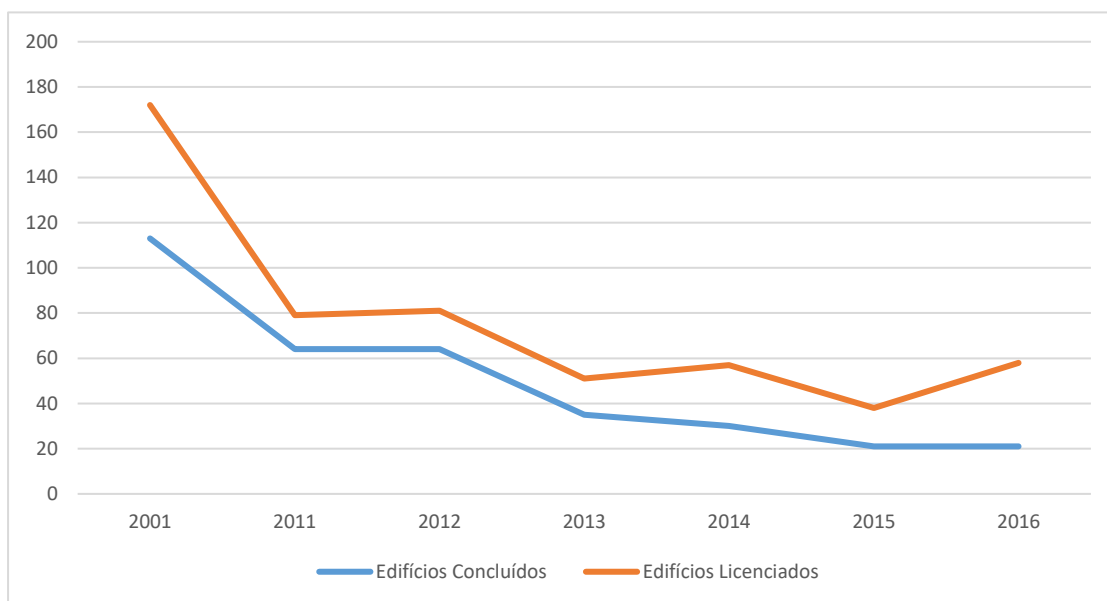
Ao ritmo de crescimento que tem acontecido entre 1991 a 2011, num futuro próximo o concelho terá cerca de 50% do total de alojamentos clássicos como de uso sazonal.

Figura 27: Evolução do número de alojamentos familiares clássicos no concelho de Valpaços


Fonte: INE

O crescimento após 2011 do mercado habitacional no concelho reflete um crescimento residual, com cerca de 100 novos alojamentos em 5 anos, perfazendo a criação de 20 alojamentos clássicos familiares ao ano. Tal processo também é refletido no número de licenciamentos, que apresenta uma regressão de cerca 27%, entre 2011 e 2016. Relativamente ao n.º de edifícios concluídos no mesmo período, o decréscimo situa-se nos 67%. Todavia, atendendo ao ritmo de crescimento que se tem verificado ao nível dos alojamentos de uso sazonal, depreende-se que este será o principal responsável pelo atual dinamismo imobiliário do concelho.

Figura 28: Evolução do número de edifícios licenciados e concluídos no concelho de Valpaços



Fonte: INE

Tal, permite concluir que existe um alinhamento entre a evolução da produção da habitação e a evolução demográfica.

Tabela 15: Número de edifícios conforme as novas construções e ampliações, alterações ou reconstruções no município de Valpaços

Edifícios Concluídos	N.º	Novas construções	Ampliações/ Alterações/ Reconstruções
2001	113	110	3
2011	64	54	10
2012	64	54	10
2013	35	33	2
2014	30	28	2
2015	21	19	2
2016	21	20	1

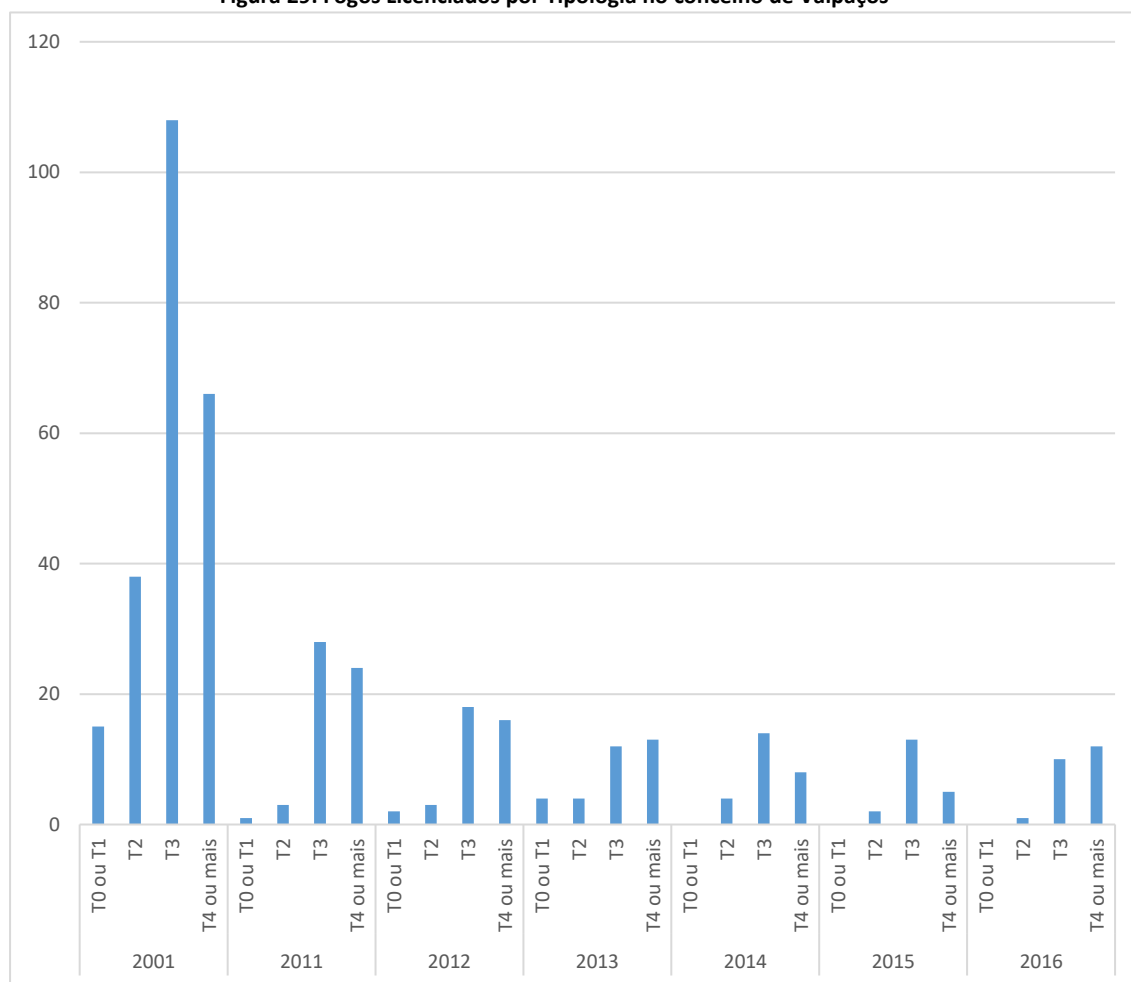
Edifícios Licenciados	N.º	Novas construções	Ampliações/ Alterações/ Reconstruções	Demolição
2001	172	165	7	0
2011	79	68	7	4
2012	81	57	14	10
2013	51	43	7	1
2014	57	45	9	3
2015	38	32	3	3
2016	58	40	10	8

Fonte: INE

Os quadros anteriormente apresentados permitem compreender que existe uma dinâmica imobiliária ténue inerente ao processo de expansão, onde o fenómeno da reabilitação não tem a representatividade devida, atendendo às novas dinâmicas urbanas e imobiliárias, uma vez que cerca de 84% do total dos edifícios licenciados respeitam a nova construção.

Por sua vez, a conjuntura do mercado imobiliário encontra-se associada à valorização do parque edificado, proporcionada pela recente alteração legislativa⁸, bem como a existência de novas dinâmicas do mercado imobiliário, associado à aposta na reabilitação dos centros históricos, da construção de tipologias familiares (Figura 29) e da valorização do fator *centralidade* do imóvel, tendo em conta serviços, equipamentos, transportes públicos e espaços de utilização coletiva.

Figura 29: Fogos Licenciados por Tipologia no concelho de Valpaços

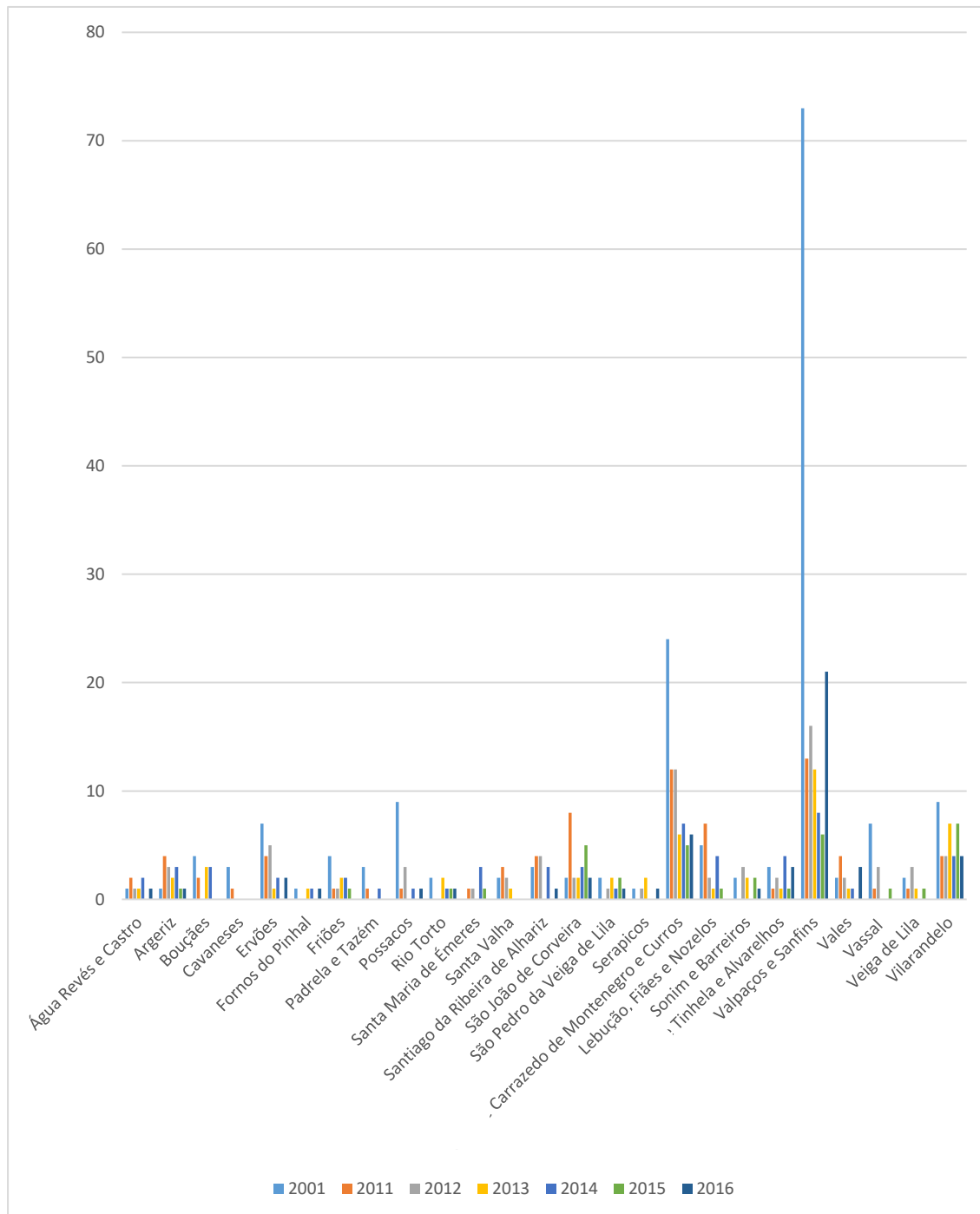


Fonte: INE

⁸ Novo Regime do Arrendamento Urbano é aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro e alterado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro e Lei n.º 42/2017, de 14 de junho. Será, pela análise efetuada a Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que preconiza a nova dinâmica do mercado imobiliário.

Na Figura 30 encontra-se patente tal desenvolvimento consequente da dinâmica que existe no mercado imobiliário.

Figura 30: Evolução do número de licenciamentos por freguesia no município de Valpaços



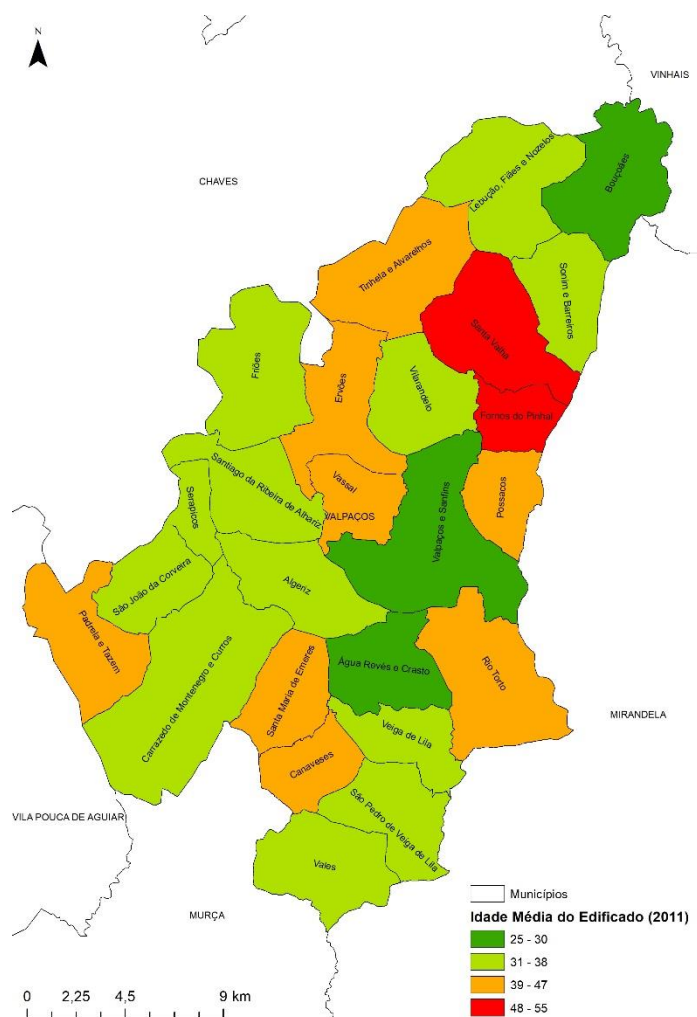
Fonte: INE

Atendendo ao número de licenciamentos constata-se um desenvolvimento bastante significativo nas freguesias principais do município, nomeadamente na freguesia de Valpaços e Sanfins, de Carrizado de Montenegro e Vilarandelo, como seria expectável. Existem freguesias onde o licenciamento é nulo,

designadamente em Padrela e Tazém, ou se cinge a um licenciamento por ano, em casos como Veiga de Lila, Santa Maria de Émeres, Fornos de Pinhal, Água Revés e Castro e Rio Torto.

Relativamente ao edificado e observando a Figura 31, identificam-se as marcas do despovoamento. De referir que as freguesias encontram-se uniformes, em termos de idade do edificado, que tem em média entre os 38-40 anos, no ano de 2011.

Figura 31: Idade Média do Edificado no município de Valpaços



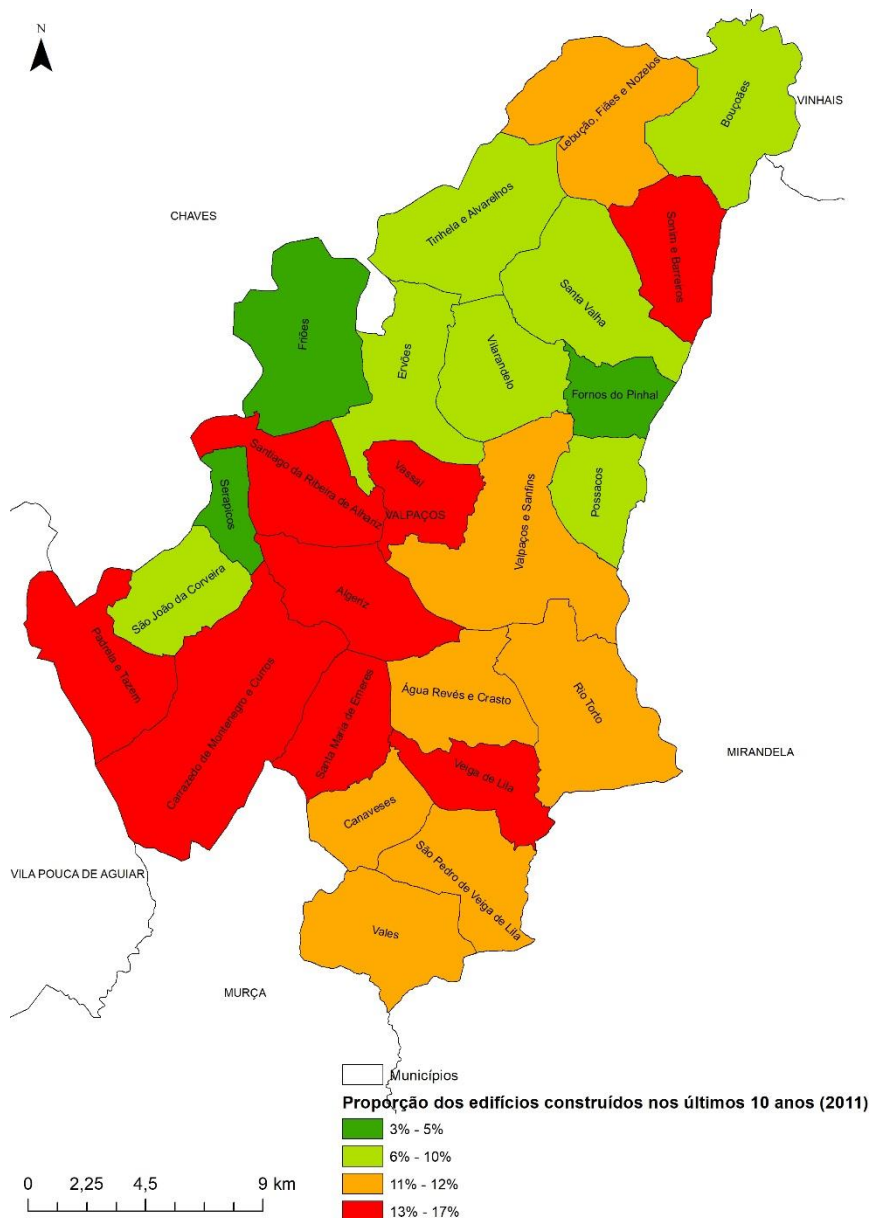
Fonte: INE

Contudo, é evidente que o processo de êxodo rural ou de estagnação do processo de crescimento dos aglomerados populacionais, é representativo de forma generalizada de um processo de envelhecimento do parque edificado.

Segundo o INE⁹, o período de construção mais intenso ocorreu nas décadas de 1971-1980 e 1981-1990. Demonstrando que os edifícios com idades compreendidas entre os 28-47 anos são mais antigos do que o período de maior crescimento da construção de edificado, em Portugal, bem como o quão estabilizada

⁹ INE (2013), Habitação em Portugal: evolução e tendências. INE

Figura 32: Edificado com menos de 10 anos no ano de 2011

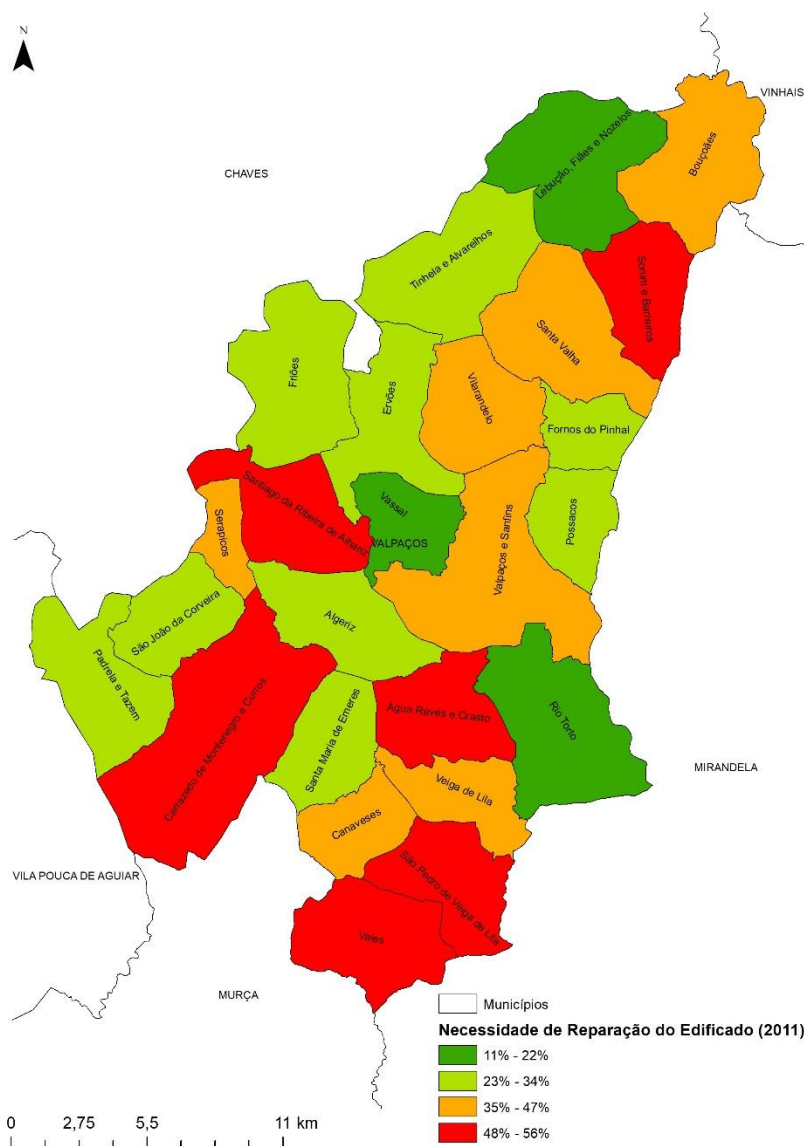


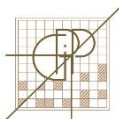
Todavia, a existência de freguesias consolidadas é mais clarividente nas situadas a norte do concelho, devido a existirem valores mais baixos na construção de novos edifícios e, a sul, o facto de existir a maioria dos alojamentos destinados ao uso sazonal dos mesmos (valores superiores a 45%, em média),

permite concluir que a questão da nova edificação do concelho é impulsionada de forma decisiva pela comunidade migrante nos últimos anos.

No domínio da reabilitação do edificado será importante compreender a necessidade de intervenção conforme as diferentes dinâmicas. Em termos de idade do edificado, como foi anteriormente desenvolvido, constata-se uma realidade que advém dos movimentos populacionais. Na Figura 33 as freguesias que, curiosamente, apresentam valores elevados de edificado com maior percentagem de edifícios com 10 anos, à data do Censos de 2011. Contudo, tal como foi possível verificar, também é nestas freguesias onde existe uma diminuição crítica da população, na maioria dos casos, sendo a exceção de Valpaços e Sanfins. Assim, é possível deduzir que este indicador, à semelhança da idade média do edificado, se encontra influenciado de forma decisiva pelo despovoamento e pelo envelhecimento.

Figura 33: Edificado a necessitar de reparação no concelho





Fonte: INE

Segundo o INE, ao nível da habitação social constata-se um processo de regressão. Entre o ano de 2012 e 2015 todos os indicadores apresentados neste domínio de análise estão a diminuir. O indicador que mais desceu foi o valor investido com o parque habitacional social, descendo dos 287 628 €, em 2012, para os 51 882 €, em 2015. Nos restantes indicadores existiram descidas conjunturais sem grande impacto na dinâmica do mercado habitacional social – consultar tabela.

Tabela 16: Conjuntura do mercado habitacional social em Valpaços

Indicador		2012	2015	Taxa de Crescimento (%)
Despesa com o parque habitacional social		287.628,00 €	51.882,00 €	-82%
Fogos de Habitação Social	Fogos	41	40	-2%
	Fogos Vagos	0	0	0%
	Fogos Atribuídos	41	40	-2%
	Fogos Arrendados	41	40	-2%
	Fogos com certificação energética	41	0	
Edifícios de Habitação Social		41	40	-2%
Renda e Valor	Valor médio das rendas de habitação Social	49,00 €	50,00 €	2%

Fonte: INE

- **Ambiente**

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) enquadra como componente de política pública a promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão adequada do ambiente de forma a proporcionar aos habitantes bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida (cf. Art.º 2.º da Lei de Bases do Ambiente).

Nos pontos seguintes faz-se um enquadramento de diversos indicadores ambientais com vista a perceber a evolução deste tema no período de vigência do Plano.

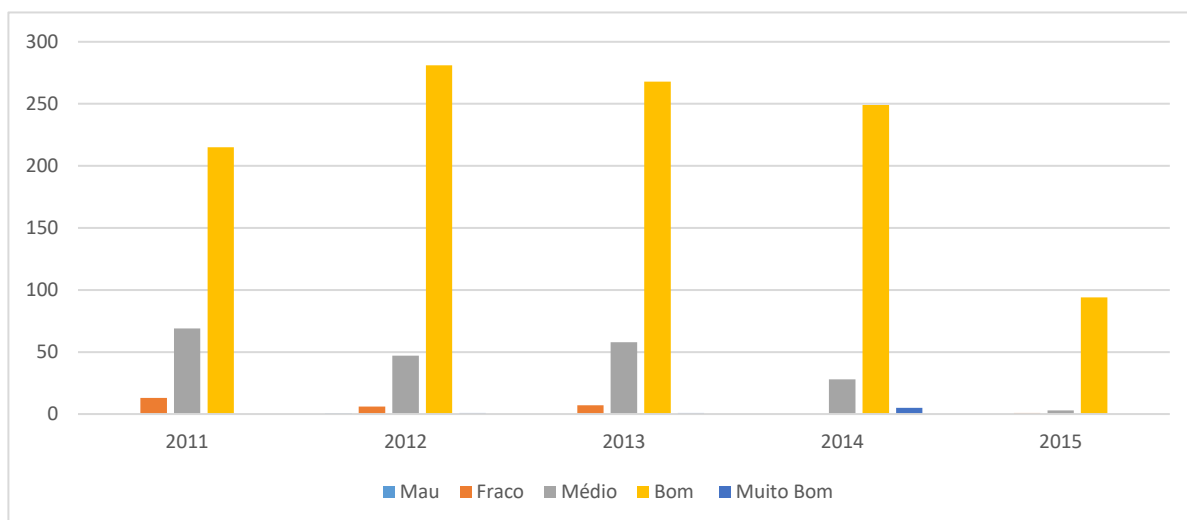
Clima ¹⁰:

- Classificação Climática de Koppen no município de Valpaços é Csb – Temperado com versão seco (PC, 2017);
- Temperatura Média: 10.6ºC (PC, 2017);
- Precipitação Média Acumulada: 814.1 mm (PC, 2017);
- Amplitude Média: 10.4ºC (PC, 2017);
- Risco de Incêndio: Extremo: 2.5 dias/ Elevado: 31 dias/ Moderado: 35.5 dias/ Baixo: 296 dias (PC, 2017).

Qualidade do Ar

O carácter rural do concelho faz com que a poluição causada pela pressão urbana seja menor. No entanto, não existem valores específicos pelo que são apresentados os valores para o território de referência. De relevar a diminuição de dias bons dos 268, em 2013, para apenas 94, em 2015. Contudo, é de ressaltar que não existe a informação completa para o ano, desvirtuando uma possível análise anual ou entre classes.

Figura 34: Qualidade do ar no Norte Interior (Estação Douro Norte)



Fonte: APA

¹⁰ Valor Referente à NUT III do Alto Tâmega.

Resíduos

As características rurais no município são também evidenciadas pelo consumo energético e de produção de resíduos – consultar Figura 35 e Figura 36.

Figura 35: Consumo de eletricidade (kWh) no concelho de Valpaços

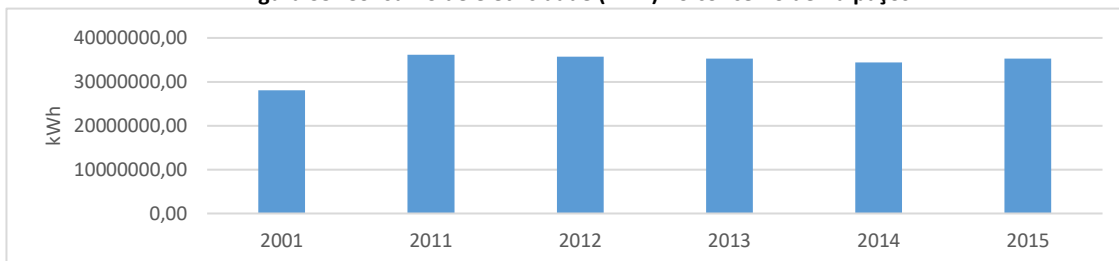
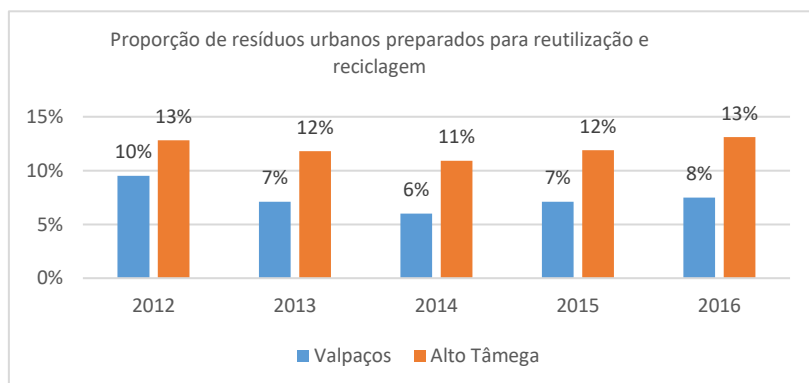
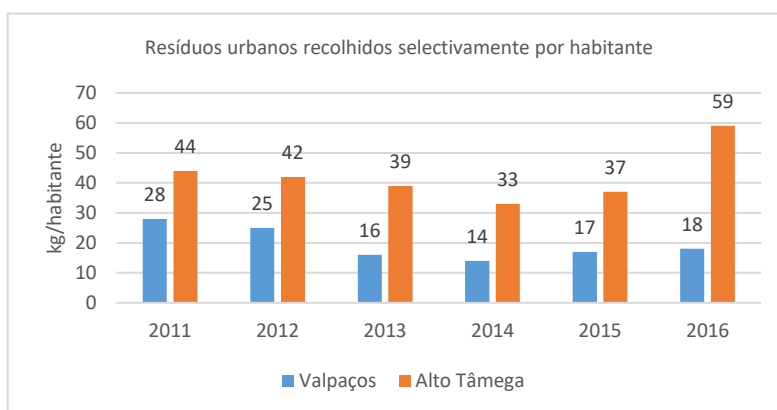
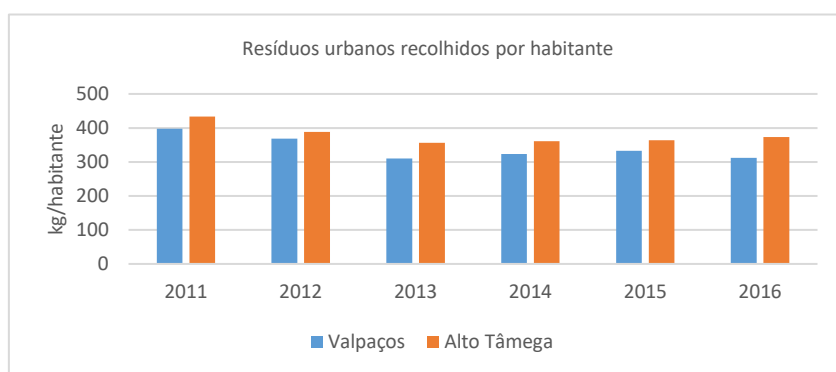


Figura 36: Produção de resíduos (kg/hab) no concelho e no Alto Tâmega



Fonte: INE

No município há uma estabilização do consumo energético no período de análise (2011 e 2015). Associado a um período que engloba a crise económica, que retraiu o consumo, mas também contribuiu com facto da população ter diminuído. Contudo, também é expectável que as boas práticas ambientais, cada vez mais difundidas, permitam deduzir a racionalização do consumo energético por parte dos consumidores.

A produção de resíduos também regrediu, decorrente da retração do consumo e da alteração dos hábitos do mesmo, por parte da população. Existindo, na atualidade, uma conjuntura económica diferente, o que implicou a estruturação de uma nova dinâmica e consequente aumento da produção de resíduos. Todavia, a recolha seletiva dos resíduos encontra-se negativa, isto porque, existe um desfasamento (cerca de 5%) para com a envolvente regional.

Ruído

As fontes geradoras de ruído têm origem no espaço urbano, nas zonas industriais e nos eixos viários. O zonamento acústico estabelecido no PDM teve em conta os limites definidos pelo Regulamento Geral do Ruído.

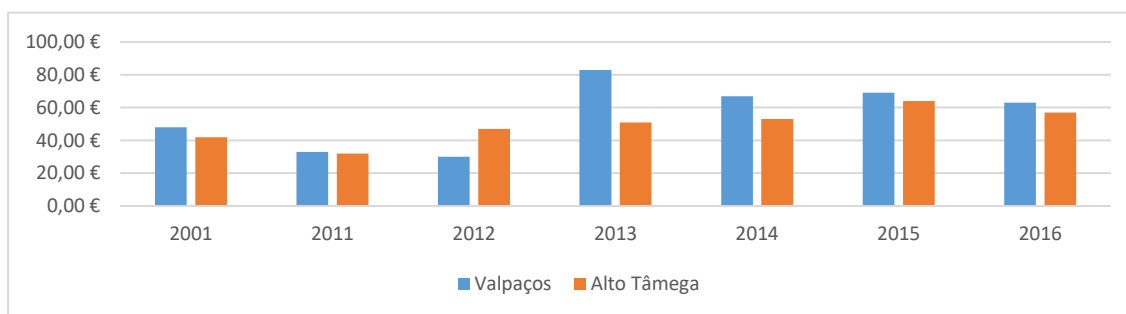
O Ambiente enquanto componente do ordenamento

Na tabela seguinte apresentam-se os instrumentos de política ambiental com incidência no concelho, muitos dos quais estão integrados no PDM como forma de operacionalização das suas propostas:

Tabela 17: Instrumentos de política ambiental no município

Plano Diretor Municipal
RAN
REN
PGRH-Douro

Figura 37: Despesas em ambiente do município e no Alto Tâmega por habitante



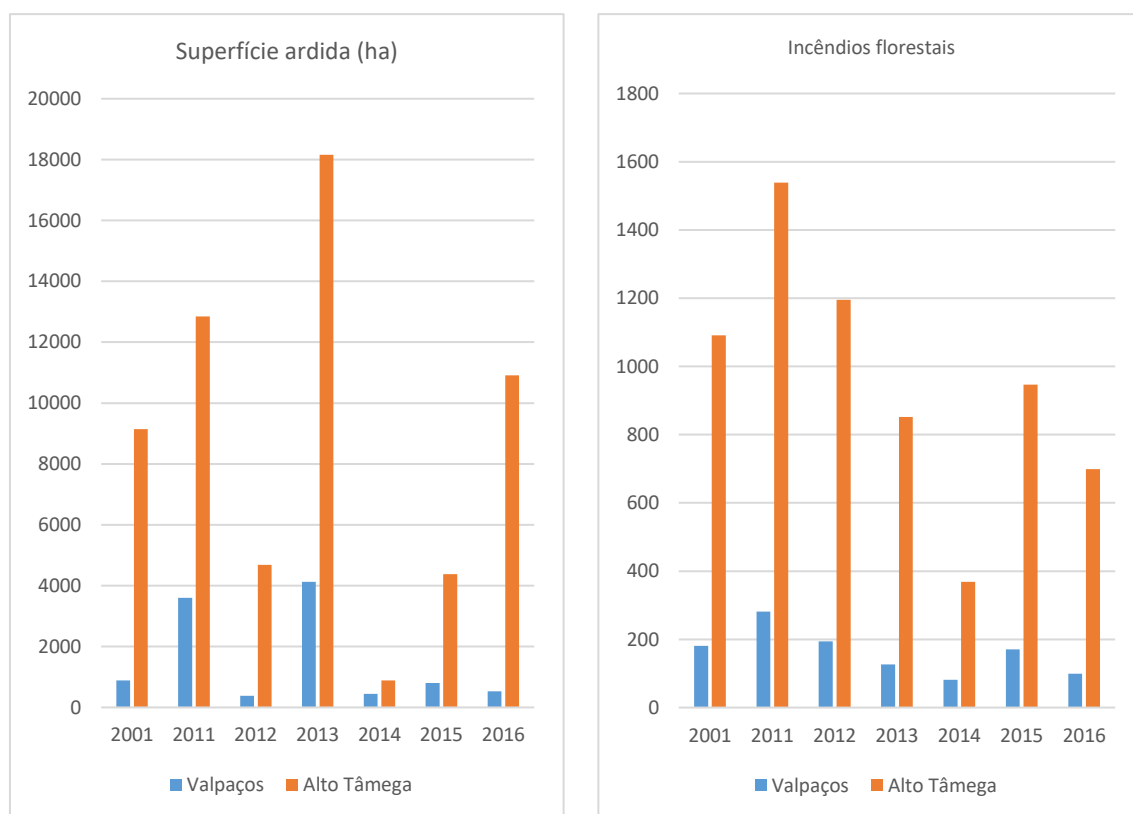
Fonte: INE

A diminuição do valor investido no ambiente, entre 2001 e 2016, tende a aumentar, num período pós-crise – facto evidenciado na figura anterior. De salientar que o município encontra-se, no período em análise, com um investimento superior à média regional.

Incêndios

A existência de áreas significativas de ocupação florestal, conjugada com a falta de gestão de matas e florestas, o absentismo das propriedades florestais, a desestruturação do mundo rural e o uso do fogo para renovação de pastagens, associadas a fenómenos climáticos que propiciam a ocorrência e propagação de fogos florestais, tem vindo a aumentar a preocupação com esta questão (Lourenço, *et al.*, 2011).

Figura 38: Conjuntura dos incêndios no concelho e no Alto Tâmega

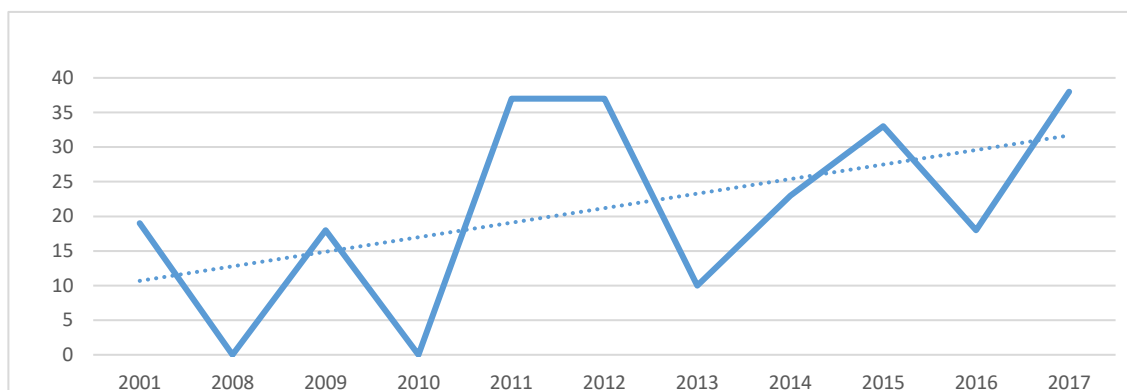


Fonte: INE

De acordo com Figura 38, a área ardida no concelho tem evoluído de forma instável, desde 2001. Nos últimos anos tem existido a diminuição da superfície ardida. Por sua vez o número de incêndios florestais mantém um crescimento instável. Efetuando a correlação entre as temperaturas e o nível de precipitação existe uma alteração, embora residual e conjuntural, à atual dinâmica de alterações climáticas – Consultar Figura 40 e Figura 41 -, mas que demonstra dois acontecimentos:

- ❖ A subida da temperatura média nos últimos três anos na área envolvente ao município que, por si só, aumenta a probabilidade de ocorrência de períodos de calor e, consequentemente, de seca – consultar figura gura seguinte;

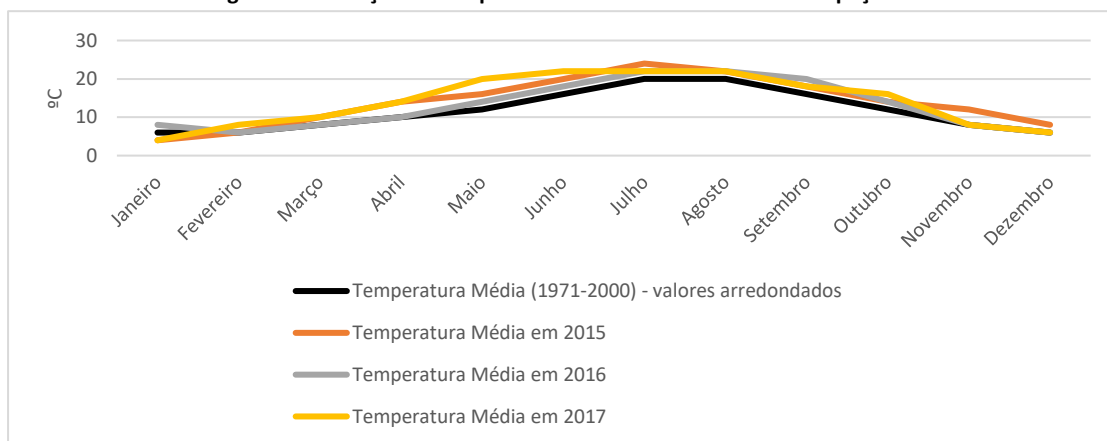
Figura 39: Número de dias com onda de calor registadas na Estação Meteorológica de Bragança



Fonte: Pordata

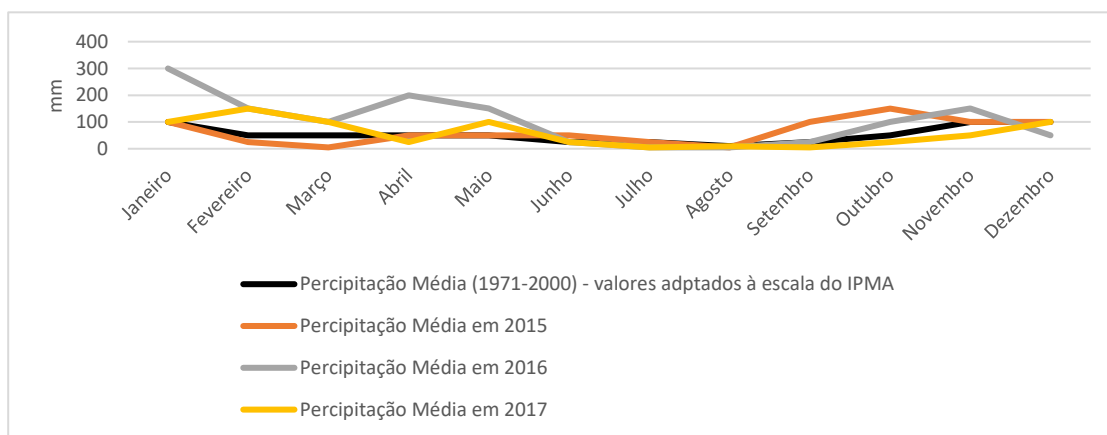
- ❖ Existem mais meses com maior volume de precipitação, mas que devido ao aumento da amplitude dos fenómenos meteorológicos, associados às ondas de calor, conciliado com um processo de aumento da temperatura – verificado na figura seguinte –, infere a diminuição da precipitação média durante os períodos em análise.

Figura 40: Evolução da temperatura média na envolvente a Valpaços



Fonte: IPMA e PC

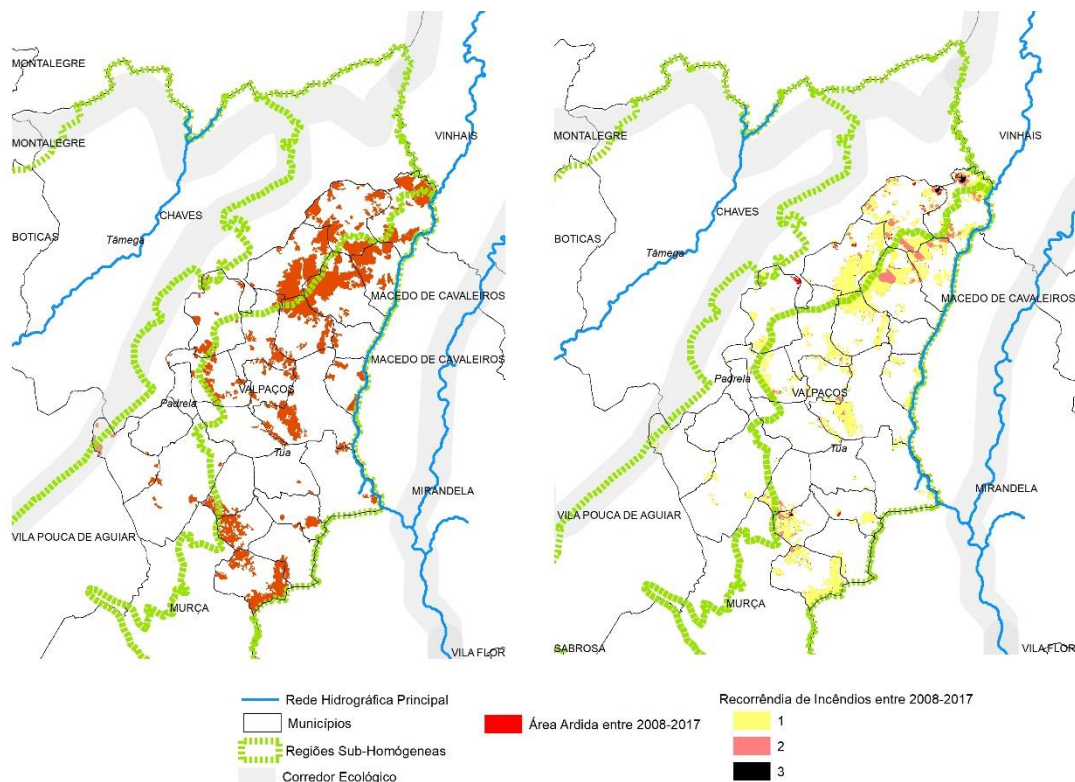
Figura 41: Evolução da precipitação acumulada na envolvente a Valpaços



Fonte: IPMA e PC

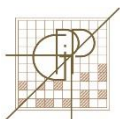
Todavia, o facto de existir um número de incêndios tem sofrido um comportamento instável ao longo dos anos, mas que é caracterizador de uma conjuntura nacional e mediterrânica onde no *período correspondente à estação seca ou em anos secos, a vegetação se encontra num adiantado processo de dessecação* (Lourenço, *et al.*, 2011).

Figura 42: Área ardida entre 2008 e 2017



Fonte: ICNF

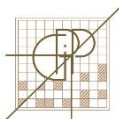
A interpretação a aferir das figuras constantes na página anterior, permite perceber que a evolução de uma dinâmica dos incêndios florestais, nos últimos anos em análise, está a aumentar, não só quanto na dimensão do fenómeno, mas também na sua recorrência.



- **Património**

O património no concelho de Valpaços segmenta-se em três tipos, o património arquitetónico, arqueológico e o natural, de acordo com a Lei n.º 107/2001, de 6 de setembro. A preservação e promoção do património é essencial na valorização da imagem e da identidade, salvaguardando e aproveitando *o valiosíssimo património natural, construídos e cultural existente* (PDMV, 2008), valorizando uma perspetiva de rentabilização e de funcionalidade dos elementos patrimoniais, contribuindo para um incremento do turismo.

Valpaços, segundo as Fichas de Património constantes no PDM, tem 209 valores patrimoniais inventariados.



- **Planeamento**

Este ponto do relatório debruça-se sobre a avaliação da execução das ações propostas pelo PDMV (2008) e pelos restantes planos/programas territoriais com incidência no concelho. Esta avaliação pretende identificar o que foi concretizado até ao momento, apontando, quando possível, ações concretizadas e asseguradas nos diferentes planos/programas territoriais.

Por outro lado, interessa articular as diferentes estratégias setoriais, numa lógica de coordenação que permita a criação de padrões sustentáveis de desenvolvimento, através de plataformas de governança de geometria variável, apostando na diversificação de agentes e de estruturas administrativas e numa coordenação assente em princípios de flexibilidade na forma como gerir e intervencionar o território. Os planos/programas territoriais em vigor no concelho de Valpaços e que serão objeto de avaliação neste relatório são os seguintes:

- ❖ Plano Rodoviário Nacional 2000;
- ❖ PGRH do Douro;
- ❖ PROF Barroso e Padrela;
- ❖ Plano Diretor Municipal de Valpaços.

Nota: O presente capítulo procurará informar, através do grau de concretização dos diversos planos/programas, a necessidade de revisão do PDM. Neste caso, a par dos restantes temas desenvolvidos neste relatório, constituirá parte integrante de um processo de reflexão do objetivo a atingir. De ressaltar, desde já, que não existem informações em alguns planos/programas territoriais e, portanto, os mesmos não constam neste processo de monitorização, como o PAMUS do Alto Tâmega, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a Carta Educativa, as ARU's, entre outros.

5

PGRH do Douro



No âmbito do Quadro de Governança definido pelo Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro do ano de 2016, estão estabelecidas para os municípios uma série de recomendações que estes devem acautelar e promover na gestão do seu território. Essas recomendações são elencadas na tabela seguinte.

Tabela 18: Ações do PGRH do Douro (RH 1)

Quadro de Governança para a Ação no âmbito do PGRH do Douro, por recomendação.		Medidas Implementadas
Recomendações	Entidade envolvida	
Apesar do PGRH remeter as intervenções nos sistemas de tratamento de águas residuais para os planos de investimento das entidades gestoras e fundos comunitários, deve acompanhar-se a evolução destes planos, no sentido de se verificar de que forma é que estas intervenções contribuirão para o bom estado das massas de água e para a saúde e bem-estar da população da RH1.	APA; Entidade Reguladora de Águas e Resíduos; Empresas Municipais e Concessionário/a dos Sistemas Municipais	- Complemento gradual nas localidades do concelho onde existam fossas sépticas com filtros de brita; - Ampliação da rede de saneamento existente no concelho; - Aumento da fiscalização em relação as soluções individuais com o intuito de separação do efluente residual do pluvial; - Levantamento cadastral da rede de saneamento de águas residuais e pluviais.
As áreas sujeitas a condicionamentos de uso do solo devem ser devidamente definidas e, enquadradas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente no planeamento municipal e nos planos de ordenamento das albufeiras. Deve-se proceder à articulação das medidas propostas com os instrumentos de gestão territorial: - Para que os condicionamentos de zonas de proteção sejam eficazes deverão estabelecer-se orientações de transposição/integração das referidas condicionantes, nomeadamente em termos de responsabilidade de execução; disponibilização de informação; disposições gerais e específicas regulamentares a aplicar; tempos de transposição, entre outras; - Para assegurar a eficácia das medidas propostas deverá assegurar-se a uniformização dos processos de compatibilização entre instrumentos de planeamento.	APA; CCDR-N; ICNF; CM; Outras entidades públicas responsáveis por instrumentos de planeamento	Sem Informação
Articulação das medidas previstas no âmbito da minimização de riscos com os sistemas regionais e municipais em vigor (nomeadamente os planos de emergência de cada um dos municípios).	Autoridade Nacional de Proteção Civil; CM	Sem Informação
Na conceção/elaboração dos projetos de parques (urbanos/naturais e ecológicos) e de requalificação de margens de rios deve ser tida em consideração a utilização de espécies autóctones e adaptadas às situações em causa.	APA; CCDR-N; ICNF; CM	Sem Informação
Os projetos de desassoreamento e desobstrução de linhas de água e de desassoreamento albufeiras deverão ser precedidos de estudos ambientais e definição de medidas de minimização adequadas.	APA; CM	Sem Informação
O estudo a elaborar visando definir uma estratégia nacional para a realização de desassoreamentos deverá incluir o estudo dos potenciais efeitos sobre as espécies e habitats e a definição de medidas de minimização e/ou monitorização, a serem respeitadas nos projetos.	APA; CCDR-N; ICNF; CM	Sem Informação
A instalação de parques urbanos/ecológicos/naturais em zonas na dependência de linhas de água sujeitas a cheias deve ser devidamente articulada com o ordenamento municipal, por forma a ter em consideração as condicionantes que eventualmente existam nessas zonas definidas a nível do PDM.	APA; CCDR-N; CM	Sem Informação
O estabelecimento de zonas de ocupação condicionada, como a proposta de criação de Zonas Adjacentes deverá ser um processo participado, envolvendo os agentes locais de forma a promover a boa aceitação das medidas junto da população afetada.	APA; CCDR-N; ICNF; CM; Órgãos de Proteção Civil; Associação Nacional de Municípios Portugueses	Sem Informação
O ordenamento municipal deve ter em consideração a delimitação das Zonas Adjacentes.		

Quadro de Governança para a Ação no âmbito do PGRH do Douro, por recomendação.		Medidas Implementadas
Recomendações	Entidade envolvida	
Deverão ser produzidas orientações nacionais (ou regionais) para o procedimento de uniformização dos critérios e metodologias para compatibilização da cartografia da delimitação de zonas ameaçadas por cheias no âmbito do regime da REN e a cartografia produzida no âmbito da implementação da Diretiva Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações.		
Deverá ser assegurada uma maior articulação do PGRI com os IGT.		

Fonte: APA

O grau de execução das recomendações por parte do município é residual, tendo por referência o constante no quadro anterior. Contudo, salienta-se o investimento efetuado no reforço da rede de saneamento, bem como no tratamento de água para consumo, incluindo a construção de reservatórios. Este quadro é traçado a partir de 2011.

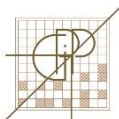
	Ação	Investimento	Ano da Conclusão
Abastecimento de Água	Construção de Reservatórios no Concelho (Agordela, Lilela, S. Cipriano, Sonim, Veiga de Lila e Vilartão)	84.029,07 €	2011
	Construção de Reservatórios no Concelho (Curros)	16.427,25 €	2010
	Construção de Reservatórios no Concelho (Deimãos)	12.479,05 €	2011
	Construção de Reservatórios no Concelho (Vilarinho do Monte e Sadoncelho)	32.005,50 €	2011
	Construção de Reservatórios no Concelho (Paranhos)	23.194,79 €	2012
	Construção ou beneficiação de reservatórios de água no concelho (Santa Valha)	20.842,25 €	2014
	Construção ou beneficiação de reservatórios de água no concelho (Possacos)	49.535,13 €	2014
	Construção de depósito de água em Póvoa de Lila	19.726,50 €	2018
Total		258.239,54 €	
Drenagem de Esgotos	Construção ou beneficiação de fossas sépticas ou ETAR em vários lugares do concelho (Póvoa de Lila)	37.640,61 €	2014
	Construção ou beneficiação de fossas sépticas ou ETAR em vários lugares do concelho (Celeirós)	29.530,00 €	2015
	Construção de ETAR em Fornos do Pinhal	34.970,15 €	2015
	Construção da ETAR de São Pedro de Veiga de Lila	35.186,50 €	2016
	Construção de ETAR e duas bombagens em Rio Torto	85.187,44 €	2017
Total		222.514,70 €	

Tabela 19: Investimento efetuado durante o período do PDM

Fonte: CMV

A estratégia adotada pelo município, curiosamente, está assente em investimentos fora dos principais aglomerados populacionais, designadamente a cidade, Carrazedo de Montenegro e Vilarandelo. Tal situação permite concluir que, retirando a população destes grandes núcleos populacionais, existe um investimento por habitante no setor das águas de, aproximadamente, 51€/habitante, um valor significativo para o município quando comparado com outros indicadores, como é o caso da despesa em ambiente, no ano de 2016, que foi de 61€/habitante.

Em simultâneo, constata-se uma cobertura do investimento realizado pelo município em de 56% das freguesias (14/25 freguesias) tendo esse investimento maior preponderância nos territórios anexos ao rio Rabaçal onde, das 7 freguesias existentes junto a este curso fluvial, 6 tiveram investimentos no



abastecimento de água e na drenagem de esgotos, tendo sido construídas 2 ETAR, nomeadamente em Fornos de Pinhal e Rio Torto, num investimento de €120 157,59, correspondendo a 54% do valor investido no concelho na área das águas residuais.

Quanto aos demais domínios não foi possível fazer qualquer avaliação por falta de informação.

Plano Rodoviário Nacional 2000

O PRN2000 foi aprovado pelo DL n.º 222/98, de 17 de Julho, com a Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo DL n.º 182/2003, de 16 de agosto, e «*constitui o instrumento regulador de infraestruturas rodoviárias nacionais, otimizando as condições da ocupação do solo e do ordenamento do território, tendo sempre subjacente a minimização dos impactos ambientais, o interesse público e o das populações em particular*» (IP, 2017).

O PRN 2000 identifica quatro eixos viários que cruzam o município, a EN 103, a EN 213, a ER 206 e ER 314, sendo que a EN 213-1 foi desclassificada.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso-Padrela¹¹

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso-Padrela (PROF-Barroso-Padrela) foi aprovado através do Decreto Regulamentar n.º 4/2007, de 22 de janeiro. Neste Plano, Valpaços é identificado como um município estratégico para a prossecução dos seus objetivos, sendo identificadas as sub-regiões homogéneas da Padrela e do Tua e para as quais se estabelecem as funções de proteção, produção, recreio e enquadramento e estética da paisagem. Contando com uma área florestal arborizada de 14 049 ha, a proteção e valorização dos ecossistemas e do património natural existente no município são indispensáveis à manutenção destas áreas.

Este Plano está parcialmente suspenso encontrando-se em fase final de elaboração o novo PROF – Trás-os-Montes e Alto Douro, que terminou o seu processo de discussão pública em abril do presente ano.

¹¹ <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/barr-padr>

PDM

Tal como foi descrito no capítulo de Enquadramento Geral e na abertura do presente capítulo, o PDMV, será avaliado através da execução das ações propostas e enquadradas nos diversos objetivos definidos. Na Tabela 20 identificam-se os temas avaliados e os critérios de análise seguidos.

Tabela 20: Síntese das Propostas do PDM

Tema	Análise
Licenciamentos	Evolução no período pós PDM
Grau de Execução do Programa de Execução	Execução e Financiamento do PDM
Fora da Execução proposta pelo PDM	Execução e Financiamento das concretizações

Licenciamentos

Importa, antes de mais, avaliar a relação entre os licenciamentos e as condicionantes legais existentes, nomeadamente a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN).

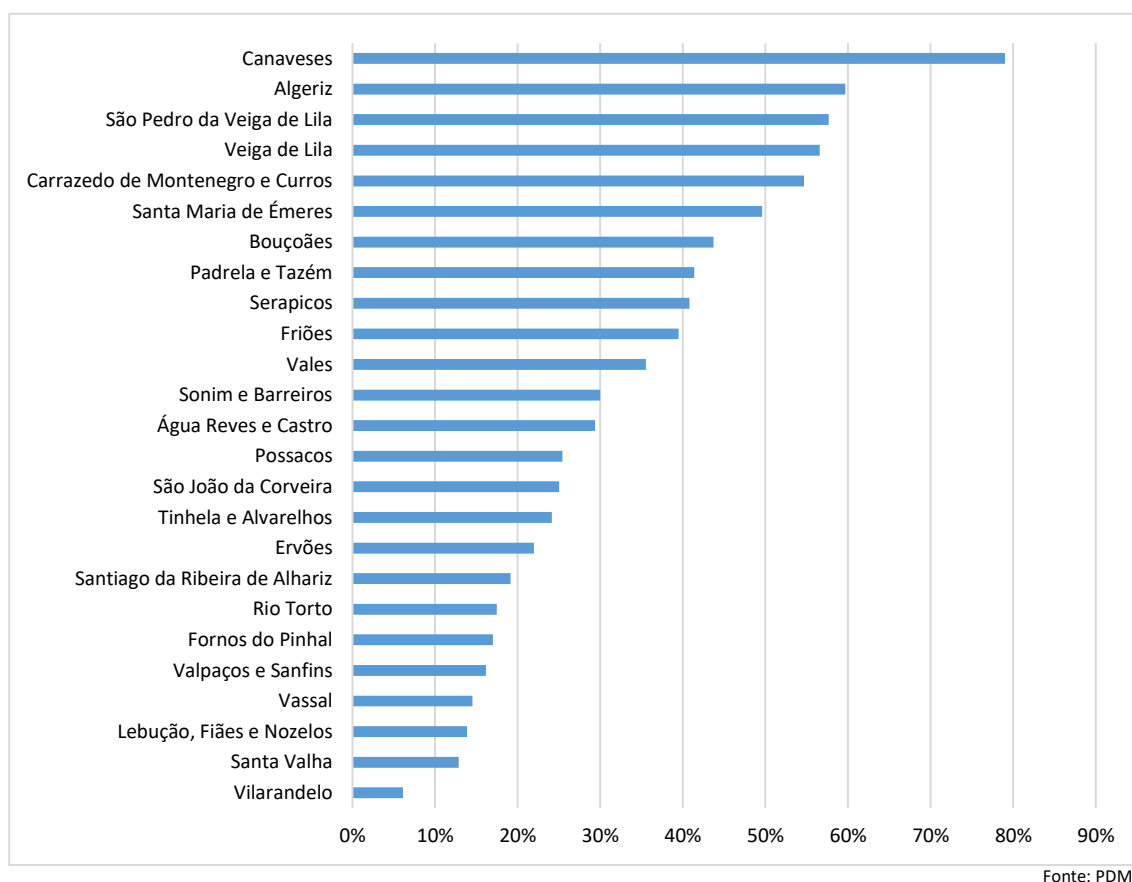
Figura 43: Condicionante RAN e REN no concelho de Valpaços



Valpaços não é um município muito condicionado, em termos de RAN e REN ou de outras áreas de salvaguarda, quando comparado com a envolvente regional. Ainda assim, cerca de 33% do seu território está incluído em RAN ou REN.

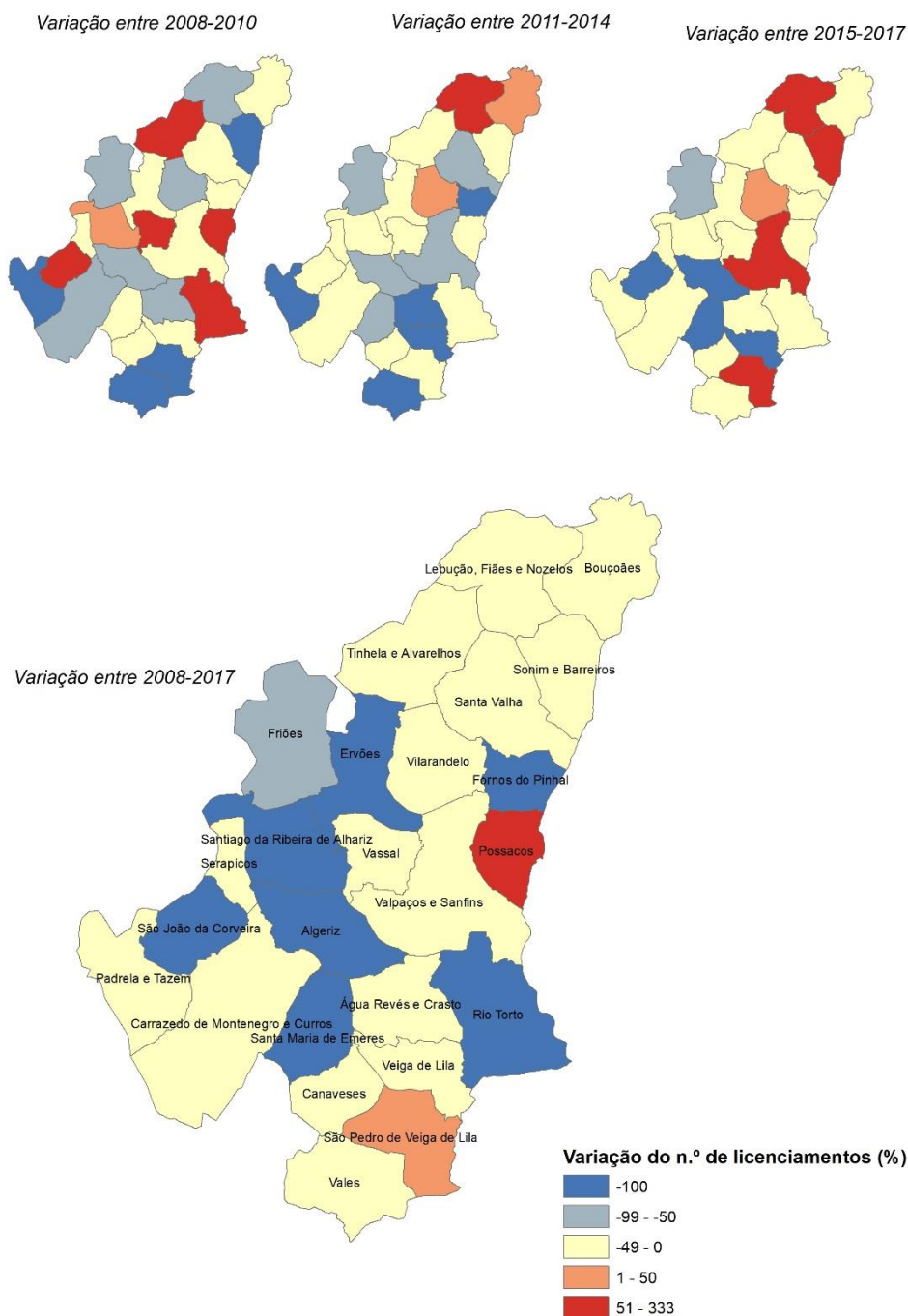
O gráfico seguinte traduz a percentagem de território condicionada, por freguesia.

Figura 44: Freguesias e área condicionada



Salienta-se que as freguesias situadas ao longo do Rio Rabaçal apresentam os valores relativos mais baixos, como são a freguesia de Sonim e Barreiros, Santa Valha, Fornos do Pinhal, Possacos, Valpaços e Sanfins e Rio Torto.

Contudo, no caso de Valpaços, bem como noutros territórios, as áreas de salvaguarda não são determinantes quanto ao volume de licenciamentos pois essa dinâmica reflete-se essencialmente em solo urbano.

Figura 45: Licenciamentos em Valpaços entre 2008-2017


Assim, para medir essa dinâmica imobiliária no concelho, importa avaliar a evolução do número de licenciamentos concedidos. Neste caso e como ponto de partida para análise a efetuar constata-se uma variação negativa de 25%, entre 2008-2017.

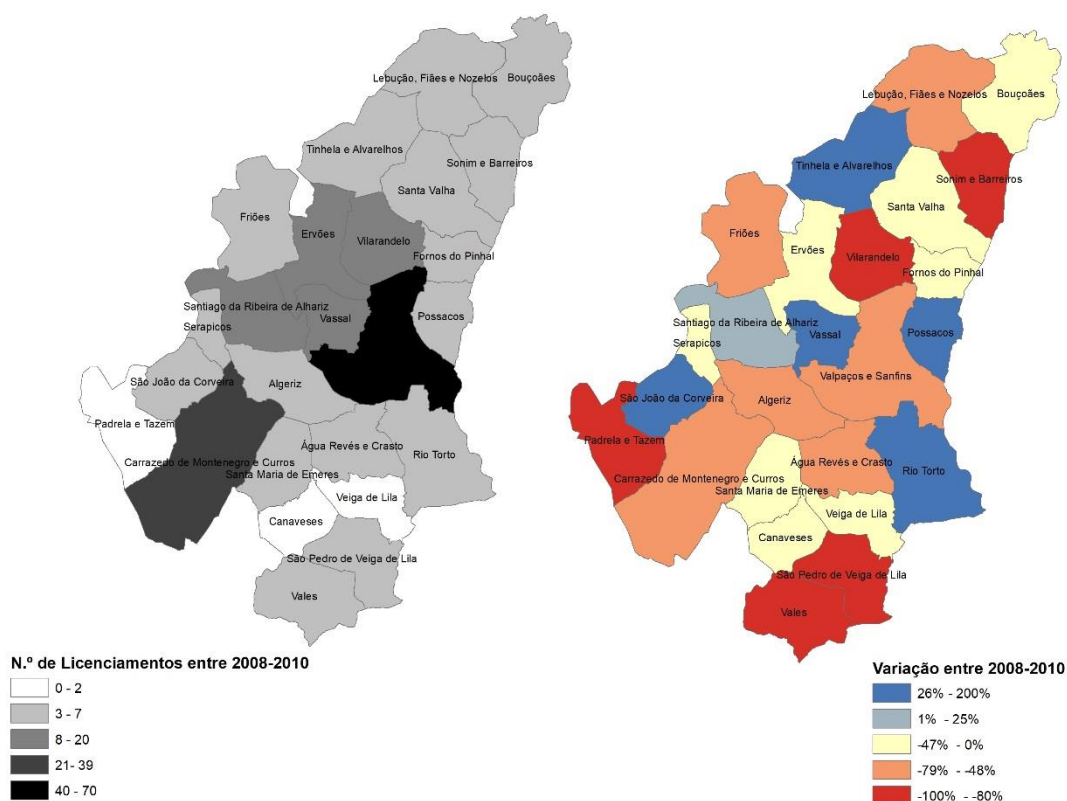
Tal é concordante com o que ocorre em territórios de baixas densidades, onde a conjuntura demográfica é negativa e a economia apresenta indícios de resiliência baixos, quando comparada com outras sub-regiões. Além disso, o período de licenciamento em análise é coincidente com a crise económica de 2008, o que condiciona as conclusões.

Segrega-se a análise dos licenciamentos por períodos típicos: 2008-2010, o princípio da crise económica, 2011-2014, de transição económica e 2015-2017, de recuperação.

Conclui-se que:

- ❖ No período de 2008/2011:
 - É o período em que mais freguesias regidem no número de licenciamentos – 12/25 freguesias têm uma redução média de -69%;
 - Aliado a um período de crise económica e de redução populacional verifica-se a estabilização do número de licenciamentos em 7/25 freguesias;
 - 6/25 freguesias crescem, sendo as freguesias periféricas aos principais aglomerados populacionais as que maior crescimento tiveram neste período;
 - A freguesia de Valpaços e Sanfins e a de Carrazedo de Montenegro e Curros apresentam uma dinâmica superior perante o resto do território, em termos do número de licenciamentos.

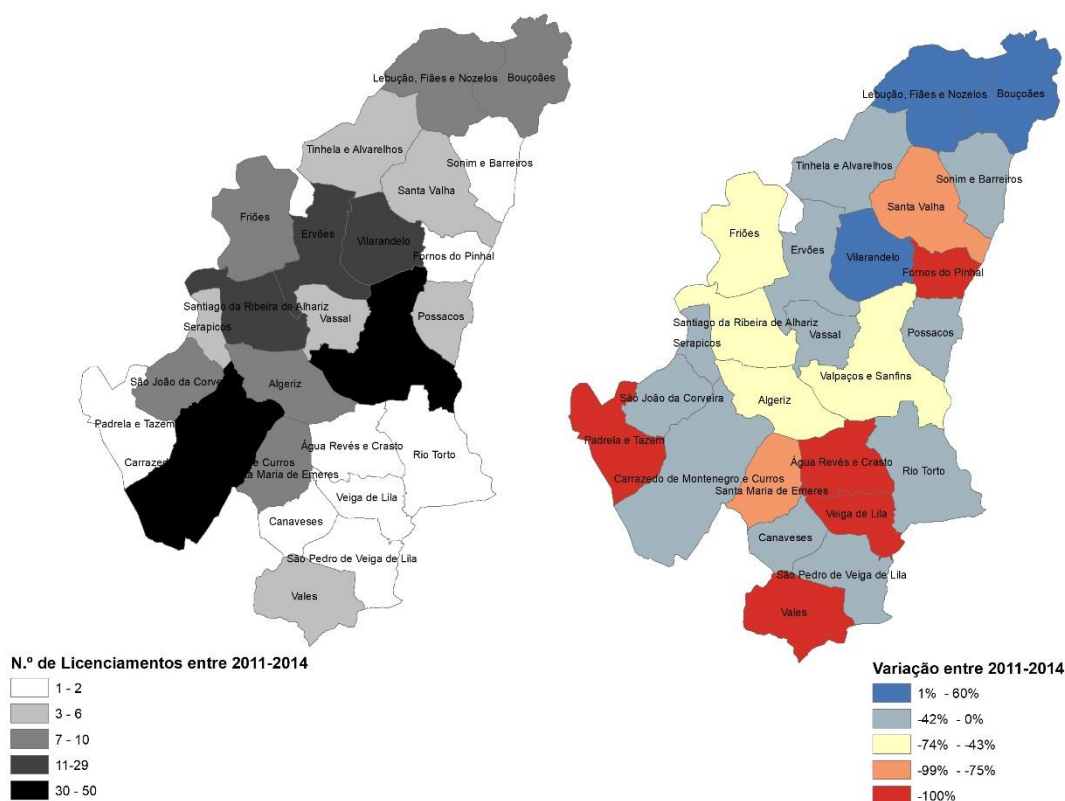
Figura 46: Número de licenciamentos e Variação Relativa entre 2008-2010



- ❖ No período de 2011/2014:
 - Apesar de ser semelhante ao período anterior, em que a crise económica influencia a dinâmica imobiliária a que se associa o contributo da regressão populacional, o número de freguesias que apresentam valores regressivos diminuiu (11/25), mas com um decrescimento médio de 77% (superior ao do anterior período);
 - O número de freguesias que estabilizaram o número de licenciamentos foram 11/25, o que corresponde a uma regressão face ao anterior período;
 - Embora exista uma regressão do n.º de licenciamentos é importante referir que existe uma dinâmica assente na consolidação da freguesia de Valpaços e Sanfins e de Carrazedo de Montenegro e Curros, enquanto núcleos urbanos com mais licenciamentos;

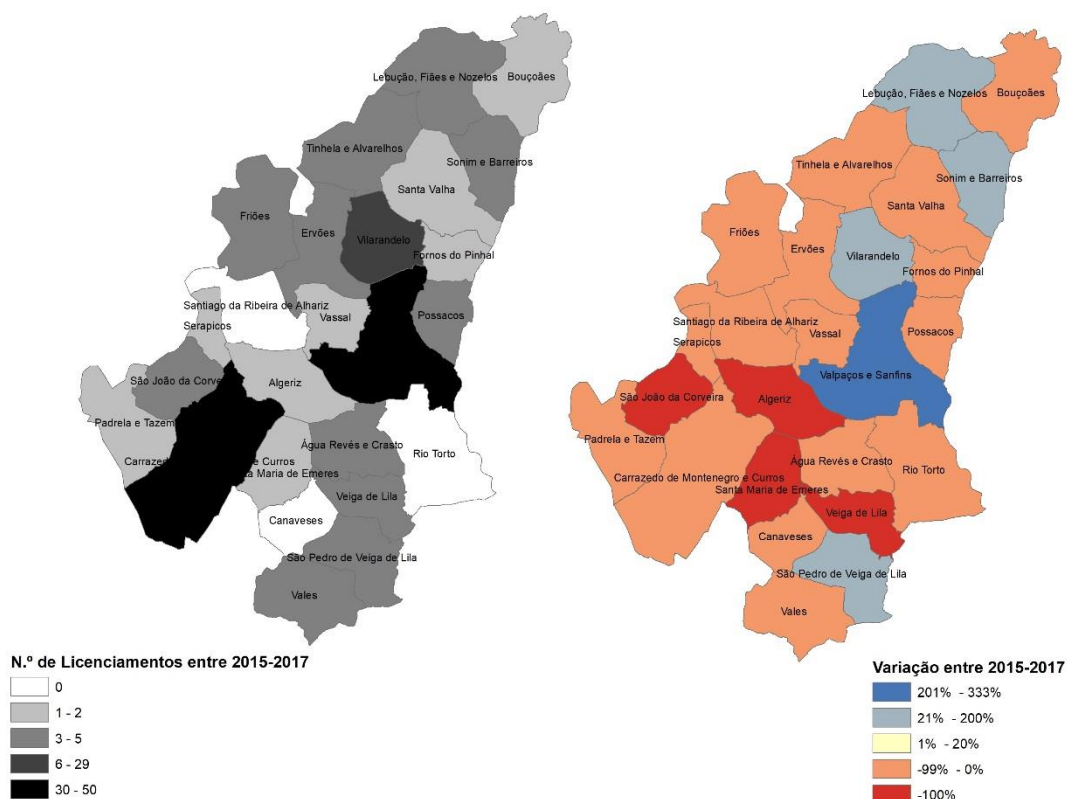
- As freguesias que se localizam no eixo Valpaços-Chaves apresentam, curiosamente, os mesmos valores do período anterior, perspetivando uma tendência de consolidação e de expansão da construção ao longo desse eixo.

Figura 47: Número de licenciamentos e Variação Relativa entre 2011-2014



❖ No período de 2015/2017:

- Existe um processo de aumento do número de freguesias em que os licenciamentos estabilizaram, designadamente, em 14/25 freguesias;
- As freguesias que apresentam valores relativos negativos neste período são as que apresentam uma variação negativa no período global em análise (2008/2017), designadamente, Friões, Vilarandelo, Carrazeda de Montenegro e Curros, Algeriz e São João da Corveira;
- Para além da confirmação da freguesia de Valpaços e Sanfins e de Carrazedo de Montenegro e Curros, enquanto núcleos urbanos com mais licenciamentos, constata-se a diminuição do número de licenciamentos no eixo Valpaços-Chaves, exceção feita em Vilarandelo, que mantém os mesmos valores dos dois períodos anteriores.

Figura 48: Número de licenciamentos e Variação Relativa entre 2015-2017


Contudo, no conjunto dos períodos (2008-2017), as freguesias que apresentam valores regressivos, são aquelas onde a população diminui 12% ou mais, sendo de destacar Santiago de Alhariz, com 28%. Exceção feita à freguesia de Valpaços e Sanfins que é a única freguesia que cresce durante o período censitário – consultar tabela.

Tabela 21: Indicadores Demográficos e Edifcatórios nas freguesias que apresentaram uma variação negativa entre 2008-2017

Freguesia	Variação da População Residente (2001-2011)	Índice de Longevidade em 2011	Índice de Envelhecimento em 2011	Necessidade de Reparação do Edificado em 2011
Friões	-21%	62%	833%	34%
Vilarandelo	-12%	55%	341%	43%
U.F. de Carrazedo de Montenegro de Curros	-12%	55%	567%	51%
U.F. de Valpaços e Sanfins	3%	49%	252%	43%
Santa Maria de Émeres	-22%	53%	343%	29%
Algeriz	-22%	56%	451%	30%
São João da Corveira	-26%	44%	527%	32%
Fornos do Pinhal	-8%	48%	367%	29%
Santiago de Alhariz	-28%	46%	637%	56%
Ervões	-15%	45%	436%	28%
Rio Torto	-22%	58%	588%	19%
<i>Município</i>	-13%	51%	568%	37%

Fonte: INE

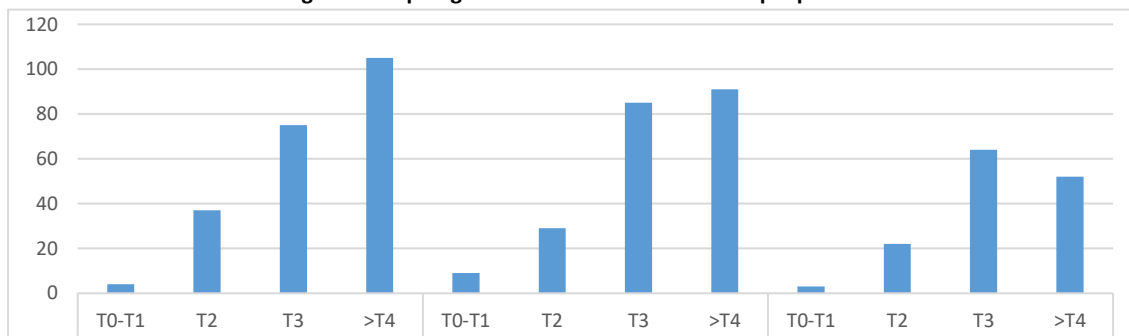
Simultaneamente são freguesias onde os indicadores de envelhecimento, como o índice de longevidade e de envelhecimento, referentes ao ano de 2011, apresentam valores semelhantes ou superiores à média do concelho, sendo de salientar Friões que apresenta o segundo maior índice de envelhecimento (833%), a seguir à freguesia de Tinhela e Alvarelos (1 1161%).

Aliada à questão da demografia é de salientar a questão da conservação do edificado, tendo como referência o ano de 2011. Aqui, é possível encontrar valores superiores à média concelhia em 4/11 freguesias que apresentaram uma variação negativa entre o período de 2008-2017, como é o caso de Santiago de Alhariz, Carrazedo de Montenegro e Curros, Valpaços e Sanfins e Vilarandelo. Curiosamente, estas freguesias constituem os principais aglomerados populacionais do concelho.

Não obstante, o facto de existir uma dinâmica demográfica que não acompanha a evolução do número de licenciamentos, é também importante compreender que este processo não ocorre devido à evolução da prática agrícola, porque a superfície agrícola utilizada regride; nem à população, pois a mesma também regride; nem ao número de edifícios e de alojamentos, associados à questão do turismo de espaço rural, pois a dinâmica no concelho é residual (com 4 alojamentos).

Desta forma, é importante compreender que é devido à comunidade migrante que existem novos edifícios e alojamentos¹². O que ajuda, atendendo ao contexto migratório do concelho, a explicar o porquê do aumento do número de licenciamentos. Facto percecionado também pela proporção dos alojamentos clássicos de uso sazonal da Tabela 14.

Figura 49: Tipologia de licenciamento no município pós 2008



Fonte: CMV

O facto de existir uma predominância no licenciamento em tipologias de grandes dimensões, T3 e T4, onde, inclusive, no período 2011-2014, a tipologia mais licenciada foi o >T4, permite afirmar também o processo de sazonalidade da habitação e da dinâmica rural do concelho.

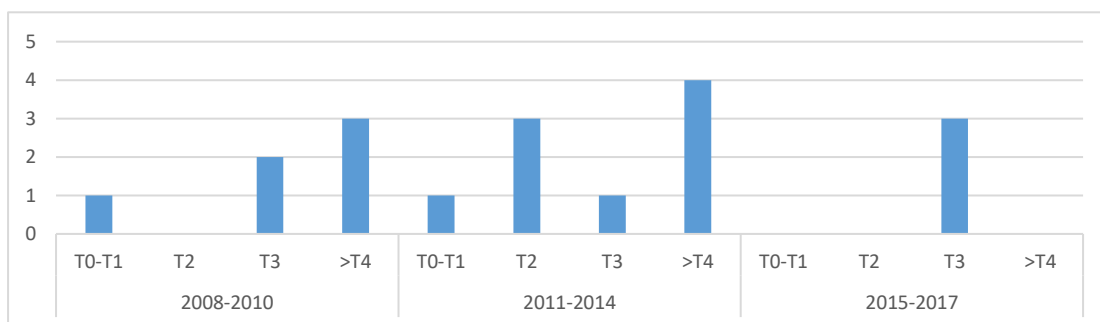
¹² Não existem valores quantitativos que o mencionem, mas o conhecimento da realidade do município, em termos demográficos e do edificado, permite aferir tal conclusão.

Analisando por áreas geográficas o território concelho:

- A **norte** é possível, tendo como análise da freguesia de Lebução, Fiães e Nozelos, constatar:

- ❖ A predominância das tipologias de grande dimensão;
- ❖ No período de crise económica, o licenciamento de grandes tipologias, sobrepôs-se às demais;
- ❖ No período pós crise existe, exclusivamente, um tipo de licenciamento para tipologias familiares.
- ❖ A existência de uma dinâmica imobiliária assente na relação entre o eixo Valpaços-Chaves, apoiado na EN 213.

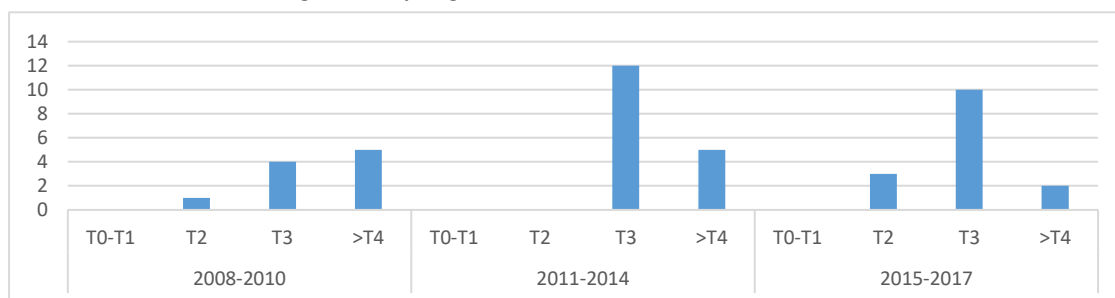
Figura 50: Licenciamentos na U.F. de Lebução, Fiães e Nozelos



- Com a análise de uma freguesia que se integra no **eixo Valpaços-Chaves**, designadamente Vilarandelo, permite verificar:

- ❖ A existência de uma dinâmica francamente superior à anterior, evidenciando o licenciamento de grandes tipologias, predominantemente;
- ❖ A localização e a dimensão populacional deste aglomerado urbano, permite ter esta dinâmica imobiliária;
- ❖ No período de crise (2011-2014) é aquele que apresenta o maior número de licenciamentos, com um diferencial de 42%, em 2008-2010, e de 12%, em 2015-2017.

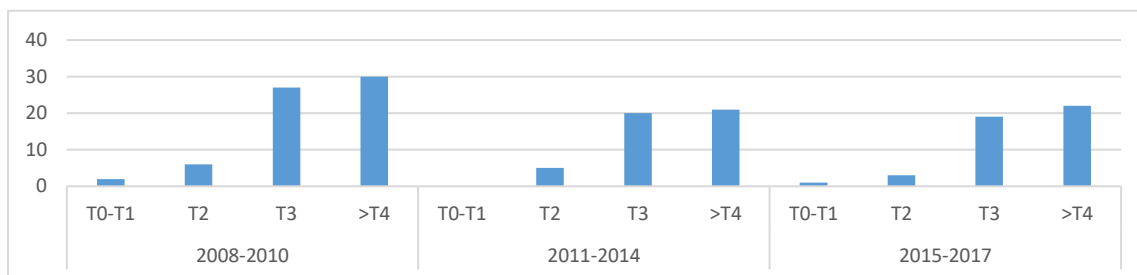
Figura 51: Tipologia dos Licenciamentos em Vilarandelo



- Na análise da freguesia onde se situa a **cidade** de Valpaços (freguesia de Valpaços e Sanfins), constata-se:

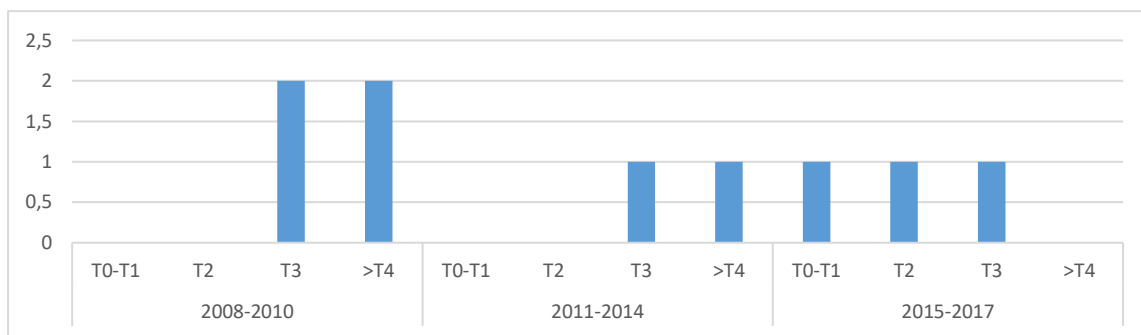
- ❖ Uma dinâmica imobiliária francamente superior às demais, mas também reforça o princípio de existência de uma dinâmica imobiliária assente em habitações de grandes dimensões.
- ❖ Uma tendência de estabilização do volume de licenciamentos na generalidade dos períodos.

Figura 52: Tipologia dos Licenciamentos em freguesia de Valpaços e Sanfins



- E, por fim, numa freguesia a **sul**, como Água Revés e Castro permite, apesar de apresentar uma dinâmica imobiliária fraca, manter a tendência das tipologias de grandes dimensões.

Figura 53: Tipologia dos Licenciamentos em Água Revés e Castro



Neste sentido, depreende-se a existência de uma dinâmica imobiliária segregada em três conjunturas distintas, designadamente a dos principais aglomerados urbanos, como Valpaços, Carrazedo de Montenegro e Vilarandelo; a associada ao eixo Valpaços-Chaves, apoiada na EN 213 e, por fim, as restantes áreas do concelho. Em comum, todas apresentam uma dinâmica de licenciamentos de grandes tipologias, sendo a de maior número de licenciamentos a >T4, com 248 e a T3 com 224, entre 2008-2017. Por inerência, este processo permite inferir a necessidade de:

- ❖ Apostar na contenção dos perímetros urbanos;
- ❖ Evitar a edificação isolada;
- ❖ Qualificar o espaço público/canal do eixo Valpaços-Chaves;
- ❖ Aumentar o relacionamento inter-rural/urbano;
- ❖ Incrementar políticas de arrendamento;
- ❖ Estabelecer políticas coincidentes com a atual conjuntura migratória portuguesa, particularmente, nos países onde a migração tem o seu maior peso, como é o caso da França.

O Programa de Execução - Avaliação

Avalia-se, no presente capítulo a execução das ações definidas no PDM, sendo que na tabela da página seguinte se inscrevem os investimentos efetuados associados às ações propostas no atual PDM de Valpaços.

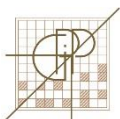


Tabela 22: Execução das ações do PDM

DESIGNAÇÃO	Fonte de Financiamento			CUSTOS TOTAIS (€)	Executado	Não Executado	Se foi executado, qual o custo real?
	AC	AA	FC				
VIAS/ARRUAMENTOS:							
Ligação do Bairro do Toural ao cemitério - Sta Maria Émeres		100		1.000,00	Sem Informação	Sem Informação	
Ligação Fornos do Pinhal até á variante		100		12.047,48			
Variante de Vilarandelo		30	70	85.178,21			
Ligação Póvoa de Lila - Pai Torto		100		57.132,30			
Rectificação e reperfilamento do CM 1096 da EN 213 a Valongo		100		1.000,00			
Ligação Barreiros Gorgoço		100		1.000,00			
Ligação Friões – Vilarinho - S. Domingos		100		106.433,56			
Ligação Vilarinho - Serapicos		100		1.000,00			
Ligação EN 206 (Sra da saúde de) à 544 (cruzeiro)		30	70	1.028.974,99			
Construção da ponte de Curros		100		25.846,27			
		Total:		1.319.612,81			
EQUIPAMENTOS/ESPAÇOS VERDES:							
Ampliação do quartel dos bombeiros de Carrazedo de Montenegro		100		1.000,00	Sem Informação		
Recuperação do quartel dos bombeiros de Lebução		100		25.000,00	X	Sem Informação	Sem Informação
Remodelação do edifício da polícia municipal	84,6	15,4		140.810,95	X		
Jardim-de-infância de Lebução		100		130.000,00	X		
Jardim-de-infância em Sta Maria de Émeres		100		125.000,00	X		
Jardim-de-infância no Bairro 1.º de Maio		100		20.000,00	X		
Remodelação do edifício da escola profissional	60	40	200.00,00	X			
Construção do centro social em Lebução - 2.ª fase		100		1.000,00	X		
Centro comunitário de Friões		100		226.987,64	Sem Informação		
Centro de dia e Rio Torto		100		40.000,00	X	Sem Informação	Sem Informação
Centro de dia em Santiago da Ribeira de Alhariz		100		80.000,00	X		
Centro de convívio em Nozelos	50	50		20.000,00	X		
Centro de convívio em Fiães	50	50		20.000,00	X		
Construção do cemitério em Tortomil		100		1.000,00	X		
Construção do cemitério em Vale do Campo		100		1.000,00	X		
Construção do cemitério em Cadouço		100		1.000,00	X		
Construção do cemitério em Junqueira		100		1.000,00	X		
Ampliação do cemitério em Fiães		100		118.092,91	X		
Ampliação do cemitério em Sanfins		100		36.768,69	X		
Ampliação do cemitério em Sonim		100		38.965,02	X		
Ampliação do cemitério em Valverde		100		3.177,31	X		
Ampliação do cemitério em Póvoa de Lila		100		32.980,45	X		
Construção do cemitério de Lebução		100		10.000,00	X		
Ampliação do cemitério em Lampaça		100		15.000,00	X		
Ampliação do cemitério em água revés		100		40.000,00	X		
Arranjo urbanístico do campo da feira	25	75		500.000,00	X		
Arranjo urbanístico em Carrazedo de Montenegro		100		55.000,00	X		745.029,67 €
Parque de lazer em Barreiros		100		5.000,00	X		Sem Informação
Recuperação e revitalização do espaço natural e Valverde		50	50	289.990,13	X		
Zona de lazer de lamas		50	50	65.470,50	X		
Requalificação do espaço de valor paisagístico em Celeirós		100		15.000,00	X		
		Total:		2.259.243,30			
PATRIMÓNIO:							
Reabilitação da ponte romana de Tinhela		25	75	5.000,00	X	Sem Informação	
Recuperação de moinhos no rio calvo		50	50	50.000,00			
Recuperação da fonte de mergulho em Tinhela		25	75	10.000,00			
Itinerário cultural (vias romanas)		25	75	212.412,54			
Recuperação e instalação de museu no solar de Lebução		25	75	96.000,00			
Centros rurais de Bouçoais, Sonim e Barreiros		25	75	200.000,00			
		Total:		573.412,54			
DESPORTO:							
Construção de polidesportivo em Lebução		25	75	50.000,00	Sem Informação		
Construção de polidesportivo em Vilarandelo		25	75	50.000,00	X	Sem Informação	84.016,69 €
Construção de polidesportivo em Possacos		25	75	50.000,00	X		
Construção de polidesportivo em Carrazedo de Montenegro		25	75	50.000,00	X		
Construção de polidesportivo em fornos do pinhal		25	75	50.000,00	X		
Construção de polidesportivo em Friões		25	75	50.000,00	X	Sem Informação	
Construção de polidesportivo em Sonim		25	75	50.000,00	X		
Construção de polidesportivo em Argeriz		25	75	50.000,00	X		
		Total:		400.000,00			
Medida 7.1 AGRIS - NO PAÍS DA CASTANHA:							
Museu rural da castanha		100		1.000,00	X	Sem Informação	
Valorização do núcleo rural de Argemil		25	75	80.000,00	X		
Zona de lazer da Ribeira da Fraga		25	75	40.000,00	X		
Revitalização do lago em Silva		25	75	30.000,00	X		
		Total:		151.000,00			
DINAMIZAÇÃO EMPRESARIAL:							
Zona de acolhimento empresarial de Valpaços		100		367.966,02		Sem Informação	
Construção do novo mercado municipal em Valpaços		100		659.056,50			
Parque de exposições e animação económica	26,6	73,4		1.855.436,25	Sem Informação		
		Total:		2.882.458,77			
DRENAGEM DE ESGOTOS:							
Saneamento em Água Revés		100		2.500,00		X	
Saneamento em Alvarelhos		100		2.500,00	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Saneamento em Argeriz		100		27.561,33		X	
Saneamento em Barreiros		100		15.402,64	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Saneamento em Bouçoães	25	75		80.000,00		X	
Saneamento em Canavezes	25	75		74.500,00		X	
Saneamento em Carrazedo Montenegro e Curros		100		17.052,00	X		227.193,24 €
Saneamento em Curros		100		3.000,00	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Saneamento em Ervões	25	75		113.561,99	X		228.363,61 €
Saneamento em Fornos do Pinhal		100		2.500,00		X	
Saneamento em Friões		100		2.500,00		X	
Saneamento em Lebução, Nozelos e Fiães	25	75		50.000,00	X		111.540,97 €
Saneamento em Nozelos		100		10.097,58	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Saneamento em Padrela e Tazém	25	75		147.397,42		X	



Saneamento em Possacos		100		6.893,49	X		28.123,77 €
Saneamento em Rio Torto		100		2.500,00		X	
Saneamento em Sanfins		100		2.500,00	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Saneamento em S. Maria Émeres		100		30.365,19	X		13.376,14 €
Saneamento em Santa Valha		100		80.685,60	X		163.006,27 €
Saneamento em Santiago da ribeira de Alhariz		100		165.914,86	X		150.592,38 €
Saneamento em S. João de Corveira		100		70.461,23	X		181.442,03 €
Saneamento em S Pedro de Veiga de Lila		100	10.237,29			X	
Saneamento em Serapicos		100		4.228,88		X	
Saneamento em Sonim		100		12.759,50	X		42.979,90 €
Saneamento em Tinhela	25	75		64.997,40	X		68.308,38 €
Saneamento em Vales	25	75		92.825,97		X	
Saneamento em Valpaços		100		142.397,68	X		195.361,82 €
Saneamento em Vassal		100		24.031,64	X		95.911,90 €
Saneamento em Veiga de Lila		100		2.500,00	X		4.679,33 €
Saneamento em Vilarandelo		100		10.000,00		X	
		Total:		1.271.871,50			
ABASTECIMENTO DE ÁGUA							
Abastecimento de água em Água Revés		100		10.732,89		X	
Abastecimento de água em Alvarelhos		100		2.988,04	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Abastecimento de água em Argeriz		100		25.442,47		X	
Abastecimento de água em Barreiros		100		2.500,00	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Abastecimento de água em Bouçoais		25	75	34.003,55	X		13.150,00 €
Abastecimento de água em Canavezes		25	75	27.114,04		X	
Saneamento em Carrazedo Montenegro e Curros		100		35.011,86	X		21.497,65 €
Abastecimento de água em Curros		100		3.412,04	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Abastecimento de água em Ervões		25	75	20.000,00		X	
Abastecimento de água em Fiães		100		2.500,00	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Abastecimento de água em Fornos do Pinhal		100		3.207,00		X	
Abastecimento de água em Friões		100		7.008,53		X	
Saneamento em Lebução, Nozelos e Fiães		25	75	20.000,00		X	
Abastecimento de água em Nozelos		100		2.500,00	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Saneamento em Padrela e Tazém		25	75	33.890,50	X		11.692,28 €
Abastecimento de água em Possacos		100		3.613,40	X		101.774,29 €
Abastecimento de água em Rio Torto		100		28.491,65		X	
Abastecimento de água em Sanfins		100		10.820,65	Freguesia agregada pela Lei n.º11-A/2013		
Abastecimento de água em S. Maria Émeres		100		378.890,55		X	
Abastecimento de água em Santa Valha		100		20.000,00		X	
Abastecimento de água em Santiago da ribeira de Alhariz		25	75	25.800,00		X	
Abastecimento de água em S. João de Corveira		100		25.907,18		X	
Abastecimento de água em S Pedro de Veiga de Lila		100		2.500,00	X		10.930,00 €
Abastecimento de água em Serapicos		100		26.527,37		X	
Abastecimento de água em Sonim		100		3.847,40		X	
Abastecimento de água em Tinhela		25	75	24.825,66	X		24.643,31 €
Abastecimento de água em Vales		25	75	20.000,00	X		53.317,70 €
Abastecimento de água em Valpaços		100		100.598,21		X	
Abastecimento de água em Vassal		100		20.000,00		X	
Abastecimento de água em veiga de Lila		100		2.500,00		X	
Abastecimento de água em Vilarandelo		100		30.000,00		X	
		Total:		954.632,99			
		TOTAL		9.812.231,91			
AC – Administração Central							
AA – Administração Autárquica							
FC – Fundos Comunitários							

Fonte: CMV

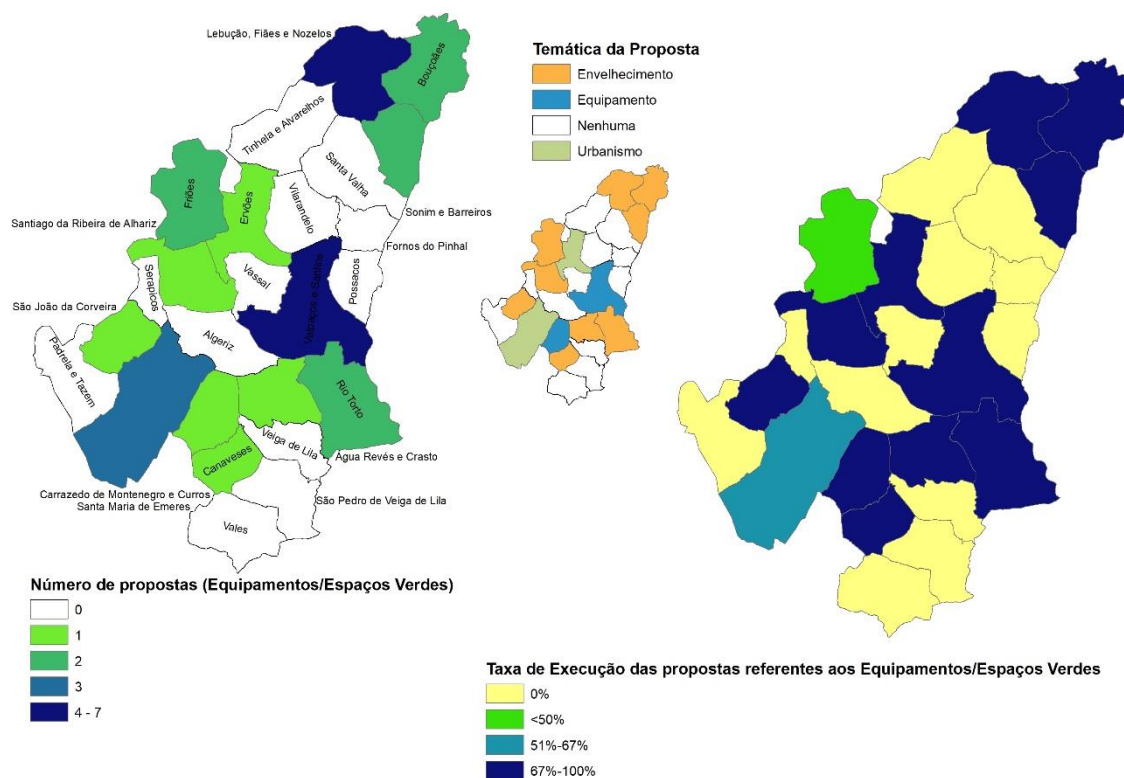
A execução do PDM encontra-se em níveis positivos nas temáticas em que existe informação que permite a sua avaliação. Consta-se que:

- ❖ Não existem informações referente às ações concretizadas no âmbito das Vias;
- ❖ Relativamente aos Equipamentos/Espaços Verdes:
 - Existe uma execução final positiva em que 3/31 não foram concretizadas, segundo os serviços municipais – consultar tabela 24 e figura 53 (página seguinte).
 - Geralmente, as propostas integram investimentos em três grandes domínios: na dotação de equipamentos ao nível da educação e da proteção civil; na estruturação de uma rede de equipamentos ao nível do envelhecimento populacional, assente em centros de dia e cemitérios; e, por fim, a qualificação urbanística, com a valorização do espaço público, predominantemente.
 - O investimento não é concretizado de forma igual por todo o território.
 - Isto porque foram concentradas nas freguesias de Lebução, Fiães e Nozelos, 7 medidas, predominantemente associadas à dinâmica do envelhecimento populacional, e na de Valpaços e Sanfins, também com 7 medidas, mas estas associadas ao facto de ser um centro estruturante na dinâmica do município e sub-regional, existindo investimentos principalmente na dotação de equipamentos.
 - No agregado destas duas freguesias concretizaram-se 45% das medidas propostas nesta temática e uma execução plena nas mesmas.
 - No que se refere à temática do envelhecimento a mesma acompanha a tendência das políticas de investimento dos municípios rurais portugueses, em que existe a necessidade de dotar estes territórios de uma rede de equipamentos capaz de suprir as necessidades das populações mais idosas e vulneráveis.
 - Deste modo, é possível constatar que as ações executadas são positivas, embora não tenha existido a concretização em Friões e em Vale do Campo (freguesia de Carrazedo e Curros) de dois equipamentos, nomeadamente um centro comunitário e um cemitério, respetivamente. E também, não contempla ações por todo o concelho (só 12/25 freguesias). Localizando-se predominantemente junto às freguesias com um aglomerado habitacional de hierarquia superior, como é o caso da freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, em que todas as freguesias da sua envolvente, à exceção de Padrela e Tazem e Argeriz, sofreram com investimento neste setor. Como também as freguesias que se localizam no eixo Valpaços-Chaves, à exceção de Vassal e Vilarandelo, as demais tiveram propostas em prol desta temática e todas com uma execução positiva.
 - Há a referir a concretização dos Arranjos Urbanísticos de Carrazedo de Montenegro onde a sua execução não engloba o orçamento proposto à data do PDM, porque, entretanto, surgiram novas dinâmicas imobiliárias impulsionadas pela administração central e local. Todavia, o facto de ser ultrapassado o investimento proposto pelo município o mesmo não é negativo, atendendo à concretização de uma ação que beneficiou o aglomerado populacional, nomeadamente com a integração de ações de reabilitação urbana.

Tabela 23: Execução das medidas propostas para os Equipamentos/Espaços Verdes nos contextos territoriais no concelho

Temáticas em análise nos Equipamentos/Espaços Verdes	freguesia de Valpaços e Sanfins, freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros e Vilarandelo		Outras freguesias	
	Executado	Não Executado	Executado	Não Executado
Equipamentos	2	1	4	0
Envelhecimento	4	0	12	2
Urbanismo	2	0	4	0
Taxa de Execução		89%	91%	

Figura 54: Distribuição por freguesia das medidas executadas



- ❖ Relativamente ao património regista-se a criação de um itinerário cultural das vias romanas no município, sendo que as demais propostas não foram executadas;
- ❖ No que se refere ao Desporto, concretizaram-se investimentos nas freguesias dos aglomerados populacionais de maior dimensão, designadamente Carrazedo de Montenegro e Vilarandelo. Já nas restantes freguesias, à exceção de Argeriz, não foi feito qualquer investimento;
- ❖ Ao nível da AGRI – NO PAÍS DA CASTANHA todas as ações foram executadas, sendo um importante contributo não só para potenciação de um ativo económico mas, também, como instrumento para regenerar económica e urbanisticamente territórios menos qualificados do concelho;
- ❖ No que refere à dinâmica empresarial não existe qualquer execução até ao momento.
- ❖ Por fim, referente à temática do Abastecimento e da Drenagem foram concretizadas diversas obras, tal como foi referido no subcapítulo do PGRH do Douro que, embora o PDM as definisse para todo o concelho, as mesmas, em termos de Abastecimento, somente foram concretizadas em 7/25 freguesias e na Drenagem em 13/25 freguesias.
 - Contudo, em termos de valor investido é possível verificar que o orçamento proposto pelo PDM é francamente inferior ao que efetivamente foi concretizado.



- No caso da drenagem de águas residuais, geralmente, é investido um valor 55% superior ao valor proposto, existindo exceções como Santa Maria de Émeres e Santigado da Ribeira de Alhariz que apresentaram valores investidos inferiores aos propostos, em 125% e 10%, respetivamente.
- Referente ao abastecimento de água, constata-se uma realidade diferente, em vez de existir mais investimento, ocorre o contrário. Neste tópico existem 4/7 freguesias que apresentam investimentos inferiores aos propostos, em média 103%, evidenciando um sinal de não investimento nas freguesias, que por si só não constituem 30% das que deveriam usufruir este tipo de investimento.

De acordo com a informação disponibilizada pelos serviços municipais regista-se uma execução positiva nos domínios da dotação de equipamentos, espaços de utilização coletiva e de infraestruturas, principalmente em freguesias mais desfavorecidas económica e demograficamente, como foi possível observar na dotação de equipamentos e de espaços verdes «fora» dos principais aglomerados populacionais, e como se constatou com a iniciativa da AGRIS – NO PAÍS DA CASTANHA.

Contudo, essa execução apresenta realidades bastantes diferentes, como se viu ao longo do presente tópico de análise, onde se confirma:

- ❖ O eixo territorial Valpaços-Chaves, à semelhança do que se constatou no anterior tópico de análise do PDM.
- ❖ A centralização em Valpaços e Carrazedo de Montenegro de grande parte das medidas propostas para o concelho, embora não seja um ponto negativo, atendendo ao conjunto regional de baixas densidades.
- ❖ O acentuar das disparidades territoriais, principalmente nas áreas intermédias, entre os principais centros urbanos conduzindo ao aumento da centralização de esforços financeiros e de planeamento para os mesmos.

Fora da Execução proposta pelo PDM

As informações disponibilizadas permitem avaliar o que ocorreu «para lá» do previsto no PDM, a seguir a 2008. Apesar de não constar na proposta do PDM é um indicador que permite perceber que, atendendo ao grau de concretização positivo do mesmo, se podem retirar determinadas ilações.

Ao nível das Vias e Arruamentos é possível avaliar cinco temáticas, designadamente, Freguesias, Hierarquia da rede viária, Intervenções urbanas, Sinalização e Outros.

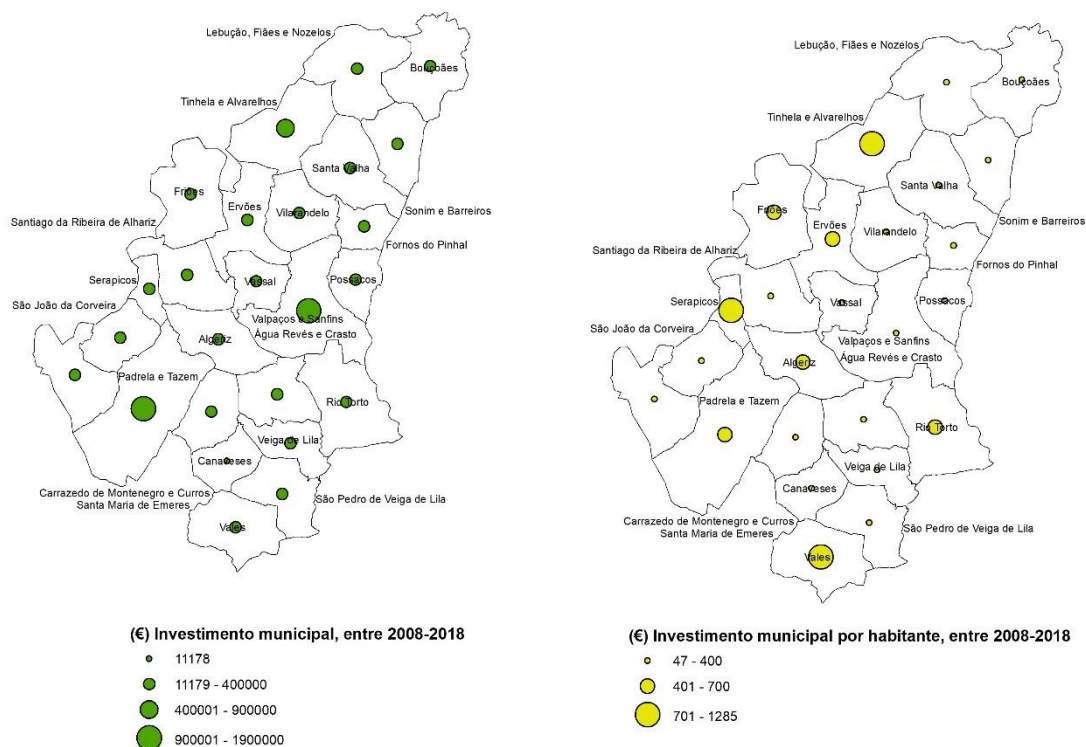
❖ Freguesias

A dimensão do concelho de Valpaços determina a existência de uma divisão administrativa de grande dimensão embora, em termos populacionais, tal não esteja refletido. Deste modo, importa avaliar onde é que tem surgido mais investimento e, posteriormente, interpretar as dinâmicas territoriais, em termos de prioridades políticas de investimento.

Comparativamente às propostas constantes no PDM constata-se uma execução francamente positiva, isto porque, o mesmo só endereçava para a mesma temática 8 propostas dispersas em termos de distribuição territorial, abrangendo as freguesias de Fornos de Pinhal, Vilarandelo, São Pedro de Lila, Ervões, freguesia de Sonim e Barreiros, Friões, Serapicos, freguesia de Valpaços e Sanfins e freguesia de Carrazeda de Montenegro e Curros. Segundo a CMV existe investimento em todas as freguesias, embora com diferentes dinâmicas.

Avaliando o top 5 de investimento ao nível das freguesias, constata-se a seguinte realidade:

- As freguesias que apresentam o maior volume de investimento são: Ervões, Friões, freguesia de Tinhela e Alvarelos, freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros e, por fim, freguesia de Valpaços e Sanfins, sendo que, à exceção da freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros têm um ponto em comum: o facto de coincidirem com o atravessamento da EN 213;
- Existe no agregado das 5 freguesias com mais investimento, um diferencial de, aproximadamente, 32% relativamente ao valor médio investido no concelho. Em termos de valores monetários, existe um investimento total nestas freguesias de 3.899.700,90€;
- O mesmo valor compreende 58% do valor investido no concelho no período pós PDM;
- Em termos médios, só 7/25 freguesias é que apresentam um valor superior à média concelhia.

Figura 55: Investimento efetuado por freguesias


Fonte: CMV

Tendo como enquadramento comparativo o valor investido por freguesia, importa avaliar quais são as freguesias que apresentam o valor investido por habitante mais elevado – consultar tabela.

Tabela 24: Valor investido por habitante

Freguesia	Valor Investido	Ano de Concretização das intervenções	População Residente em 2011	Investimento por habitante
Arruamentos na freguesia de Água Revés e Crasto	100.529,33 €	2009 a 2014	342	293,95 €
Arruamentos na Freguesia de Algeriz	268.593,58 €	2009 a 2017	570	471,22 €
Arruamentos na freguesia de Bouçoães	31.443,50 €	2015	419	75,04 €
Arruamentos na freguesia de Canaveses	11.177,50 €	2009	237	47,16 €
Arruamentos na freguesia de Carrizado de Montenegro e Curros	936.306,22 €	2009 a 2017	1780	526,01 €
Arruamentos na freguesia de Ervões	288.486,92 €	2008 a 2017	636	453,60 €
Arruamentos na freguesia de Fornos do Pinhal	101.982,70 €	2017	320	318,70 €
Arruamentos na freguesia de Friões	346.933,53 €	2008 a 2018	619	560,47 €
Arruamentos na freguesia de Lebução, Fiães e Nozelos	230.698,68 €	2010 a 2017	833	276,95 €
Arruamentos na freguesia de Padrela e Tazém	122.615,14 €	2009 a 2017	359	341,55 €
Arruamentos na freguesia de Possacos	27.254,00 €	2014	446	61,11 €
Arruamentos na freguesia de Rio Torto	235.868,75 €	2009 a 2016	362	651,57 €
Arruamentos na freguesia de Santa Maria de Émeres	93.006,43 €	2011 a 2015	406	229,08 €
Arruamentos na freguesia de Santa Valha	134.799,32 €	2009 a 2016	415	324,82 €
Arruamentos na freguesia de Santiago da	104.871,32 €	2010 a 2016	603	173,92 €

Freguesia	Valor Investido	Ano de Concretização das intervenções	População Residente em 2011	Investimento por habitante
Ribeira de Alhariz				
Arruamentos na freguesia de São João de Corveira	193.468,17 €	2009 a 2016	537	360,28 €
Arruamentos na freguesia de São Pedro de Veiga de Lila	85.960,05 €	2010 a 2012	304	282,76 €
Arruamentos na freguesia de Serapicos	178.718,77 €	2010 a 2016	246	726,50 €
Arruamentos na freguesia de Sonim e Barreiros	58.478,00 €	2015 a 2016	450	129,95 €
Arruamentos na freguesia de Tinhela e Alvarelos	427.975,32 €	2010 a 2017	333	1.285,21 €
Arruamentos na freguesia de Vales	287.867,37 €	2010 a 2017	257	1.120,11 €
Arruamentos na freguesia de Valpaços e Sanfins	1.899.998,91 €	2009 a 2017	4752	399,83 €
Arruamentos na freguesia de Vassal	175.797,00 €	2011 a 2016	460	382,17 €
Arruamentos na freguesia de Veiga de Lila	72.710,68 €	2011 a 2018	261	278,58 €
Arruamentos na freguesia de Vilarandelo	261.569,85 €	2009 a 2017	984	265,82 €
<i>Total do concelho</i>	<i>6.677.111,04 €</i>		<i>16931</i>	<i>401,45 €</i>

Fonte: CMV

Neste caso, a lógica do investimento por habitante não segue o valor investido por freguesia, isto é, quando analisado, por exemplo, o top 5 das freguesias com mais investimento por habitante. As mesmas são: freguesia de Tinhela e Alvarelos: 1285.11€/hab., Vales: 1120.11€/hab., Serapicos: 726.50€/hab., Rio Torto: 651.57€/hab., e, por fim, Friões: 560.47€/hab..

Tal conjuntura, comparada com a evolução da população entre o período censitário de 2001 e 2011, demonstra que são freguesias que apresentam um nível crítico de decréscimo populacional, evidenciando o esforço feito pelo município em melhorar as condições dos territórios mais críticos.

Em simultâneo, existem durante este período, em 8/25 de freguesias, valores investidos por habitante superiores à média do concelho onde, neste caso, os 401.45€, no caso da U.F. de Tinhela e Alvarelos e Vales, são superiores a esse valor 3 vezes. Pelo contrário, em Canaveses, existe um valor 9 vezes inferior ao do concelho e 28 vezes superior ao valor mais elevado.

❖ Hierarquia da Rede Viária

A informação camarária, tal como no anterior tópico de análise, permite avaliar que existem mais intervenções (facto que será recorrente neste capítulo) em que não existe uma proposta formal no PDM mas que, na sua essência, funciona em prol dos objetivos do mesmo. Neste sentido, e consultando a tabela seguinte, é possível constatar que existe um investimento significativo, principalmente nas vias de índole sub-regional e intervenções pontuais de beneficiação e repavimentação em estradas e caminhos municipais.



Tabela 25: Investimentos por via de comunicação

Vias	Intervenção	Investimento	Ano da concretização
EN 213	Nó de Rio Torto na Variante da E.N. 213 que liga Valpaços ao IP4, incluindo a Pavimentação do C.M. de Rio Torto a Miradese	995.400,75 €	2011
	Requalificação da E.N. 213 da Rotunda da Adega Cooperativa à variante E.N. 213	1.196.135,24 €	2012
ER 206	Beneficiação da ER 206 - Av.ª 25 de Abril	151.737,51 €	2016
EM 544	Beneficiação e repavimentação da EM 544 de Fornos do Pinhal à EN 206	216.101,00 €	2012
EM 573	Beneficiação e repavimentação da EM 573 de Água Revés a Santa Maria de Émeres	228.999,72 €	2012
CM 1098	Construção e Beneficiação de estradas e caminhos municipais - CM 1098	12.529,00 €	2015
CM 1103	Beneficiação e repavimentação do CM 1103 de São João de Corveira a Junqueira e do CM 1104 e CM 1103 a Vilarinho do Monte	168.019,45 €	2017
CM 1105	Beneficiação e repavimentação do CM 1105 da M 314 a Vilela	187.757,55 €	2012
	Beneficiação e repavimentação do CM 1105, do CM 1098 a Chamoínha	199.506,23 €	2014
CM 1112	Beneficiação e repavimentação do CM 1112 da EM 551 a Midões	260.950,24 €	2012
CM 1116	Beneficiação e repavimentação do CM 1116 de Rendufe à M 314	117.942,94 €	2015
CM 1118	Beneficiação e repavimentação do CM 1118 de Canavezes a Cadouço e cruzamento do Cadouço a Émeres	282.553,32 €	2012
Outras intervenções	Construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais - Guardas de segurança em Póvoa de Lila e Sanfins	6.727,50 €	2015
	Construção e Beneficiação de Caminhos Municipais (Friões)	12.604,00 €	2011
	Construção e Beneficiação de Caminhos Municipais (Fonte Mercê)	22.760,50 €	2010
	Construção e Beneficiação de Caminhos Municipais (Argeriz)	28.344,90 €	2010 a 2011
	Construção e Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais (Fonte Mercê, Veiga do Lila e São Pedro)	32.140,06 €	2014
	Construção e Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais (Valpaços)	33.934,62 €	2012
	Construção e Beneficiação de Caminhos Municipais (Água Revés)	35.989,77 €	2013
	Construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais (Sonim)	84.520,00 €	2013
	Construção e Beneficiação de estradas e caminhos municipais (Tinhela)	92.339,01 €	2013
Construção do CM que liga Ferreiros a Moreiras		164.136,71 €	2012
Total		4.531.130,02 €	

Fonte: CMV

Assim, existe uma lógica evidente, atendendo à hierarquia das vias de comunicação, como também ao fluxo existente nas mesmas. Tal situação é concordante com o facto da via de comunicação de maior nível hierárquico, como a EN 213, ser aquela que maior investimento teve (48% do investimento realizado no pós-PDM).

Não obstante será de referir que os investimentos existentes em prol da construção e beneficiação das estradas e caminhos municipais estabilizou a partir de 2015, motivado pelo facto de existir uma realidade de estabilização quase plena nos diferentes domínios do concelho, quer em termos de expansão dos aglomerados populacionais, como das necessidades de investimento público, atendendo à diminuição de massa crítica no território.

Segundo a CMV, ao nível de estradas e caminhos municipais terá sido realizada a beneficiação e repavimentação do CM 1103 de São João de Corveira a Junqueira e do CM 1104 e CM 1103 a Vilarinho do Monte, no ano de 2017, e a pavimentação da ligação da EM 553 a Frutuoso, a decorrer, em simultâneo, à concretização do atual documento.

❖ Intervenções Urbanas

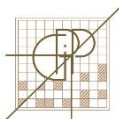
Os principais núcleos urbanos, designadamente, Valpaços, Carrazedo de Montenegro e Vilarandelo, apresentam uma dinâmica semelhante, em termos do valor investido e em termos de tipologias de intervenções concretizadas, no que se refere a intervenções nos arruamentos/vias de comunicação – consultar tabela.

Tabela 26: Investimento em termos de arranjos urbanísticos

Intervenção	Investimento	Ano da concretização	Núcleo Urbano
Arruamentos na cidade de Valpaços - Av.ª Pinheiro Manso (condutas de telecomunicações)	1.728,50 €	2017	Carrazedo de Montenegro
Infraestruturas elétricas na Av.ª dos Bombeiros em Carrazedo	18.400,00 €	2017	Carrazedo de Montenegro
Beneficiação da Av. dos bombeiros voluntários, em Carrazedo de Montenegro - (valas e tubagem para infraestruturas elétricas e de telecomunicações)	25.997,50 €	2017	Carrazedo de Montenegro
Eletrificação de Arruamentos na Freguesia de Carrazedo de Montenegro	55.961,25 €	2010 a 2014	Carrazedo de Montenegro
Beneficiação da Av.ª dos Bombeiros, em Carrazedo de Montenegro	268.288,00 €	2017	Carrazedo de Montenegro
Eletrificação de arruamentos no Concelho - (Iluminação na rua Nossa Sra. da Saúde)	2.990,00 €	2015	Valpaços
Arruamentos na cidade de Valpaços - Rua Joaquim Castro Lopo (valas e tubagem para infraestruturas de eletricidade e de telecomunicações)	4.476,00 €	2016	Valpaços
Remodelação da Rede de Iluminação Pública no Concelho de Valpaços - (Rua da Misericórdia e Rua Luís Barroso)	5.370,00 €	2015	Valpaços
Arruamentos na cidade de Valpaços (Infraestruturas de telecomunicações na urbanização Vila Jardim)	8.553,25 €	2015	Valpaços
Arruamentos na cidade de Valpaços - Rua Joaquim Castro Lopo (rede de iluminação pública)	10.016,10 €	2017	Valpaços
Eletrificação de Arruamentos em Valpaços	11.861,08 €	2010	Valpaços
Eletrificação de Arruamentos em Valpaços (B.º 1.º de Maio)	14.988,80 €	2010	Valpaços
Arranjos Urbanísticos em vários locais da cidade de Valpaços	22.051,50 €	2011 a 2016	Valpaços
Arranjos urbanísticos em vários lugares do Concelho - embelezamento do separador central - monumento ao azeite	22.422,80 €	2017	Valpaços
Iluminação de Parques e Jardins em diversas localidades do Concelho (Zona Envolvente ao Tribunal de Valpaços)	27.590,44 €	2008	Valpaços
Arranjos Urbanísticos em vários lugares do Concelho (Passeios em Valpaços)	60.475,73 €	2008	Valpaços
Beneficiação e repavimentação da Av.ª Sá Carneiro, em Valpaços	382.811,44 €	2017	Valpaços
Arranjos Urbanísticos em vários lugares do Concelho (Iluminação Pública na Rua da Caçónia e Rua de Acesso à Igreja, em Vilarandelo)	12.448,00 €	2009	Vilarandelo
Arranjos Urbanísticos em vários lugares do Concelho (conclusão da remodelação das infraestruturas elétricas, em Vilarandelo)	29.170,15 €	2009	Vilarandelo
Arruamentos na freguesia de Vilarandelo - (Rua Professora Amélia Castelo) - rede de iluminação pública	32.633,00 €	2017	Vilarandelo
Arruamentos na freguesia de Vilarandelo - (Rua Professora Amélia Castelo do km 0+350 até ao Largo do Toural - (valas e tubagem para infraestruturas de eletricidade e de telecomunicações)	57.316,50 €	2017	Vilarandelo
Total	1.075.550,04 €		

Fonte: CMV

Embora não seja evidente, as conclusões anteriormente referidas, o facto de existir uma relativa equidade de investimento efetuados nos principais aglomerados urbanos, mesmo com a existência de



mais iniciativas em Valpaços (13/22 iniciativas), evidencia uma relativa equidistância entre os três, pois apresentam semelhantes tipos de intervenções.

Tabela 27: Análise comparativa

Indicador	Valpaços	Carrazedo de Montenegro	Vilarandelo
População Residente em 2011	4752	1780	984
Valor Investido	370.375,25 €	584.450,14 €	131.567,65 €
Valor Investido por habitante	77,94 €	328,34 €	133,71 €
Tipologia de investimento predominante	Beneficiação de infraestruturas básicas, como as telecomunicações e a eletrificação	Beneficiação de infraestruturas básicas, como as telecomunicações, a eletricidade e a iluminação	Beneficiação de infraestruturas básicas, como as telecomunicações, a eletricidade e a iluminação
Maior Investimento	268.288,00 €	382.811,44 €	57.316,50 €
Tipologia do maior investimento	Beneficiação de arruamentos	Beneficiação de arruamentos	Eletrificação

Fonte: CMV

Contudo, existe um aspeto particular, nomeadamente o valor investido por habitante, existindo uma clara aposta na valorização de núcleos habitacionais de hierarquia inferior, à semelhança do que aconteceu ao nível do investimento efetuado nas vias/arruamentos, em territórios menos povoados e desfavorecidos em termos económicos.

❖ Sinalização

Elemento crucial para a organização da rede viária, como também para a melhoria da segurança das vias de comunicação do concelho, permite constatar uma crescente preocupação neste domínio, sendo que, 4/6 iniciativas são pós 2015, evidenciando o facto de a mesma rede viária se encontrar, atualmente, numa fase de estabilização e não de expansão. Tal permite adequar e infraestruturar as vias existentes com mais critério, atendendo às necessidades e segurança das populações que as utilizam. Isto também se infera pela existência de um maior investimento no pós 2015, sensivelmente mais 46% que no período entre 2008 e 2014.

Tabela 28: Sinalização (investimento)

Intervenção	Valor Investido	Ano da concretização
Construção de sinalização vertical e horizontal do Concelho de Valpaços	24.870,00 €	2010
Construção de sinalização vertical e horizontal do Concelho (semaforização de um cruzamento em Serapicos)	9.195,00 €	2011
Construção de sinalização vertical e horizontal do Concelho - M 213-1, M 551 e CM 1119	18.705,12 €	2015
Sinalização horizontal no Concelho - M 314, EM 543, M 573 e CM 1098	24.714,57 €	2016
Construção de sinalização vertical e horizontal do Concelho - (semaforização do cruzamento da Rua da Misericórdia com a Av.ª Dr. Sá Carneiro)	10.843,00 €	2017
Sinalização horizontal no Concelho - Valpaços	10.820,29 €	2018
Total 2008-2014	34.065,00 €	
Total 2015-2018	65.082,98 €	
Total	99.147,98 €	

Fonte: CMV



❖ Outros

Os outros investimentos associados às vias/arruamentos prendem-se, essencialmente, com arranjos urbanísticos noutras freguesias que não as três que englobam os principais aglomerados populacionais do concelho. Assim sendo, consultando a tabela seguinte, é possível depreender que, incluindo as três freguesias onde se localizam esses aglomerados, 6/27 freguesias tiveram intervenções de foro urbanístico, principalmente associadas à infraestruturação básica e beneficiação de vias.

Além do mais, encontra-se a decorrer durante o período de elaboração do REOT intervenções na Rua Principal em Silva (Freguesia de Carrizado de Montenegro e Curros).

Tabela 29: Outras Intervenções de foro urbanístico, em territórios de menor densidade quer populacional como económica

Intervenção	Valor Investido	Ano da concretização
Estrada de Ervões a Monsalvarga	304.297,90 €	2014
Pavimentação da estrada que liga a Valpaços (Lages) a Valverde	156.377,00 €	2012
Arranjo da zona envolvente à igreja matriz em Santa Maria de Émeres	25.820,00 €	2017
Arranjo urbanístico no adro da capela Nª Sª da Conceição em Friões	27.685,85 €	2017
Arranjo urbanístico no Largo do Pombal em Alfonge	19.889,40 €	2017
Arranjo urbanístico em vários lugares do Concelho - Mosteiró de Cima	16.575,50 €	2017
<i>Total</i>	550.645,65 €	

Fonte: CMV

Por fim, ao nível dos Equipamentos e Espaços Verdes, importa segregar as intervenções ao nível das freguesias que contemplam os principais aglomerados populacionais das restantes freguesias. Contudo, como foi possível verificar na Execução do PDM relativamente à temática dos equipamentos/ espaços verdes, existiu uma concretização francamente positiva. Além disso, importa também elencar, segundo as informações da CMV, o que ocorreu «para lá» do PDM.

❖ Valpaços, Carrizado de Montenegro e Vilarandelo

O papel decisivo de Valpaços na dinâmica do concelho é por este indicador evidenciado, não só pela liderança destacada que tem em termos do número de intervenções, como também por ser o aglomerado populacional do que tem o maior número de equipamentos públicos que, por si só, constitui um fator decisivo para se distanciar neste indicador.

Tabela 30: Ponto de situação dos Equipamentos/Espaços Verdes nas freguesias com os principais aglomerados populacionais do concelho

Intervenção	Investimento	Ano da concretização	Núcleo Urbano
Regeneração e Revitalização do Centro Antigo de Valpaços - Fase A	1.154.607,46 €	2012	Valpaços
Regeneração e Revitalização do Centro Antigo de Valpaços - Fase C	390.687,10 €	2012	Valpaços
Arranjo Urbanístico das Rotundas da Cidade de Valpaços (Monumento aos Mortos pela Pátria)	13.951,00 €	2011	Valpaços
Embelezamento da rotunda junto à adegua cooperativa	13.079,67 €	2015	Valpaços
Embelezamento da rotunda junto à adegua cooperativa (Brasão da cidade)	4.990,00 €	2015	Valpaços
Construção e reparação de pontões no Concelho (Valpaços)	55.762,00 €	2013 a 2014	Valpaços
Arranjos urbanísticos em vários lugares do Concelho (Carrizado de	50.048,35 €	2014	Carrizado de



Montenegro)			Montenegro
Construção ou beneficiação de taças e fontes luminosas (construção civil) - Valpaços	8.534,70 €	2014	Valpaços
Construção ou beneficiação de taças e fontes luminosas (instalações eletromecânicas) - Valpaços	29.850,00 €	2014	Valpaços
Construção ou beneficiação de taças ou fontes luminosas em frente ao Tribunal Judicial de Valpaços - (construção civil)	11.925,25 €	2016	Valpaços
"Construção ou beneficiação de taças ou fontes luminosas em frente ao Tribunal Judicial de Valpaços" - (instalações eletromecânicas)	74.000,00 €	2016	Valpaços
Infraestruturas de proteção civil - Poço de recolha de águas na avenida dos Colmeais	5.155,00 €	2015	Valpaços
Infraestruturas de proteção civil - (Arranjo da zona envolvente ao poço de recolha de águas na Avenida dos Colmeais - Valpaços)	13.880,00 €	2016	Valpaços
Recuperação, regularização e ordenamento da Ribeira da Levandeira, em Valpaços - muros em alvenaria de pedra	34.247,18 €	2017	Valpaços
Total	1.860.717,71 €		

Fonte: CMV

Depreende-se, portanto, a existência de um investimento focado numa política de reabilitação urbana, que teve os princípios em 2011, 3 anos após a publicação do PDM. Facto que não é de descurar, devido a este não constituir um dos objetivos do PDM e como se interpreta pela tabela supra, engloba não só a maioria do investimento, 83%, como também na execução do PDM, a execução de todas as ações propostas em prol da reabilitação urbana.

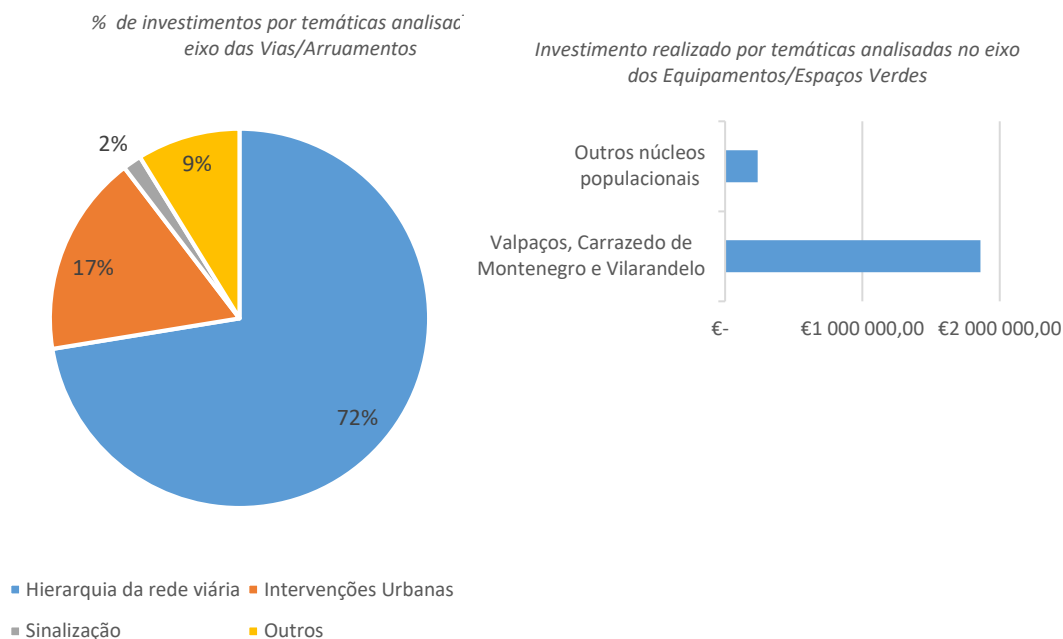
❖ Outras freguesias

No que se refere às outras freguesias é interessante verificar que restam poucas ações concretizadas desde 2008 até à atualidade. Além disso verifica-se que as mesmas estão centradas na criação de infraestruturas de suporte à atividade agrícola, de apoio à proteção civil e, também, na melhoria de equipamentos.

Intervenção	Valor Investido	Ano da concretização
Construção de Tanques e Lavadouros Públicos no Concelho (Santa Maria de Émeres)	33.724,00 €	2009
Conservação e Remodelação das Escolas do Ensino Básico no Concelho (Quintela)	49.765,09 €	2012
Construção e Reparação de Pontões no Concelho (Zebras)	19.602,75 €	2013
Pontão de Tinhela sobre o Rio Calvo	18.500,00 €	2017
Infraestruturas de proteção civil - Charca de recolha de águas em Argemil	23.744,50 €	2015
Reforço da instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios - (beneficiação do acesso a dois pontos de água - Santa Comba e Vales)	2.400,00 €	2017
Total	237.736,34 €	

Fonte: CMV

Em jeito de conclusão é importante ter em consideração que existe, segundo os tópicos analisados, uma tendência para o investimento municipal na estruturação da rede viária, bem como nas intervenções urbanísticas – consultar figuras seguintes.

Figura 57: Síntese de Investimentos camarários


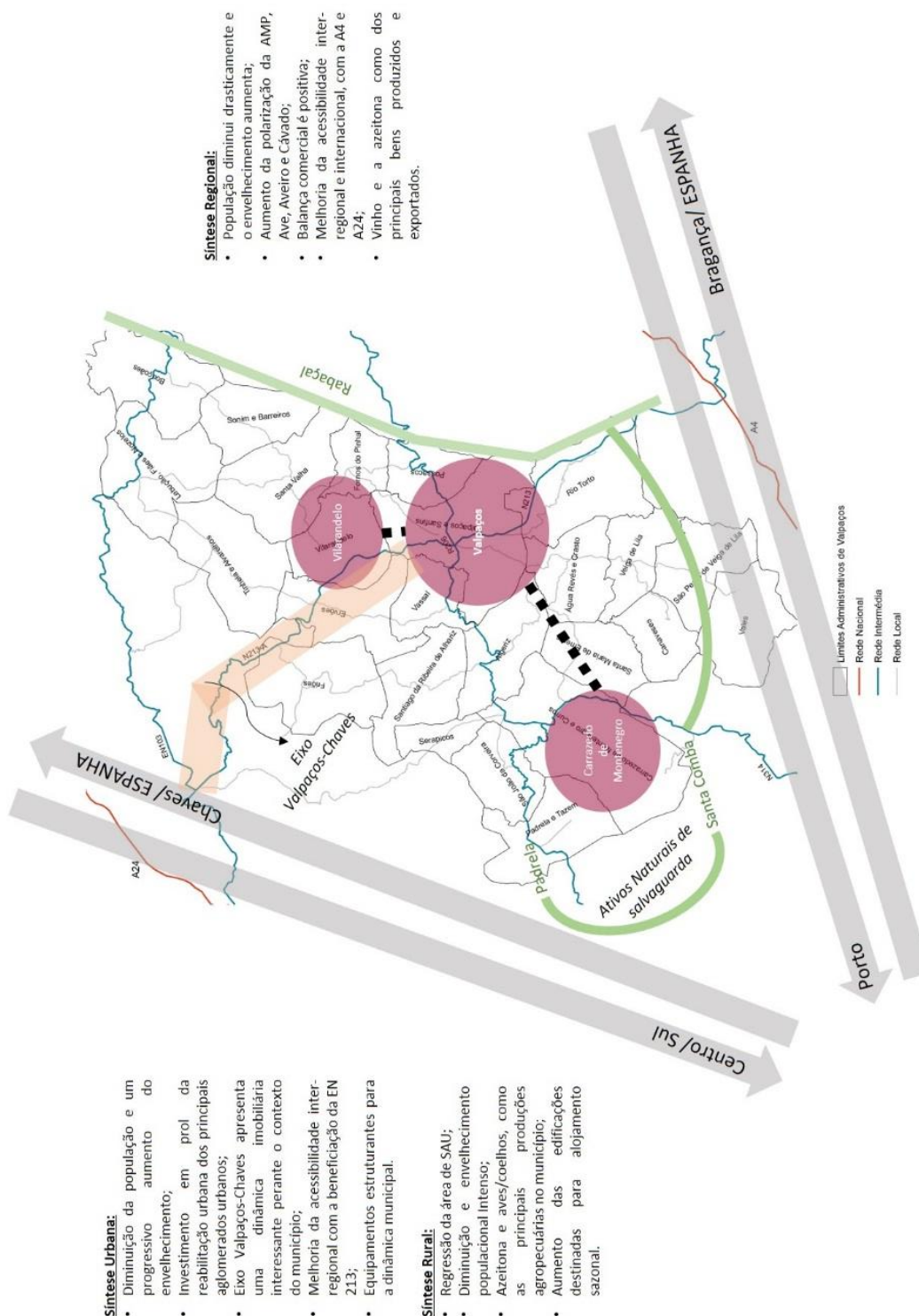
Os demais elementos em análise neste tópico, pelo facto de não existir informação referente à execução dos mesmos, não permite desenvolver uma análise conclusiva da real execução do PDM. Embora, as informações descritas neste capítulo permitam identificar os seguintes pontos de reflexão:

- A necessidade de mais supervisionamento e coordenação por parte dos serviços camarários na monitorização dos IGT existentes no concelho;
- Existência de novos objetivos e desenvolvimento, nomeadamente a melhoria e qualificação do espaço urbano, por intermédio da reabilitação urbana;
- A continuação de uma política de investimento nos territórios mais vulneráveis, quer na sua infraestruturação ou no seu relacionamento com outros núcleos populacionais;
- A importância de assumir compromissos exequíveis e que definam uma estratégia assente em prioridades macro na estruturação das políticas de investimento.

Modelo Territorial

O modelo territorial sintetiza as diversas dinâmicas demonstrando-as de forma esquemática na figura seguinte.

Figura 58: Modelo Territorial

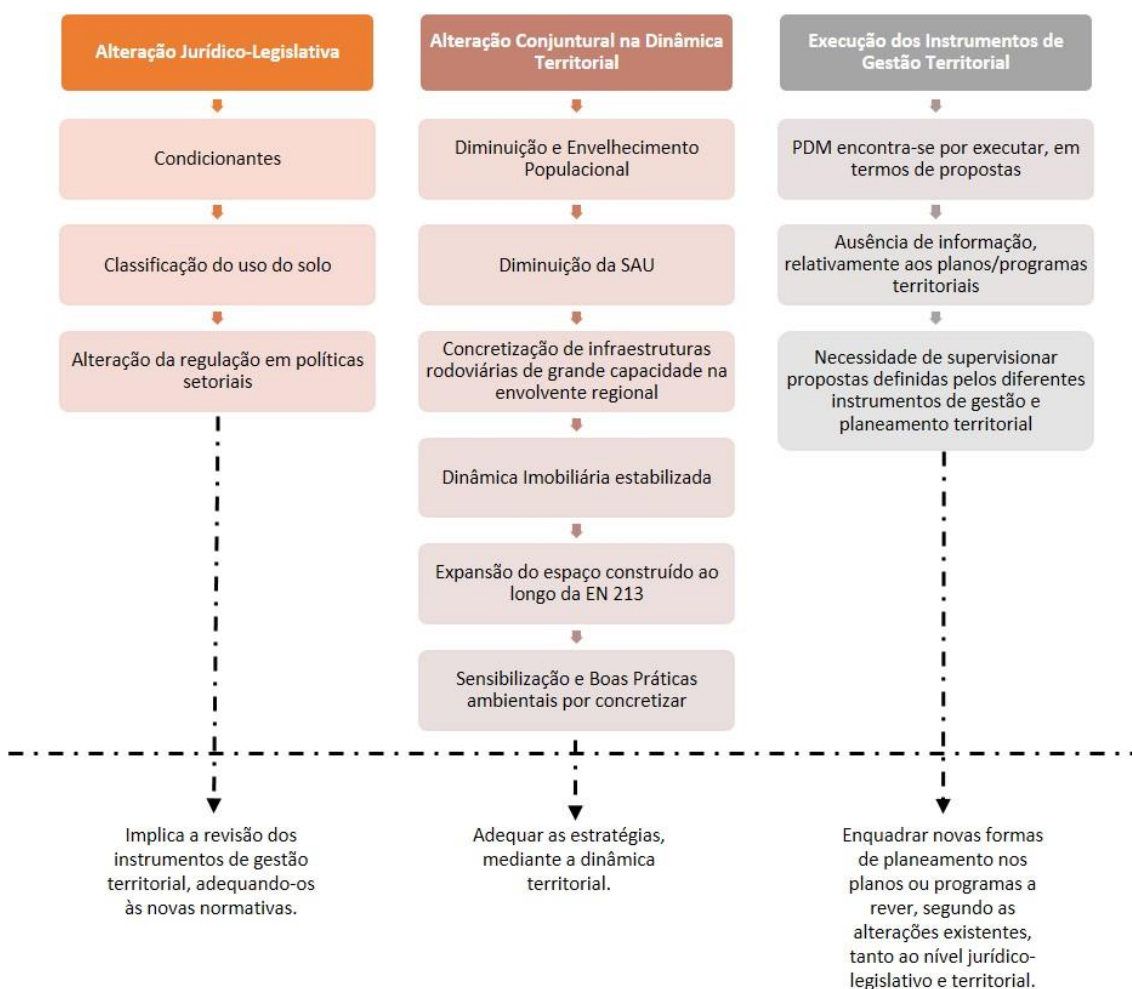


Considerações Finais

O REOT, enquanto instrumento decisivo para a gestão do território do concelho de Valpaços procurou avaliar diferentes planos/programas territoriais, bem como a dinâmica social, económica e ambiental, com a intenção de identificar os desafios que se colocam à prossecução da estratégia estabelecida e avaliando a sua adequação à conjuntura atual com vista a ponderar as necessidades da sua redefinição e ajuste.

Para Valpaços, este «REOT 0» permite concluir que é necessário ter em consideração novas realidades (sintetizadas na figura seguinte), mas também motivar as estruturas com responsabilidades na gestão do território para a necessidade de adequar, articular e organizar todo o procedimento de gestão e planeamento de forma equilibrada e adequada aos contextos/planos/programas territoriais.

Figura 59: Fatores de mudança



Assim, com a elaboração do REOT são identificados estes desafios supra mencionados, os quais deverão ter resposta na redefinição da estratégia territorial nos níveis:

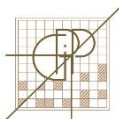
- Económico: definidos pela necessidade de alternativas às atuais;

- Ambiental: na valorização dos valores naturais, no aumento da eficiência das redes de recolha e tratamentos de águas e resíduos e no desenvolvimento dos princípios de autossuficiência energética;
- Sociocultural: na valorização do património e na identidade do território, na qualificação da população e na aposta do envelhecimento positivo;
- Planeamento: no desenvolvimento do futuro de Valpaços, promovendo a compactação do espaço construído, na relação inter-rural e na monitorização do território.

Desta feita, o confronto entre as opções que o PDM procurou induzir no território, com as concretizações efetivas no sistema real aconselha a uma redefinição de estratégias, mediante os pressupostos indicados na tabela seguinte – onde se estabelece a relação com os objetivos propostos, a situação que ocorre no sistema real e as possíveis respostas pelas quais o futuro PDM ou demais IGT, possam orientar o desenvolvimento do território.

Tabela 31: O que mudar

Objetivos do PDM:	O que ocorre no sistema real:
<ul style="list-style-type: none"> - O fortalecimento da coesão territorial, pela afirmação da cidade como principal centro de prestação de serviços, a adoção de um modelo de desenvolvimento multipolar devidamente hierarquizado, o acréscimo da mobilidade interna e externa; - A preservação da qualidade ambiental e do património natural e edificado; - A modernização e diversificação dos setores económicos, através da reestruturação e potenciação dos recursos endógenos existentes e da constituição de uma política de promoção do acolhimento empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> - A diminuição populacional de 8%, entre 2011 e 2016 e a dinâmica empresarial estabilizada, na atualidade, inferem a existência, desde o <i>post-crisis</i>, de um período de estabilização do município; - O acentuar da dinâmica imobiliária e do investimento público no eixo Valpaços-Chaves, bem como nos principais aglomerados urbanos do concelho, com um agregado de 58% do valor investido no período entre 2008-2018; - Um peso francamente positivo do total regional das exportações, com cerca de 35%; - Em termos agrícolas, embora a dinâmica esteja a regredir em todo o território, em termos de área (-56% da área de SAU, entre 1989-2009), explorações e produtores, é importante referir que mantém um impacto decisivo na produção vinícola, olivícola e de castanha a nível regional; - A existência de iniciativas que procuram diversificar as ofertas de ensino, com a realização de parcerias entre o município e instituições de ensino superior, como é o caso do Instituto Politécnico de Bragança. Embora noutros domínios exista a regressão do número de estabelecimentos, acompanhando também a diminuição do número de alunos. - Aumento do número de equipamentos relativos à prestação de ação social, como o envelhecimento; - O aumento (embora residual) do edificado, impulsionado predominantemente pela habitação sazonal associada à comunidade migrante; - O desenvolvimento de estratégias em prol da reabilitação urbana quer nos principais núcleos habitacionais como nos territórios de menores densidades; - O facto de existir uma dinâmica imobiliária estabilizada no concelho determina uma consequente necessidade de reparação do edificado; - Os indicadores referentes à dinâmica ambiental, embora sejam positivos em termos da sua qualidade, é de salientar que existe um volume de recolha de resíduos negativo comparativamente com a envolvente regional; - Aumento da infraestruturação do concelho, em termos do abastecimento de água e saneamento, com investimentos na concretização de ETAR's e reservatórios de água.
Novos objetivos (orientações): <ul style="list-style-type: none"> - A necessidade de apostar na contenção dos perímetros urbanos e na infraestruturação do território; - Evitar a edificação isolada; 	



- O efeito da migração na dinâmica imobiliária deve ser minimizado;
- Qualificação do espaço público/canal do eixo Valpaços-Chaves;
- Aumento do relacionamento inter-rural;
- Incremento de uma política em prol do arrendamento;
- Criar uma política coincidente com a conjuntura migratória;
- Continuar o esforço realizado no investimento da rede viária do concelho, dando preferência ao relacionamento das vias de índole intermédia com a rede local;
- A necessidade de mais supervisionamento e coordenação por parte dos serviços camarários na monitorização dos IGT;
- Enquadrar a reabilitação urbana e (re)qualificação do espaço público;
- Assumir compromissos exequíveis que definam uma estratégia assente em prioridades macro na estruturação das políticas de investimento do concelho.

Em suma, a definição dos objetivos deve ter em conta estes desafios, estabelecendo estratégias de desenvolvimento realistas e assumidas tanto técnica como politicamente.